

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Luisiana Ferreira Moura Ribeiro

**Retórica e Memória: estratégias persuasivas no discurso epistolar**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

São Paulo

2020

Luisiana Ferreira Moura Ribeiro

**Retórica e Memória: estratégias persuasivas no discurso epistolar**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Antonio Ferreira.

São Paulo

2020

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

*E-mail:* \_\_\_\_\_

Luisiana Ferreira Moura Ribeiro

**Retórica e Memória: estratégias persuasivas no discurso epistolar**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Antonio Ferreira.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira – PUC-SP

---

Profa. Dra. Janete Ribeiro Nhoque

---

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento – PUC-SP

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

This study was financed in party by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

Número de Processo: 130085/2018-9.

## DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, **Ricardo**, **Isabella** e **Otávio**, e aos meus netos, **Luíza**, **Miguel** e **Apolo**, por amalgamarem tudo em sentido de vida e amor.

## AGRADECIMENTOS

O mestrado é uma jornada, ao mesmo tempo viagem e caminhada, de sentidos contingentes, que ora convence, ora persuade. Nos momentos de aflição, incita-nos a revisitar os motivos e motivações que nos trazem até aqui e lembrar das pessoas que, conosco no percurso, contribuíram para esta conquista. Por isso, e com certa sentimentalidade, obrigada

**Deus**, pela generosidade incontestada comigo e com minha família.

Pai e mãe, **Edvaldo** e **Maria Augusta**, pelo o que sou, a tentativa esboçada daquilo que são: íntegros, resilientes, amigos e, com tudo o que isso implica, sempre pai e mãe.

**Irmãos** e **irmãs**, pelo amor incondicional e por trazer literariedade à minha vida, pois em nós o *um por todos e todos por um* ultrapassa o romance de capa e espada para tornar-se tão nosso.

**Juliana Santos Virgínio**, amiga-irmã e amiga-divã, por ouvir-me nas grandezas e pequenezas.

**Carla Moreira de Paula Prada**, pela amizade nascida do compartilhamento de vitórias e percalços reveladores de que o legado do mestrado está para além do título e da vida acadêmica.

**Joelma Batista dos Santos Ribeiro**, pelo exemplo de integridade e de excelência como pesquisadora; você faz com que eu queira ser uma pessoa melhor.

**Leonardo Tavares**, pela inspiração e pela mão diletta que me apresentou à academia.

Professor, muito querido, **Jarbas Vargas Nascimento**, pela leveza e paciência, dedicação e competência, perseverança e fé para desafiar o intelecto e inspirar o

coração. Preciso registrar que, quiçá seja eu uma pesquisadora, com conselhos e pelo exemplo, mostrou-me o caminho de sê-lo.

Professora **Janete Ribeiro Nhoque**, pela generosidade e presteza em apreciar esta pesquisa e contribuir para o seu crescimento.

Ilustres professoras **Dieli Vesaro Palma** e **Maria Rosa Duarte de Oliveira**, pelas aulas instigantes que robusteceram meu conhecimento em Língua Portuguesa e Literatura.

**Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos – ERA**, pela generosa acolhida e permanente investigação, que imbui a vida acadêmica de alegres e desafiantes voos intelectivos.

Professor, muito admirado, orientador e mestre instigante, **Luiz Antonio Ferreira**, pela crença e condução que me ajudaram a delinear a caminhada e manter o ritmo do passo. Por desvelar o mundo da Retórica com entusiasmo e acuidade contagiantes. Por respeitar minhas escolhas e ter, em momento permeado de incertezas, a sensibilidade de presentear-me com as mais belas palavras que eu poderia ter ouvido naquele instante, as quais, revestidas de emoção, estão inscritas em minha memória.

Reitero, muito obrigada. Todos são responsáveis por indeléveis recordações, pois *as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão* (Drummond).

## RESUMO

RIBEIRO, Luisiana Ferreira Moura. Retórica e Memória: estratégias persuasivas no discurso epistolar. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

Os estudos antigos e modernos sobre Retórica pouco se debruçam sobre o tema memória e, quando o fazem, destacam sobretudo a arte mnemônica e sua importância para a comunicação do discurso. Entendemos, no entanto, que a memória e seus processos são inerentes às práticas humanas e intimamente ligados ao desenvolvimento e ao percurso do homem ao longo do tempo. Em virtude desse espaço a ser explorado, no que concerne à Retórica, esta pesquisa tem por tema a retórica epistolar e a implicação da memória como armazém de argumentos e de estratégias para a construção desse tipo de discurso. O problema consiste, portanto, em interrogar em que medida a memória fornece as bases para a argumentação no descompassado espaço-temporal nas cartas trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade durante a década de 1920. Para isso, as referências retóricas alicerçam-se em Aristóteles (2005 [384-322 a.C.]), Reboul (2004), Meyer (2007), Tringali (2014) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), com contribuições de Ferreira, L. A. (2010). O objetivo geral é examinar as estratégias de seleção e disposição dos argumentos por meio, respectivamente, da invenção e da disposição, etapas do sistema retórico. Como objetivos específicos, elegemos: verificar como o orador resgata e articula os argumentos concernentes à memória social para re-hierarquizar os valores do auditório e persuadir; identificar em que medida o auditório é persuadido e corrobora a eficácia ou não do discurso motivador da resposta epistolar. A base teórica sobre estrutura, tensões e transformações do discurso epistolar considera Victor (1980, *apud* MARTIN, 2010 [séc. 4 d.C.]), Foucault (1992) e Bazerman (2011). Os estudos desenvolvidos sobre memória e cognição de Van Dijk (2008) e memória, indivíduo e sociedade em Pollak (1992), Bosi (1993), Le Goff (2013) e Gondar (2016) fornecem os conceitos sobre memória. Os resultados apontam que a memória é um armazém de argumentos e estratégias que tem potencial retórico em virtude de sua força para suscitar paixões e, por conseguinte, movimentar valores em prol de um objetivo retórico. Também, por sua condição inalienável à ação e ao desenvolvimento humanos, consubstancia-se como recurso necessário a todo percurso retórico, da construção à recepção do discurso, por meio de modelos de memória construídos e continuamente reformulados a partir das vivências e interações do homem; por isso, supera a função mnemônica. Ademais, constatamos, pela aplicação das duas primeiras etapas do sistema retórico, que a tessitura do discurso dos dois oradores revela sagacidade na seleção e estratégia na disposição dos argumentos de tal maneira que é eficaz em convencer e persuadir.

**Palavras-chave:** Retórica. Memória. Discurso epistolar. Carlos Drummond. Mário de Andrade.

## ABSTRACT

RIBEIRO, Luisiana Ferreira Moura. Rhetoric and Memory: persuasive strategies in epistolary discourse. Dissertation (Master's Degree in the Portuguese Language) - Postgraduate Studies Program in Portuguese Language, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2020.

Old and modern studies about Rhetoric has a little focus on the theme of memory, and when they do so, they particularly emphasize mnemonic art and its importance for discourse communication. We understand, however, that memory and its processes are inherent in human practices and closely linked to the development and the course of man over time. Due to this area to be explored, with regard to Rhetoric, this research has as its theme epistolary rhetoric and the implication of memory as a repository of arguments and strategies for the construction of this type of discourse. The problem, therefore, is to question the extent to which memory provides the basis for the argumentation in the space-time mismatch in the letters exchanged between Mário de Andrade and Carlos Drummond de Andrade during the 1920s. For this, the rhetorical references are based on Aristotle (2005 [384-322 BC]), Reboul (2004), Meyer (2007), Tringali (2014) and Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014), with contributions from Ferreira, L. A. (2010). The general objective is to examine the strategies of selection and disposition of arguments by means, respectively, of invention and disposition, steps of the rhetorical system. As specific objectives, we chose: to verify how the speaker rescues and articulates the arguments concerning social memory to re-hierarchize the values of the audience and to persuade; To identify to what extent the audience is persuaded and corroborates the effectiveness or not of the motivating speech of epistolary response. The theoretical basis of structure, tensions, and transformations of epistolary discourse considers Victor (1980, *apud* MARTIN, 2010 [4th century AD]), Foucault (1992) and Bazerman (2011). The studies on memory and cognition by Van Dijk (2008), and memory, individual and society in Pollak (1992), Bosi (1993), Le Goff (2013) and Gondar (2016) provide the concepts of memory. The results indicate that memory is a repository of arguments and strategies that has rhetorical potential because of its strength to arouse passions and, therefore, move values towards a rhetorical goal. Also, due to its inalienable condition for action and human development, it stands up as a necessary resource to every rhetorical course, from the construction to the reception of the discourse, through memory models constructed and continuously reformulated from man's experiences and interactions; therefore, it surpasses the mnemonic function. Moreover, we find from the application of the first two stages of the rhetorical system that the tessitura of the discourse of the two speakers reveals wit in the selection and strategy in the disposition of the arguments in such a way that it is effective in convincing and persuading.

**Keywords:** Rhetoric. Memory. Epistolary discourse. Carlos Drummond. Mário de Andrade.

## LISTA DE QUADROS TEÓRICOS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Gêneros retóricos.....                              | 69 |
| Quadro 2 – Provas retóricas .....                              | 78 |
| Quadro 3 – Lugares retóricos.....                              | 80 |
| Quadro 4 – Os lugares como argumentos.....                     | 81 |
| Quadro 5 – Lugar clássico e lugar romântico .....              | 83 |
| Quadro 6 – Argumentos quase lógicos .....                      | 88 |
| Quadro 7 – Argumentos fundados na estrutura do real.....       | 89 |
| Quadro 8 – Argumentos que fundamentam a estrutura do real..... | 90 |

## LISTA DE RECORTES DO CORPUS

### Capítulo III

|  |    |
|--|----|
| Primeira carta do diálogo epistolar – recorte único..... | 66 |
|--|----|

### Capítulo IV

|  |     |
|--|-----|
| Exórdio – recorte 1.....                     | 73  |
| Exórdio – recorte 2.....                     | 74  |
| Concentração de argumentos – recorte 1.....  | 75  |
| Concentração de argumentos – recorte 2.....  | 82  |
| Concentração de argumentos – recorte 3.....  | 84  |
| Concentração de argumentos – recorte 4.....  | 91  |
| Concentração de argumentos – recorte 5.....  | 93  |
| Concentração de argumentos – recorte 6.....  | 94  |
| Concentração de argumentos – recorte 7.....  | 96  |
| Concentração de argumentos – recorte 8.....  | 97  |
| Concentração de argumentos – recorte 9.....  | 98  |
| Concentração de argumentos – recorte 10..... | 98  |
| <i>Pathos</i> – recorte 1.....               | 103 |
| <i>Pathos</i> – recorte 2.....               | 104 |
| <i>Ethos</i> – recorte 1.....                | 108 |
| <i>Ethos</i> – recorte 2.....                | 108 |
| <i>Ethos</i> – recorte 3.....                | 109 |
| <i>Ethos</i> – recorte 4.....                | 110 |

### Capítulo V

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| Exórdio – recorte 1.....          | 113 |
| Exórdio – recorte 2.....          | 114 |
| Exórdio – recorte 3.....          | 115 |
| Exórdio – recorte 4.....          | 116 |
| Exórdio – recorte 5.....          | 116 |
| Confirmação – recorte 1.....      | 119 |
| Confirmação – recortes 2 a 6..... | 120 |
| Confirmação – recorte 7.....      | 120 |
| Confirmação – recorte 8.....      | 121 |
| Peroração – recorte 1.....        | 123 |
| Peroração – recorte 2.....        | 123 |
| Peroração – recorte 3.....        | 124 |
| Peroração – recorte 4.....        | 124 |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 13  |
| <b>CAPÍTULO I – CARTAS</b> .....                                       | 19  |
| 1.1 Origem e permanência .....   | 19  |
| 1.2 O Eu em trânsito.....  | 26  |
| 1.3 A carta e a Literatura .....                                       | 30  |
| 1.4 Retórica do epistolar .....  | 33  |
| <b>CAPÍTULO II – MEMÓRIA</b> .....                                     | 38  |
| 2.1 A memória e as áreas do conhecimento.....                          | 38  |
| 2.2 Arte mnemônica e discurso .....                                    | 40  |
| 2.3 Memória e cognição .....   | 46  |
| 2.4 Memória social .....   | 49  |
| 2.5 Lembrar e esquecer.....  | 54  |
| <b>CAPÍTULO III – ATOS RETÓRICOS: TEORIA E PRÁTICA PERSUASIVA</b> .... | 57  |
| 3.1 Da construção à análise retórica de discursos.....                 | 57  |
| 3.2 A metodologia de análise e a constituição do <i>corpus</i> .....   | 60  |
| 3.3 Contexto retórico: enfrentamento e reconstrução .....              | 61  |
| 3.4 A finalidade do discurso retórico .....                            | 65  |
| 3.5 Os gêneros retóricos .....   | 67  |
| 3.6 O acordo prévio .....  | 70  |
| <b>CAPÍTULO IV – INVENÇÃO: ENCONTRAR, INVENTAR, SELECIONAR</b> .....   | 72  |
| 4.1 A invenção.....  | 73  |
| 4.2 As provas retóricas .....  | 78  |
| 4.3 A Tópica: os lugares retóricos.....                                | 79  |
| 4.4 O <i>logos</i> .....   | 86  |
| 4.5 A dança dos argumentos .....                                       | 91  |
| 4.6 O <i>pathos</i> .....  | 101 |
| 4.7 O <i>ethos</i> .....   | 104 |
| <b>CAPÍTULO V – DISPOSIÇÃO: CONSTRUIR, DISTRIBUIR</b> .....            | 111 |
| 5.1 A disposição .....   | 111 |
| 5.2 O exórdio .....  | 112 |
| 5.3 A narração .....   | 117 |
| 5.4 A confirmação.....   | 118 |
| 5.5 Partes móveis.....   | 122 |
| 5.6 A peroração .....  | 122 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                      | 127 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 133 |
| <b>ANEXOS</b> .....  | 139 |

## INTRODUÇÃO

Carlos Drummond e Mário de Andrade são expoentes do modernismo brasileiro, que se engajaram às causas estéticas de seu tempo e discutiram uma nova concepção de literatura, que colocava em xeque o valor e a importância da tradição de referência europeia. Ao lado de outros nomes, foram responsáveis pela solidificação dos novos ideais modernistas no âmbito da literatura.

Mário de Andrade, no centro do palco modernista em São Paulo, participou da idealização e realização da Semana de Arte Moderna de 1922 e tornou-se uma das lideranças do modernismo da primeira fase, a ponto de seus pares chamarem-no de “Papa do modernismo”. Missivista assíduo, correspondia-se com vários escritores, artistas e intelectuais para discutir e propagar os ideais do movimento. Carlos Drummond, jovem escritor mineiro e simpatizante do movimento, depois de conhecer Mário de Andrade em Belo Horizonte, por ocasião de uma viagem que este fez a Minas Gerais em prol do seu projeto de construção de uma identidade literária brasileira, escreveu para o escritor paulista e, assim, começou a amizade que encontrou lugar em profusa comunicação epistolar entre os anos de 1924 e 1945, quando faleceu Mário de Andrade.

Em relação à publicação da atividade missivista dos escritores, em 1958, Manuel Bandeira contrariou Mário de Andrade, que não queria sua correspondência publicada, e lançou um livro de cartas recebidas do amigo<sup>1</sup>. Em 1982, Carlos Drummond também publicou um volume das cartas recebidas<sup>2</sup>, com a convicção de que o contrário seria a “songação de documentos de inegável significação para a história literária do Brasil” (ANDRADE, C. D., 2002, p. 36). Mais tarde, em 2002, esta e outras publicações auxiliaram a reunião das cartas trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond em um único volume (ANDRADE, C. D., 2002), com a reconstituição do dinamismo do diálogo em virtude da ordenação cronológica e da alternância nas posições de remetente e destinatário. As cartas disponíveis ao público constituem, assim, um legado àqueles que, apreciadores do engenho

---

<sup>1</sup> BANDEIRA, Manuel. **Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.

<sup>2</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. **A lição do amigo**: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1988.

literário de seus autores, querem perscrutar um pouco além das obras, ou mesmo encontrar vestígios que os façam revisitá-las com outro olhar, outra emoção.

Há muitas outras publicações com o mesmo objetivo de reunir as cartas e fazer reflexões sobre o contexto de época e os assuntos abordados na correspondência íntima: cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, a Câmara Cascudo, a Alceu de Amoroso Lima, a Tarsila do Amaral; cartas de Carlos Drummond a Alceu de Amoroso Lima, a Oswald de Andrade, a Henriqueta Lisboa, e várias outras de arquivos particulares de escritores e intelectuais, com os quais se correspondiam, foram ao longo do tempo disponibilizadas ao público.

Os estudos epistolográficos dessas cartas são, sobretudo, artigos e ensaios literários publicados em revistas acadêmicas e reunidos em coletâneas com diferentes abordagens: conjugar as cartas à poesia produzida pelos escritores para comparar aspectos do movimento modernista; analisar a influência sobre a formação e produção de escritores contemporâneos com os quais se correspondiam; discutir o estatuto delas nos arquivos como contribuições aos estudos literários e históricos; refletir sobre a polêmica em torno do público e do privado e revelar aspectos da criação literária dos autores.

Sob essas diferentes perspectivas, em 2008, a *Teresa*<sup>3</sup>, revista de literatura brasileira, publicou um conjunto de artigos e resenhas sobre a atividade epistolográfica de escritores brasileiros. Nessa edição, o interesse dos pesquisadores pelo conteúdo das correspondências de Mário de Andrade e Carlos Drummond é atestado em seis dos artigos que a compõem, acompanhados da publicação de cartas inéditas de Mário de Andrade. Destacamos, também, a obra *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudo sobre cartas (2000)*<sup>4</sup>, que reúne ensaios sobre a atividade missivista de escritores nacionais e estrangeiros. Além de discutir o descompasso entre o volume dessa atividade e os estudos sobre ela, os capítulos deixam entrever traços de biografias, tensões e opiniões de época, revelados pela escrita intimista que transita entre ficção e realidade, literatura e história.

---

<sup>3</sup> **Teresa**: Revista de Literatura Brasileira, n. 8-9, São Paulo, Universidade de São Paulo, Editora 34, 2008. Disponível em: [http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revistateresausp&pagfis=1913]. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>4</sup> Gondar, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

As pesquisas sobre a produção de Carlos Drummond privilegiam as características poéticas de sua obra. O livro *Verso universo em Drummond*, resultado da tese de doutorado em 1972, em publicação original em francês, de José Guilherme Merquior (2012), apresenta uma análise global, livro a livro, em relação às escolhas temáticas e aos aspectos formais do escritor. Nesse sentido, o estudo aborda o direcionamento estilístico, põe em relevo a significação sociológica e ideológica e aloca a produção drummondiana em relação à poética ocidental. Contudo, nos últimos anos, uma tendência de particularização é perceptível pelo número de estudos que são publicados e selecionam um ou outro aspecto das obras.

Já as pesquisas sobre a produção de Mário de Andrade são mais abundantes e diversificadas em tema e áreas, tais como: Linguística, Ciências Sociais, História e Literatura, além de ser recorrente a eleição das cartas como objeto desses estudos. Nesse viés, foi precursora a dissertação defendida por Marco Antonio de Moraes (1997), que fez a edição e publicação de cartas inéditas trocadas entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira, assim que o acervo do escritor foi disponibilizado pela família. Em outra perspectiva, o artigo *Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria*, de Bettioli (2016), defende que o escritor concebe uma teoria sobre o gênero epistolar e sugere-o como exercício aos escritores brasileiros que iniciam na literatura. A partir da revelação das cartas, os estudos são recorrentes e atestam a importância do acervo epistolar do escritor, considerado o mais representativo do século XX.

Esses estudos, de perspectiva ampla ou particular, desenvolvidos principalmente na área da crítica literária, atestam que há espaço a ser explorado no que concerne à Retórica. Desse modo, esta pesquisa elege por tema a retórica epistolar e a implicação da memória como armazém de argumentos e de estratégias para a construção do discurso epistolar. Isso em razão dos processos de fundação da memória individual e social serem inerentes às práticas humanas e intimamente ligados ao desenvolvimento e ao percurso do homem através dos tempos. O problema consiste, portanto, em interrogar em que medida a memória materializa-se como base para argumentação no descompasso espaço-temporal nas cartas trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond durante a década de 1920.

O objetivo geral é examinar as estratégias de busca e seleção de argumentos, bem como sua articulação persuasiva na estrutura do discurso epistolar por meio, respectivamente, da invenção e disposição, etapas constitutivas do sistema retórico. Para isso, é necessário verificar como o orador resgata e articula os argumentos concernentes à memória social, para re-hierarquizar os valores do auditório e persuadir ao emitir juízos de apreço ou desprezo sobre as questões em debate. Identificar em que medida o auditório é persuadido e demonstra a eficácia ou não do discurso motivador da resposta epistolar.

Diante dessas questões, nossa pesquisa alicerça-se nos estudos aristotélicos de Retórica Antiga (ARISTÓTELES, 2005) e nas teorias da Nova Retórica (PERELMAN [1912-1984]; OLBRECHTES-TYTECA [1899-1987], 2014), que traz um novo fôlego à Retórica ao expandir os conceitos e a técnica para a leitura e análise de discursos, com aportes de Reboul (2004 [1925-1992]), Meyer (2007), Tringali (2014) e contribuições de Ferreira, L. A. (2010). Para maior compreensão e clareza das características do *corpus*, a base teórica sobre estrutura, tensões e transformações do discurso epistolar considera Victor (1980 *apud* MARTIN, 2010), Foucault (1992 [1926-1984]) e Bazerman (2011), além de pesquisadores da crítica literária e de epistolografia.

Com vistas a alcançar os objetivos propostos, selecionamos recortes de três cartas trocadas entre os dois poetas: a primeira, de Carlos Drummond, de 28 de outubro de 1924, abre espaço para o início da amizade e serve-nos ao exame dos primeiros passos da análise retórica; a segunda, de Mário de Andrade, sem data, responde pontualmente às questões levantadas por Carlos Drummond numa carta anterior e, por isso, sua base de análise é a invenção; a terceira, de Carlos Drummond, de 30 de dezembro de 1924, ameniza as polêmicas da missiva anterior e permite-nos a análise da importância da disposição dos argumentos.

Ademais, partimos da afirmação de que todo discurso possui uma orientação argumentativa e se desenvolve na tensão entre valores e liberdade de escolhas, que refletem uma moral construída no seio das relações sociais cristalizadas e inscritas na memória social. Logo, para persuadir, os discursos articulam diferentes estratégias e recursos retóricos alçados da memória por meio de processos cognitivos. Buscamos, assim, os estudos desenvolvidos sobre memória e cognição

de Van Dijk (2008) e memória, indivíduo e sociedade em Pollak (1992 [1948-1992]), Bosi (1993 [1936-2017]), Le Goff (2013 [1924-2014]) e Gondar (2016).

Baseamo-nos no método qualitativo e na conjugação simultânea entre teoria e análise; identificamos o contexto e o conjunto de características retóricas que constituem o discurso epistolar, as provas retóricas e a organização do discurso que manifestam o verossímil na intersecção com a memória, que articula acontecimentos, personagens e lugares sob uma percepção de realidade. Por fim, delineamos relações entre memória e retórica para além de recurso vinculado à comunicação do discurso. Nesse intuito, a dissertação estrutura-se nos capítulos a seguir e encerra-se com as considerações finais, referências e anexos.

No capítulo I, apresentamos o percurso da carta, sua pertinência ao longo da história e do cotidiano humano. Destacamos a importância como exercício de escrita e aperfeiçoamento moral, bem como a potência que alça algumas cartas à condição de literárias. Abordamos, também, seu lugar nos estudos de retórica na antiguidade.

No capítulo II, trazemos um pequeno percurso e o *status* dos estudos sobre memória em diferentes áreas do saber. Na sequência, ressaltamos o uso, na antiguidade, como arte mnemônica, mas a relacionamos ao discurso por meio do estudo dos processos cognitivos desencadeados para sua construção e compreensão, além de armazém de argumentos, a partir dos conceitos de memória social e esquecimento que encerram o capítulo.

No capítulo III, explicamos a metodologia de pesquisa e análise e apresentamos o *corpus*. Em seguida, iniciamos a apresentação da teoria retórica e as tarefas preliminares à construção e análise retórica de discursos. Esse aporte teórico é aplicado à primeira carta do *corpus* e, assim, temos a relação teoria-exemplificação-comprovação, que será adotada também nos próximos capítulos.

No capítulo IV, utilizamos a invenção, etapa do sistema retórico de busca das provas para construção do discurso. Debruçamo-nos sobre a segunda carta para explicitar as estratégias de persuasão com aportes da memória social e dos processos cognitivos para a seleção e a construção dos argumentos.

No capítulo V, elegemos a disposição, etapa de organização das provas construídas e selecionadas na invenção, como categoria de análise para a terceira carta do *corpus*, para explicitar as escolhas estratégicas de ordenação dos argumentos. Ademais, como esse discurso é resposta à carta analisada no capítulo IV, verificamos o grau de adesão do orador na condição de auditório do discurso anterior.

Assim, a presente Dissertação diferencia-se de outros estudos por três motivos principais: analisa a correspondência dos escritores como discurso que articula estratégias e conhecimentos em busca de adesão; guia-se sob a orientação teórico-metodológica da Retórica, técnica e arte do discurso; atrela à investigação o papel da memória na construção da argumentação, abordagem menos comum nos estudos antigos e modernos sobre Retórica. Sob essas perspectivas, as cartas constituem *corpus* adequado, pois estabelecem um diálogo com o outro e pressupõem uma condição inalienável da memória para o sucesso da comunicação.

Cabe salientar que esta pesquisa, além de contribuir com os estudos retóricos, intenta colaborar com as reflexões sobre as formas de agir e interagir diante de situações e questões da vida porque a Retórica, por função intrínseca, aguça o olhar crítico sobre o mundo. Nesse sentido, contribui à formação docente, pois revela a Retórica como estratégia que pode ser articulada em nosso exercício diário em sala de aula. Propõe, ainda, a reflexão sobre a língua portuguesa, já que a construção e análise retórica de discursos partem da língua e das manifestações discursivas que ela permite. Por fim, as cartas favorecem o entendimento do processo criativo de seus autores e servem não só aos que cultivam a literatura como arte, mas também como forma de estudo e ensino das características humanas dos escritores.

Esses são os aspectos que fomentam a pesquisa e incentivam a análise retórica dos discursos de Carlos Drummond e Mário de Andrade, pois neles não se esgotam as possibilidades de leituras e novas descobertas que aguçam o raciocínio e alimentam a alma.

## CAPÍTULO I – CARTAS

*A quem pertence uma carta?*

Philippe Leujene

### 1.1 - Origem e permanência

A carta surge das necessidades de o homem atender demandas interacionais de seu cotidiano, cujos alicerces já estavam dados desde o desenvolvimento da escrita pelos sumérios em torno de 3.000 a.C. Os habitantes do sul da Mesopotâmia registravam em escrita cuneiforme em pequenas tábuas de argila as transações comerciais estabelecidas entre famílias e tribos. Dessa maneira, alguns gêneros, entre eles a carta, surgem como índices de memórias, a partir de atos de fala, por meio dos quais os indivíduos “lembrariam a ocasião, as circunstâncias, os propósitos e as transações locais particulares do registro” (BAZERMAN, 2011, p. 92).

A expansão mesopotâmica iniciada no século IV a.C., por suas relações de dominação e intercâmbio com as cidades vizinhas, exigiu o desenvolvimento de um dispositivo de comunicação para contornar a distância. De modo geral, a expansão territorial gera a necessidade de controle sobre as atividades dos povoados conquistados e das cidades fundadas pelo centro de poder (FIGUEIREDO, 2013). Isso era possível com a expedição de ordens escritas relacionadas ao comércio e agricultura e informações estratégicas sobre os movimentos dos conflitos gerados pela disputa de territórios. Assim, o conteúdo dessas correspondências versava sobre questões políticas, econômicas e militares.

A percepção das vantagens e facilidades desse tipo de comunicação fez com que os homens a adotassem cada vez mais, de forma a expandir essa prática a outras esferas interacionais de acordo com suas funções e intenções. Desse modo, as cartas emergem para além do cunho institucional administrativo e medeiam as relações pessoais. Conforme Figueiredo (2013), no Egito Antigo, por exemplo, era prática dedicar cartas aos mortos, aos quais as pessoas creditavam confidências

de suas vidas e aspectos não confiados aos vivos. Apesar dessa popularização, permaneciam restritas à elite, dada sua condição inalienável à escrita.

Com os gregos, a correspondência torna-se meio de expansão do pensamento pautado na razão. Por meio dela, os filósofos propagavam seus ensinamentos a discípulos, o que lhe conferia acentuada erudição e aprimoramento. Por conseguinte, alcança o Império Romano e torna-se intensa porque, dada a amplitude geográfica, foi uma forma de manter o domínio e o trânsito de informações. Atendia, portanto, às demandas das atividades de construção e controle ao mediar o estabelecimento de acordos e a troca de informações valiosas sobre posicionamento militar estratégico, político e comercial. Foi uma maneira de fazer presente o poder por meio da representação da interação pessoal, pois transportou a palavra revestida de autoridade do emissor até o destinatário.

As cartas forneciam a identificação de autor e audiência e, no período mais antigo, elas eram entregues por mensageiro pessoal da autoridade – o qual, dizia-se, passava a representar a própria presença ou projeção (“*parousia*”) do emissor. A aparente encenação social era ainda realçada com a leitura em voz alta pelo mensageiro, que podia portar uma segunda mensagem falada, não confiada à escrita (BAZERMAN, 2011, p. 93).

Nessa altura, a comunicação epistolar estava plenamente difundida e nela transitavam os mais diferentes temas: arte e educação, economia e política, relações pessoais e sociais, cultura e religião. A profusão de possibilidades do gênero – cartas aos deuses, cartas orações, cartas fictícias como exercício escolar – atesta sua típica flexibilidade (BAZERMAN, 2011). É assim que o cristianismo se propagou pelo Império, por meio de acentuada correspondência dos apóstolos, sobretudo São Paulo, com as diferentes comunidades, para ensinar, esclarecer e fazer vicejar a doutrina cristã que, por muitas vezes, entrava em confronto com o pensamento filosófico e romano (FIGUEIREDO, 2013). A carta atuou, portanto, como ferramenta de atendimento aos ensejos de propagação da fé e conversão do Império ao cristianismo.

Alicerçado o cristianismo, a prática epistolar tornou-se usual para a manutenção dos laços de comunhão religiosa entre as comunidades, pois era meio não só para o estabelecimento das várias atividades burocráticas e organizacionais ligadas à administração da Igreja como também para estabelecer as condutas a serem

praticadas durante a vida cristã. Dada a importância dessa forma de comunicação, emulação da palavra institucionalizada da Igreja, desenvolveu-se um ramo específico da Retórica, o *ars dictaminis*, com vistas a treinar os clérigos na atividade missivista (BAZERMAN, 2011). Esse treinamento direcionado à atividade religiosa estabeleceu alguns critérios no modo de construção do discurso epistolar, de contornos formais e semânticos que prevalecem até hoje.

Essa arte de escrever cartas enfatizou a saudação, identificando e conferindo respeito aos papéis sociais e às posições de emissor e receptor, colocando ambos dentro de relações institucionalizadas. Além do mais, escritores de cartas foram aconselhados a construir um laço de boa vontade com o receptor, invocando sentimento e obrigação, e narrando explicitamente a situação que apresentava a necessidade da carta e a esperada cooperação do receptor (MURPHY, 1971<sup>5</sup> *apud* BAZERMAN, 2011, p. 96).

A carta atravessou a história da humanidade e converteu-se, entre suas diversas funções, em registro testemunhal legado à posteridade, isto é, seja histórica, institucional ou pessoal, é janela para perscrutar. Constituiu-se, em geral, em artefato para o estudo sobre a organização e surgimento de comunidades e impérios, sobre o percurso do homem e o desenvolvimento do seu pensamento. A partir do século XIV, no entanto, com o surgimento de novas teorias e inventos científicos, os gêneros se diversificaram em estilo e estrutura composicional e, consoante o avanço da sociedade, surgiram novas técnicas e modelos de organização das atividades humanas (FIGUEIREDO, 2013).

De acordo com a Sociorretórica, os gêneros emergem da necessidade de atendimento de situações cotidianas que os tipificam e operam para transformar uma situação em prol dos objetivos do homem. Consubstanciam-se pela interação social e, por isso, as transformações que sofrem são motivadas por experiências práticas e pelos avanços nos modos de comunicação (BAZERMAN, 2015). Em decorrência disso, emergem e são mutáveis por serem sensíveis às transformações externas que se dão na e pela sociedade. Há, então, uma hierarquização no processo de emergência e consolidação de um gênero que parte de uma necessidade incipiente, passa pela articulação de diversos fatores orientados ao atendimento dessa necessidade, assegura o teórico. Esse processo ocorre dentro do espaço e tempo, social e histórico, nos quais os gêneros

---

<sup>5</sup> MURPHY, James Joseph. *Three medieval rhetorical arts*. Berkeley: University of California Press, 1971.

corporificam compreensões de situações, relações, posições, humores, estratégias, recurso apropriados, metas e muitos outros elementos que definem a atividade e formam meios de realização. Os gêneros são modos de fazer coisas – e como tais incorporam o que se deve fazer, trazendo marcas do tempo e lugar no qual se realizam tais coisas, bem como os motivos e ações realizados nesses lugares (BAZERMAN, 2015, p. 35).

Sob essa perspectiva, reforça Bakhtin (2011 [1895-1975]), as atividades humanas estão ligadas ao campo da linguagem, já que o homem interage e articula uma ou várias linguagens dentro de modelos emergentes, por sua vez replicadas quando patenteadas as suas vantagens. Assim, a diversidade de gêneros e como eles se comportam ao longo do tempo também se diversificam na proporção em que são tipificadas as demandas humanas e as maneiras de como a elas responder. Ademais, ainda que um mesmo gênero apresente particularidades na sua composição, em virtude da intencionalidade, delineadas por escolhas em relação ao conteúdo, estilo e circunstância, sua recepção permanece na esfera de conhecimento a partir do gênero (BAZERMAN, 2011) e em sua condição basilar de linguagem.

À época da expansão ultramarina portuguesa, por exemplo, há cartas com fronteiras expandidas por assumirem contornos de relatório sobre os avanços das esquadras lusitanas, tratados sobre a fauna e a flora das terras conquistadas e crônicas de viagem sem, contudo, alienarem-se de sua função pragmática de missiva enviada para prestar contas à corte. Desse período, a mais conhecida, que materializa essa fronteira de gênero esmaecida e faz vicejar outros gêneros, é a carta de Pero Vaz de Caminha, considerada a “certidão de batismo” do Brasil. No fragmento a seguir, o missivista fez a descrição dos elementos naturais encontrados na Ilha de Vera Cruz, numa combinação de pragmatismo e subjetividade que encontrou lugar na narrativa do cotidiano, próximo à crônica, para revelar e registrar os elementos do meio natural da terra conquistada:

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e pregação, a água espraia muito, deixando muita areia e muito cascalho a descoberto. Enquanto aí estávamos, foram alguns buscar marisco e apenas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um tão grande e tão grosso, como em nenhum tempo vi tamanho. [...] Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos (Carta de Pero Vaz de Caminha)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)]. Acesso em: 10 maio 2019.

Junto a essa carta, que assume contornos de crônica, na nau de Gaspar Lemos, seguiu a carta de Mestre João Faras, considerada o primeiro documento científico sobre o Brasil. Nela, o correspondente assumiu outro tom que evidenciava a intenção de registro preciso da localização geográfica sem espaço para a subjetividade:

Senhor: ontem, segunda-feira, que foram 27 de Abril, descemos em terra, eu, e o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de Tovar e tomámos a altura do sol ao meio-dia e achámos 56 graus, e a sombra era setentrional, pelo qual, segundo as regras do astrolábio, julgamos ser afastados da equinocial por 17 graus e por conseguinte ter a altura do Polo Antártico em 17 graus, segundo é manifesto na esfera (Carta do Mestre João Faras)<sup>7</sup>.

A elas, seguiram-se muitas outras durante o período de colonização e império, dado ser a forma de comunicação possível entre Brasil e Portugal. Nesse contexto, o caráter híbrido, que por vezes delinea a carta, quando analisada na perspectiva histórica e em seu viés cotidiano, evidencia seu perfil permeável e democrático, que permite estilos diferentes, ainda que a situação de comunicação seja similar. Nesses exemplos, dois integrantes da expedição portuguesa possuíam a tarefa formal de registrar e enviar informações à Coroa portuguesa, todavia, cada discurso configurou-se e dialogou à maneira do emissor. Portanto, a carta aceita a invasão ou estabelece as premissas de outros gêneros em seu corpo e ao mesmo tempo perfila novos, de acordo com os contornos das atividades e as escolhas dos homens. São inúmeros os exemplos, ao longo da história, a serem lembrados, como as *Cartas a Lucílio*<sup>8</sup>, de Sêneca (4 a.C.-65 d.C.). De acordo com Braren (1999), são discursos de disseminação da filosofia estoica, que se configuram como uma espécie de tratado sem a necessidade de seguir os rigores do gênero e pouco trazem sobre aspectos particulares da vida do filósofo.

Em suma, as cartas promoveram a formação de novos gêneros por estabelecerem a interação entre indivíduos dentro de circunstâncias específicas, para atender a necessidade de formas de registro entre partes, de firmar acordos de casamento, acordos comerciais, demandar assuntos de Estado, registrar experiências (BAZERMAN, 2011). Essas, portanto, estão inscritas na origem de gêneros como: certidões, relatórios, notícias, tratados científicos e vários outros documentos, que

---

<sup>7</sup> Disponível em: [<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2014/08/Carta-Mestre-Joao.pdf>]. Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>8</sup> SENECA. *Cartas a Lucílio*. 2. ed. Notas e tradução de José António Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação e Bolsas, 2004.

se proliferaram para atender à complexidade e sofisticação das demandas comunicativas da sociedade.

Na origem dessas demandas, muitas vezes, está o processo interacional oral como gatilho da emergência de um gênero escrito; contudo, em sentido concorrente, “o texto escrito pode também servir para o restabelecimento da *performance* original ou para novas *performances* modeladas de acordo com as originais” (BAZERMAN, 2011, p. 91), como ocorreu com as epopeias clássicas gregas transcritas pouco antes da Era Cristã, cuja origem pertence à tradição oral. Por outro caminho, os diálogos platônicos reproduzem a interação face a face como artifício para a transmissão do pensamento filosófico. Ainda, a *parousia*, expediente no qual o mensageiro é a autoridade materializada do emissor ao ler em alta voz a mensagem, testemunha a possibilidade de permeabilidade e relação íntima entre gêneros orais e escritos.

Muitas cartas, em particular as pessoais, esforçam-se por reproduzir a interação face a face com a intenção de estabelecer aproximação pela representação da interação simultânea com o receptor. Em carta para Carlos Drummond, Mário de Andrade, ao escrever “Pois, camarada velho, sente-se aí e vamos conversar” (ANDRADE, C. D., 2002, p. 66), exorta seu interlocutor como se este estivesse ao lado e disponível para uma conversa informal; assim, evoca “todos os aspectos sociais que cercam a performance oral” (BAZERMAN, 2011, p. 91), cristalizados na continuidade da epístola pelo jogo de tornar presente em seu discurso o discurso de Carlos Drummond e estabelecer a conversa a despeito da ausência:

Você fala “na tragédia de Nabuco, que todos sofremos”. Engraçado! Eu há dias escrevi numa carta justamente isso [...]. Me diga se depois deste raciocínio ainda você repete que não encontra no seu “cérebro nenhum raciocínio em apoio à minha [sua] atitude [nacionalismo]. Só o coração me absolve”. Não é o coração que absolve você. É a sua própria inteligência. [...]. Eu também já sofri da moléstia de Nabuco (ANDRADE, C. D., 2002, p. 70).

O escritor faz esse esforço, ademais, para superar as barreiras impostas por essa forma de comunicação estabelecida no descompasso espaço-temporal, que exige o resgate de referências na memória. Esse processo é dificultado em virtude da pluralidade e complexidade dos assuntos levantados por Carlos Drummond na extensa carta que provocou a resposta de Mário de Andrade. No dinamismo e imediatismo interativo da comunicação face a face, esses complicadores inexistem

porque os assuntos são tratados tão logo apresentados e, caso não sejam, é o acordo tácito entre os interlocutores que permite a superposição de temas.

No bojo do desenvolvimento humano e dos avanços tecnológicos alcançados nos séculos XIX e XX, pouco a pouco, as barreiras para a fluidez da comunicação epistolar foram atenuadas. À medida que se desenvolvem os meios de transportes, a troca de correspondências fica mais ágil e dinâmica, já que a carta transita por meios cada vez mais velozes. A correspondência que levava considerado e variado tempo para ser transportada por meio de mensageiros caminhantes de pequenas e grandes distâncias, por montarias, em diligências e naus, chega mais rápido ao seu destino quando passa a ser transportada em automóveis, navios e aviões. Assim, a busca contínua do homem em superar as distâncias espaciais e temporais, por meio da ciência e tecnologia, faz com que as transformações sofridas pela comunicação epistolar sejam contínuas.

Essa busca, aliada à premência do homem e à complexidade das atividades incorporadas à sua vida, exige o desenvolvimento de novos suportes para o tráfego mais rápido das mensagens. Surgem novas tecnologias que atendem certas demandas sem, contudo, suprimir a comunicação epistolar. O escritor José Mindlin (2000 [1914-2010]) afirmou que o telefone, invenção do século XX, foi o principal adversário da carta, mas preferia-o em virtude da sua essência efêmera, pois não mantinha o registro de informações e pensamentos que considerava importante arcabouço de conhecimento. Na concepção do literato, a carta, em primeira instância, atende à comunicação para logo depois se converter em arquivo físico daquilo que vale ser guardado.

Antes do telefone, o telégrafo, na primeira versão surgida no século XVIII, foi muito utilizado nas comunicações a longa distância, entretanto, à medida que o uso do telefone é disseminado, torna-se obsoleto, pois perde em dinamismo e possibilidade de diálogo alongado. Mesmo com essas duas invenções, a carta persiste, ou porque as pessoas querem manter o conteúdo registrado, como apontou o escritor, ou porque os custos das ligações telefônicas são altos, ou ainda porque o fax, produzido em grande escala a partir de 1973, “propiciou novo fôlego ao manuscrito” (GALVÃO, 1998, p. 161). Isso porque o hábito de escrever ao “correr da pena”, um tanto quanto acachapado pelo hábito de escrever a máquina,

ganha espaço quando as cartas manuscritas passam a ser transmitidas pelo fax, já que a datilografia exigia sua cota de habilidade e paciência, conforme revela Carlos Drummond a Mário de Andrade, em carta de 1931:

Julgo importantíssimo acrescentar que esta é a primeira carta datilografada que escrevo na minha vida – e você não imagina a dificuldade cômica e irremediável com que vou pescando por uma a uma as letras de cada palavra, utilizando-me apenas dos indicadores. Tenho vontade de escrever BARBEIRO!!! E abandonar a ingênua mania datilográfica (ANDRADE, C. D., 2002, p. 399).

Já a relativa democratização do acesso à internet, no início do século XXI, populariza o *e-mail* ou correio eletrônico, gênero que hoje emula a estrutura epistolar – remetente, destinatário, data, saudação, mensagem e despedida –, que prescinde, no entanto, das agências de correios dependentes dos meios de transportes. Dada sua transmissão eletrônica, o corpo físico é substituído por um virtual que permite a quase instantaneidade da comunicação, dependente apenas da disponibilidade de acesso e dos interlocutores para que a interação se dê em tempo real e não mais do trânsito por mediadores físicos. No mais, mantém a privacidade, pois o acesso é assegurado por senha pessoal; permite o arquivo virtual de uma série de mensagens, além da possibilidade de ser respondido simultaneamente.

Não obstante ser o correio eletrônico contundente na supressão do tempo-espaço, em relação à carta tradicional, e muito utilizado no que concerne às relações comerciais e institucionais, mesmo ele, em certa medida, está ameaçado pelos aplicativos de trocas de mensagens instantâneas. As interações de foro íntimo, em detrimento da carta pessoal e do *e-mail*, circulam mais nesses aplicativos integrados ao cotidiano das pessoas em virtude da agilidade e facilidade com que espelham as condições comunicativas da interação face a face, até mesmo pelo uso de simbologia para representar as emoções perceptíveis no contato pessoal por meio da expressão facial e do tom de voz.

## **1.2 - O Eu em trânsito**

Ao longo do tempo, a carta modelou-se e operou na modelagem de outros gêneros por seu caráter plural e maleável aderente às transformações e complexidades das atividades e desenvolvimento do homem ao longo da história. Na antiguidade,

como resultado dessas transformações, acontece o desdobramento para as cartas pessoais quando as cartas de uso formal e oficial passaram a incorporar expressões de preocupação pessoal vinculadas a anseios domésticos e de natureza íntima. Esse novo viés evoluiu até às mensagens estritamente particulares que “modificam as relações estabelecidas através das cartas para além do formal e oficial, em direção ao pessoal. Cartas pessoais familiares tonaram-se comuns entre as classes dos mundos helênico e romano” (BAZERMAN, 2011, p. 93).

Sem embargo, mesmo que voltadas para a consolidação das relações sociais e estreitamento de laços familiares e de amizade, as cartas pessoais, não raro, trazem em seu corpo questões sobre negócios e transações comerciais (BAZERMAN, 2011), de acordo com sua condição de atendimento às livres escolhas do escritor, em reflexo à complexidade e diversidade de questões que orbitam sua vida. Emulam, assim, como ocorre numa conversa, a variedade de temas e a passagem de um a outro, conforme encadeamento lógico próprio que as tornam complexas. É, portanto, um texto destinado a alguém para

partilhar assuntos diversos de interesse individual ou comum a ambos. Em algum momento da vida, a carta chega trazendo ou segue levando uma palavra amiga, uma notícia, um mexerico, um conselho, respostas... a tantas coisas perguntadas e não perguntadas...” (SOUZA, 2013, p. 17).

No mundo helênico e período do Império Romano, o hábito da escrita ganhou relevo como exercício de autoconhecimento, meditação e aperfeiçoamento moral. Isso porque, de acordo com Foucault (1992), da mesma forma que o outro exerce um papel de constrangimento em relação aos atos que praticamos, ou seja, nossas atitudes estão sujeitas à avaliação e ao julgamento e, por isso, refletimos mais ou menos antes de praticá-las, o ato da escrita nos regula de maneira análoga porque exerce o papel de constrangimento em relação aos pensamentos, já que quando escrevemos somos nossos primeiros leitores e, assim, instituímos o outro em nós mesmos. Nesse sentido, o exercício da escrita, que na epístola também reflete a escrita de si, desempenha o papel de um companheiro, ao suscitar o respeito humano e a vergonha. Assim, como uma técnica ou aptidão profissional necessitam de exercício, também se pode aprender a arte de viver. Logo, seja qual for o resultado das nossas atitudes e pensamentos, regozijo ou arrependimento, ele se dá na relação com o outro (FOUCAULT, 1992).

Epíteto [55-135 a.C.], pensador grego, defendeu e associou esse exercício pessoal à meditação: meditar, escrever, treinar e manter esses escritos disponíveis para a eles recorrer e estabelecer novas conversas consigo mesmo, úteis para refletir e agir em situações indesejadas. Foucault (1992) parte da prática de Epíteto para afirmar que o exercício do pensamento associado à escrita ocorre de duas maneiras: a linear, cujo processo compreende a lógica sequencial de meditar, escrever e pôr à prova em situação real para testar aquilo que foi meditado e registrado; e a circular, na qual, após a meditação, são feitas notas que podem ser revisitadas para uma nova meditação. Acrescenta também que, como elemento de treino de si, a escrita tem função etopoiética porque é um operador da transformação da verdade em *ethos*. Reflete, pois, a construção de um caráter, por meio da reflexão e das escolhas, que emerge da escrita como resultado do processo de meditação e racionalização materializadas pelo exercício do *hypomnemata* e da correspondência.

Os *hypomnematas* eram cadernos de registros pessoais, utilizados como um livro de conduta para a vida. Com pensamentos, aforismos, fragmentos de obras, exemplos de ações testemunhadas, reflexões e debates, formavam um arcabouço de memórias sobre temas e fatos pensados, ouvidos e falados que poderiam ser consultados para meditação posterior. A cultura da época era muito tradicional e marcada pelo valor do já dito resguardado pela memória coletiva, e a recorrência a esses discursos indicava uma ética voltada ao cuidado de si. O *hypomnemata* tinha o objetivo de permitir que os discursos transmitidos pelo ensino, audição e leitura fossem meios para estabelecer pela escrita uma relação de si consigo próprio a fim de evitar a agitação do espírito promovida com as mudanças constantes de opiniões e vontades (FOUCAULT, 1992).

Essa prática opõe-se à volatilidade porque favorece a fixação dos elementos adquiridos e constitui, de certo modo, um passado ao qual se pode regressar ou se recolher. Foucault (1992) defende, portanto, que os cadernos de notas são regidos por princípios que determinam a verdade em relação ao seu uso circunstancial, ou seja, a máxima escolhida não se alicerça como verdade absoluta, mas como afirmação verossímil e contingente. A unificação desses discursos heterogêneos,

registrados e armazenados, pode ser alcançada por intermédio de uma subjetivação da escrita pessoal, que permite conferir-lhes uma identidade própria.

Sob essa perspectiva, a correspondência também é um exercício pessoal, pois conforme escrevemos, lemos o que destinamos ao outro; por conseguinte, atua duplamente sobre o missivista e o seu interlocutor. Isso faz com que ela se aproxime do *hypomnemata* por ser um exercício sobre si mesmo e sobre o outro. As cartas que enviam conselhos, por exemplo, podem ter efeito no outro, mas também determinam que o missivista os observe. Instala, desse modo, um fluxo bidirecional, pois o destinatário lê, medita, escreve e habilita-se para enviar a palavra de formação. Mas, esclarece Foucault (1992), não é apenas “um adestramento de si pela escrita, constitui-se também como certa maneira de cada um manifestar a si próprio e aos outros”. A carta “faz o escritor presente àquele a quem a dirige”, não apenas pelos temas que expressa de sua vida, mas de uma presença imediata e quase física que leva ao reconhecimento, haja vista que “escrever é, pois, mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio ao outro”. E deve-se entender que a carta é “simultaneamente um olhar que se volta para o destinatário e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz” (FOUCAULT, 1992, p. 149-159). Desse modo, a carta estabelece a reciprocidade no olhar e no exame, pois os correspondentes por meio do discurso dão algo de si ao escrutínio do outro.

As cartas que mais transparecem esse processo, afirma o filósofo, são as que trazem não a narrativa de si, mas a narrativa da relação de si. Nessas, destacam-se mais as impressões que as ações, mais as questões da alma do que os acontecimentos externos, a vida cotidiana com ênfase não na relevância de uma atividade, mas na qualidade de um modo de ser. São as que passam em revista o dia como uma maneira de fazer um exame de consciência, avaliar as faltas comuns e reativar regras de comportamento. A prática epistolar pessoal e intimista amalgama-se na tensão entre se colocar sob o olhar do outro e promover um exame de si à medida que provoca uma ação sobre o outro por meio do discurso.

### 1.3 - A carta e a Literatura

É necessário considerar, também, a possível relação entre discurso epistolar e literatura. A maneira de enunciar em determinados instantes e instâncias faz o discurso epistolar identificar-se com determinados campos discursivos que estão além da aplicação pragmática e da investigação intimista. Segundo Tufano (1995), o discurso é literário quando revela algo de universal, atinge a sensibilidade e é capaz de revelar um sentimento de mundo. Essa definição, consoante os estudos desenvolvidos a partir da década de 40, orientados ao exame das marcas intrínsecas que fazem do texto uma obra literária, entendido “como um arranjo verbal autônomo, portanto capaz de determinar suas próprias regras” (ROCHA, 2008, p. 397), permite afirmar que a carta, quando no particular do ato enunciativo, revela algo que a expande em sentido a uma coletividade atemporal entremeada e tramada por meio do manejo artístico da língua, alça-se à condição de discurso literário por operar, inclusive como este, num lugar de ausência.

Conforme Maingueneau (2006), esse lugar de ausência atesta uma condição paratópica, pois efetiva uma negociação sem prescindir, contudo, de uma identidade discursiva. Ao eleger esse lugar paradoxal que não nega, mas tampouco afirma pertencimento, o ato enunciativo é problematizado. Esses discursos não são, dessa forma, apenas modalidades sociais que circulam na esfera íntima, mas sem deixar de sê-lo, são correspondências pessoais que emergem como discursos literários engendrados num duplo movimento de gerir e ser gerido por uma cenografia que lhe pertence.

Transmutada, então, em literário, a carta versa duplamente sobre temas universais e particulares como sociedade, verdade, beleza, a existência, a morte, o amor, o cotidiano aparente ou factual e toda sorte de temas e questões encontram guarida em seu corpo, até mesmo a própria arte, que nesse instante é o que aborda e o que a constitui. Verdade que qualquer carta pode abordar esses temas, todavia, o que se coloca em questão é a forma como o escritor na intenção epistolar esbarra na literatura, ou mesmo pela força da crítica literária que encontra em seu corpo traços de literalidade que a alça à condição de obra literária.

Não se trata do romance epistolar, a exemplo de *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774)<sup>9</sup>, de Goethe, que nasceu com propósito literário no mote da cenografia epistolar, mas sim daquelas construídas com o objetivo primeiro de interação particular. As cartas de Madame Sévigné [1626–1696]<sup>10</sup> e de Sórora Mariana Alcoforado [1640-1723]<sup>11</sup> trocadas com pessoas de seus círculos de amizade e familiar, hoje são consideradas, respectivamente, clássicos da literatura francesa e portuguesa (GALVÃO, 1998). Isso porque as escritoras fizeram um investimento em efeitos de sentidos e no manejo da língua, que provocam nos leitores atuais, quiçá nos destinatários originais, também o deleite pelo discurso em si. Observamos esse quadro nas felicitações natalinas enviadas por Carlos Drummond ao amigo Mário de Andrade, que se depara com uma carta-arte, conforme atesta o fragmento a seguir:

Belo Horizonte, 01 janeiro de 1931

Mário,

estive relendo tuas cartas  
meu amigo  
e logo um pensamento bom  
pensamento de Natal  
pensamento de Ano Novo  
voou de mim para você.

Corre, pensamento bom,  
sobre as montanhas de Minas  
sobre a verde Mantiqueira,  
vai dizer ao meu amigo  
em São Paulo  
que estou me lembrando dele,

lembrando com amizade...  
[...]

Olha o abraço do  
Carlos

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 399)

Esse trabalho-arte com a língua, próprio do discurso literário, revela que as escolhas de Carlos Drummond refletiram a construção de um código e formato próprios àquele discurso (MAINGUENEAU, 2005) que reconfiguraram as fronteiras

<sup>9</sup> VON GOETHE, Johann Wolfgang. *Os sofrimentos do jovem Werther*. Porto Alegre: Martin Claret, 2010. [1997 refere-se à edição original em alemão].

<sup>10</sup> FRITZ, Nies. *Les lettres de Madame de Sévigné: conventions du genre et sociologie des publics*. Traduit de l'allemand par Michèle Creff. Préface de Bernard Bray. Paris: Honoré Champion Éditeur. 7. Quai Malaquais (V1), 2001.

<sup>11</sup> ALCOFORADO, Mariana. *Cartas de amor*. Tradução e apresentação de Marilene Felinto. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

do gênero, alocaram a missiva em um espaço problemático do campo literário pautado pela questão “É ou não literatura?” e promoveram uma tensão entre a instância primeira de comunicar e a essência de significar. O discurso revela, desse modo, uma maneira paradoxal de enunciar e deixa entrever uma outra e concomitante instância focada no ato de construção do discurso sob a perspectiva estético-subjetiva concorrente à objetividade do ato comunicativo porque, enquanto a carta tem compromisso com a veracidade, a literatura tem com a ficção e a plurissignificação (KOHLRAUSCH, 2015). A poeta Ana Cristina Cesar (1999 [1952-1983] traduziu essa inquietude, que é a do próprio escritor e não apenas dos agentes – críticos, estudiosos, apreciadores – do campo literário:

É que em carta fica difícil o limite entre o arbitrário, o gratuito, o voo e a correspondência, a significação, a comunicação. Ou melhor, a gente tem medo de desembestar para o voo. De dizer coisas que não sabe explicar. A leitora pedirá explicações, sutilmente exigirá que se desfaça o feitiço, ou o jogo. Só por insegurança. Ou como ajuizada medida para não receber de volta cartas em que a literatura vá ocupando cada vez mais terreno, até que não sobre nada, mas a literatura (CESAR, 1999, p. 197).

Nesse sentido, esses discursos não são apenas correspondências pessoais enviadas a amigos e familiares para relatar sentimentos, alegrias e revezes da vida; são, também, discursos literários engendrados por meio das escolhas do escritor. Mesmo que em sua origem não nasçam com intenção artística, podem ser considerados um gênero literário, caso apresentem uma pátina estético-literária em sua concepção e, quando publicadas, passam a fazer parte do legado do autor (VASCONCELLOS, 2008). Há ainda a considerar, acrescenta Galvão (1998), que não é possível saber se nesses casos, em alguma medida, o autor inventa e embrenha-se pelo campo da ficção, condição própria ao literário.

Galvão (1998) destaca, ainda, que a epistolografia, na literatura, costuma ser um trabalho paralelo para os estudos literários, pois as cartas são materiais que fornecem ao pesquisador:

1) Elementos preciosos para a reconstituição de percursos de vida; 2) Fontes de ideias e de teorias não comprometidas pela estética; 3) Em certos casos ainda, como os de Madame Sévigné e de Sórora Mariana Alcoforado, um estudo exclusivo devido à qualidade impecável da escrita (GALVÃO, 1998, p. 156).

Consoante o item 2, em outra carta a Mário de Andrade, o poeta de Itabira problematiza a concepção de literatura ao emitir juízo sobre a obra de São Francisco de Assis:

Estive algum tempo imaginando que o motivo da simpatia unânime que ele desperta está no fato de ser um santo literário. Hoje me arrependo desse juízo. Não só ele não é literário como também não há literatura que o corrompa. Debaixo de tudo quanto já se escreveu sobre ele, continua a mesma criatura simples como água, amável e amorosa. A poesia dele foi um êxtase. E sua vida foi sua melhor poesia. [...] (ANDRADE, C. D., 2002, p. 246).

Assim, é perspectiva da crítica literária que as cartas de escritores trocadas com amigos e familiares permitem a análise do processo criativo em razão de abundarem as referências a ele e a sua organização, além da configuração do sujeito do próprio artista (SOUZA, 2013), por meio das opiniões pessoais contidas nesses discursos. A literatura é um discurso com regras próprias e ao lermos a carta de um autor consagrado, de quem reconhecemos uma identidade e pertencimento a um campo discursivo, o que esperamos senão algo de literário?

No âmbito da retórica, ainda que nos afastemos da figura do autor biográfico, teremos um orador que faz opções em relação à organização do discurso e articulação do código. Faz escolhas estéticas, equilibradas entre o prosaico e o literário, que delineiam o *ethos* e produzem os efeitos patéticos no auditório. Era comum, por exemplo, nas epístolas de Platão [427/428-347 a.C.], o uso de estratégias literárias para fortalecer os argumentos e acessar e atingir de forma mais incisiva os interlocutores (MIRANDA, 2000), por meio da aposta nos efeitos de uma escrita que combinava diferentes formas de dizer.

#### **1.4 - Retórica do epistolar**

Os registros mais antigos de epistolografia ocidental pertencem aos filósofos gregos Isócrates [436-338/336 a.C.], Epicuro [341-271/270 a.C.] e Platão. Muitas das correspondências em trânsito destinavam-se ao ensino, e outras, dirigidas a indivíduos com posições sociais importantes, abordavam questões de interesse da comunidade; por isso, tinham seu conteúdo compartilhado quando da instauração da prática da carta aberta. As epístolas de Epicuro voltavam-se mais para o ensino; as de Isócrates e as de Platão, de caráter reservado, eram mais relevantes sob o ponto de vista da história política e filosófica. O principal eixo condutor das correspondências era de teor moralizante e de exercício intelectual, no entanto, havia espaço para a reflexão sobre a composição do gênero e, amiúde, esse era o tema principal da própria epístola (TIN, 2005).

Já os precursores teóricos da escrita epistolar abordaram o assunto em suas obras, porém não de maneira autônoma. As menções a técnicas adequadas a essa atividade integram as próprias correspondências ou ganham algum espaço em tratados de retórica (TIN, 2005). Entre as epístolas, ganham destaque as de Cícero [106-43 a.C.], nas quais a exatidão modelar concorre igualmente com as questões ligadas ao tema apresentado em seu corpo; para cada tema, o romano possuía soluções adequadas de desenvolvimento do discurso. Em virtude desse rigor, foi indicado como modelo a ser seguido, sobretudo no Renascimento, pois em suas cartas, de maneira paralela, ensinava a desenvolver os temas com o estilo necessário a cada tipo de carta, públicas ou privadas, e alguns princípios gerais comuns a todas (MIRANDA, 2000). Esses princípios, durante a antiguidade, tinham como base o conceito de que a carta é “um diálogo entre amigos e, como tal, deve ser breve e clara, adaptando-se aos seus destinatários e empregando o estilo mais apropriado” (TIN, 2005, p. 18).

No entanto, há ressalvas para serem consideradas ante a afirmação de diálogo epistolar entre amigos, pois, embora seja uma forma de diálogo e esse conceito acabe por integrar a teoria de *ars epistolares*, tem como principais traços distintivos a ausência e a escrita. Logo, exige maior elaboração que o diálogo face a face porque o remetente precisa antecipar os ruídos de comunicação, conforme defende Demétrio de Faleros [350-280 a.C.] em *De elocutione*, tratado escrito em latim entre os séculos I a.C. e I d.C. e primeira obra autônoma sobre epistolografia (TIN, 2005).

Quanto aos teóricos da Retórica, o registro mais antigo é de Caius Julius Victor (1980 *apud* Martin, 2010), retor que viveu no século IV d.C. e incluiu em seu manual, *Ars rhetorica*, capítulos sobre a conversação e a epístola, algo um tanto quanto inusitado para a época, já que os manuais de retórica visavam ao discurso oratório, apesar de Sêneca, séculos antes, já ter chamado a atenção para a importância desse tipo de discurso, ao aproximar a troca epistolar da conversação e opô-la ao discurso oratório:

Tens toda razão em exigir que tomemos mais frequente esta nossa troca epistolar. A conversação é sobremaneira útil, porquanto se grava no espírito a pouco e pouco: os discursos preparados e pronunciados perante um auditório, se se revestem de mais aparato, carecem de familiaridade (SÉNECA, 2004<sup>12</sup>, *apud* Martin, 2010, p. 18).

Essa oposição entre formal e familiar, não obstante, não é plana porque mesmo numa situação formal de articulação do discurso judicial ou deliberativo, por exemplo, o orador pode optar por um tom mais informal em busca de familiaridade com o objetivo de suscitar a benevolência do auditório.

Caius Julius Victor (1980 *apud* MARTIN, 2010) defende que a conversação é mais recorrente que o discurso oratório e, por isso, não deve ser tratada com menos atenção, o que explica seu esforço em tecer com destaque, em sua *Ars rhetorica*, considerações e regras específicas para o desenvolvimento de uma conversação profícua, elegante e sem ostentação, que escolha mais

as palavras verdadeiras que as sonoras; sejam poucas as metáforas, e não aquelas buscadas longe; sem os arcaísmos; seja sem figuras insignes; sem estrutura mais suave; sem período; sem entimemas; em suma, deixes de lado todas as ginásticas retóricas que, assim como acrescentam autoridade ao discurso oratório, assim subtraem fidedignidade à conversa (VICTOR, 1980 *apud* MARTIN, 2010, p. 145).

No capítulo dedicado às epístolas, preconiza que muito do que foi preceituado à conversa convém às epístolas. Isso porque a carta é uma conversação prefigurada pela ausência do outro, que a princípio o remetente tenta dirimir no processo de escrever, ler a si mesmo, refletir, prever a reação do outro, escrever e reescrever. Logo, é comum perceber características na elocução epistolar que tentam reproduzir o dinamismo da conversa e as percepções imediatas próprias do diálogo face a face. No fragmento a seguir, Mário de Andrade antecipa as queixas e respostas de Carlos Drummond na tentativa de burlar, até mesmo desconsiderar, a disjunção da resposta; para isso, prevê os argumentos para não cumprimento da tarefa – a falta de assunto, a falta de engenho ou inspiração – e contra-argumenta para superar qualquer obstáculo que surja na recepção.

---

<sup>12</sup> SÉNECA, Lúcio Aneu. **Epístolas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de José António Segurado e Campos. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Nem precisa me responder. Deixa de besteira e me mande imediatamente o primeiro artigo pro Diário. Pegue na pena agora mesmo e escreva. Como assunto lembraria “A Saudade”, “A morte do aviador”, [...] não há burragem momentânea neste mundo que impeça você de ser inteligente e legível. Ou se explique, mas sem pesquisas morais. Diga “não posso porque quebrei o braço” (ANDRADE, C. D., 2002, p. 381).

Assim, na correspondência epistolar, é preciso pensar no perfil do destinatário e como será recebida a missiva. Deve-se considerar o gênero, a idade, a condição social e a circunstância de comunicação para a seleção e articulação de argumentos, construção de um *ethos* que inspire confiança e promova as paixões mediante o reconhecimento do que é mais adequado ao seu auditório, no caso, o destinatário. Nessa direção, a escrita epistolar também era aplicada como exercícios que antecediam os estudos de retórica, sem, contudo, ser o seu fim (MARTIN, 2010). A lógica determinava que da mesma forma que ao aluno de oratória era solicitado desenvolver um discurso adequado ao auditório, a mesma exigência era determinada ao discurso epistolar em suas especificidades.

Ademais, consoante Demétrio, que critica o uso da epístola como tratado, como fizeram Aristóteles e Platão, afastada de sua essência natural de correspondência pessoal, Victor (1980 *apud* MARTIN, 2010) afirma que a linguagem precisa ser adequada:

Nesse gênero, requerem-se, por obra de proveito o peso das sentenças, as luzes das palavras, as distinções das figuras, em suma, todos os preceitos oratórios, com uma só exceção: que extraiamos algo desses recursos supremos, e uma linguagem apropriada desenvolva o discurso se abordares algo histórico na epístola, é preciso que seja desviado da forma plena da história, para que não se agaste da graça da epístola. Se, ainda, escreveres algo mais erudito, discorra de tal maneira que não corrompas o modo epistolar (VICTOR, *apud* MARTIN, 2010, p. 148).

Victor defende, dessa forma, a clareza como primordial, já que a epístola se propõe ao diálogo com interlocutores ausentes, conseguida pelo uso de um registro mais elevado que o do cotidiano, sem incorrer em exageros. Os pensamentos devem ser completos e desenvolvidos, sem expectativas de que o interlocutor consiga subentender os não ditos. De tal maneira se faça agradável e relicário de cumplicidade, que permita a sensação para os dois sujeitos da comunicação, remetente e destinatário, de trazer o outro à presença e promover o desejo de leitura e releitura. Para isso, prescreve:

Felicita o caso bem-sucedido mais prolixamente, para que exaltes a alegria dele; quando topares alguém que dói, consola-o com umas poucas palavras, porque a úlcera, quando é tocada com a mão aberta, ainda se dilacera. Brincarás com os familiares nas cartas de modo que imagines que possa suceder que leiam essas cartas num momento mais triste. Nunca convém brigar, mas à epístola absolutamente [não convém] (VICTOR, 1980 *apud* MARTIN, 2010, p. 148).

Em relação aos elementos paratextuais, os prefácios e subscrições devem ser adequados à circunstância de comunicação, ao grau de amizade e merecimento, observada a ordem de costume. Ressalta que, manuscruver as próprias cartas, ou pelo menos subscrevê-las, envia sinais de deferência; interpelar o outro como se estivesse presente, é gracioso. Valoriza a tradição clássica ao aconselhar o acréscimo de citação em grego sem incorrer, entretanto, em exageros (VICTOR, 1980 *apud* MARTIN, 2010).

Tanto Demétrio quanto Victor deram ênfase à carta pessoal e prescreveram para um grupo de pessoas de interesses ligados a essa esfera. Aquele, inclusive, afirmou que tal gênero deveria restringir-se a questões de foro íntimo. Victor considerou, caso não fosse essa a circunstância de comunicação, que se mantivesse maior severidade (MARTIN, 2010). A construção do discurso epistolar foi abordada em manuais e tratados, por gregos e latinos, e dentro das próprias produções epistolares. Este, um fato recorrente que demonstra o espírito investigativo daqueles que, além de escrever para alicerçar amizades e atender anseios particulares, refletem sobre a composição da epístola como o diálogo sem o outro.

Essa ausência exige que o remetente preencha o espaço, também ocupado pelo destinatário, caso haja reciprocidade e alternância de papéis. O desenvolvimento desse processo depende das referências e dos interesses em comum e da disposição e capacidade dos interlocutores para acessá-los na memória. A carta, por sua essência, depende da memória em diferentes perspectivas, pois nela estão inscritos o conhecimento e os eventos, os modelos e as representações partilhados durante a comunicação. Em vista disso, abordamos esse tema, um dos pilares desta pesquisa, no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II – MEMÓRIA

*De cacos, de buracos  
de hiatos e de vácuos  
de elipses, psius  
faz-se, desfaz-se, faz-se  
uma incorpórea face,  
resumo de existido.*

Carlos Drummond

### 2.1 - A memória e as áreas do conhecimento

Nos versos de *Teogonia*<sup>13</sup>, o aedo Hesíodo [atividade entre 750 e 650 a.C.] cantou a origem dos deuses mitológicos gregos. Entre eles, apresentou Mnemósine, a titã filha de Gaia e Urano, que personifica a memória. Seu nome liga-se ao verbo *mimnéskein*, que significa “lembrar-se de”. Ora, assim, a deusa é a depositária, confidente e testemunha dos fatos inscritos ao longo do tempo que, quando evocados, emergem como lembranças, reminiscências, marcas e vestígios daquilo que se conserva na memória. Deusa dos aedos e dos narradores da Antiguidade, gerou nove filhas, as musas, a quem os artífices das artes recorriam em busca de inspiração; ela mesma era a musa por excelência da poesia épica, de cujo processo de rememoração se “funda a cadeia da tradição que transmite os acontecimentos de geração em geração” (BENJAMIN, 1985, p. 228 [1892-1940]).

As formas de manutenção e transmissão desse legado ao longo do tempo atestam o vínculo indissociável entre memória e seus processos de rememoração e esquecimento com os avanços alcançados pelo homem. Da transmissão oral para a transmissão escrita, observamos uma reformulação inexorável e contínua no modo de contato com o passado para projeção ao futuro. Da escrita para a mecanografia e desta para os meios eletrônicos, testemunhamos um salto que deixa vislumbrar a amplitude de caminhos e recortes possíveis para o estudo da memória individual e coletiva, dos seus artefatos de suporte, bem como de seus processos paradoxais: lembrar e esquecer.

---

<sup>13</sup> HESÍODO. *Teogonia*: trabalhos e dias. Tradução de Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2011.

As diferentes áreas do conhecimento, de acordo com suas bases teóricas e diferentes vieses de estudo, produzem conceitos complementares que estabelecem, reformulam ou apagam fronteiras, divergem ou convergem, muitas vezes em busca de um consenso que acaba por levantar novos questionamentos. Le Goff (2013) mostra a dimensão desse objeto segundo conceitos formulados pelas diferentes áreas:

Fenômeno individual e psicológico (*cf. soma/psiche*), a memória liga-se também à vida social (*cf. sociedade*). Esta varia em função da presença ou ausência da escrita (*cf. oral/escrito*) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (*passado/presente*), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (*cf. filologia*), acumular objetos (*cf. coleção/objeto*). A apreensão da memória depende desse modo do ambiente social (*cf. espaço social*) e político (*cf. política*): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (*cf. imaginação social, imagem, texto*) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (*cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade*) (LE GOFF, 2013, p. 387).

Isso posto, desperta o interesse do psicólogo e psicanalista, do sociólogo e historiador, do neurologista e linguista e de pesquisadores que buscam entender esse fenômeno atrelado às questões psíquicas e sociais. Essa diversidade também foi traduzida por Gondar (2016), ao afirmar que

a memória nunca é: na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável. A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis (GONDAR, 2016, p. 19).

Gondar (2016) defende, assim, a impossibilidade de conceituação unívoca por qualquer área do conhecimento, pois no interior de cada disciplina ela é um objeto controverso e exige um aporte transdisciplinar para, no entrecruzamento de olhares, pôr “em xeque a disjunção entre disciplinas” (GONDAR, 2016, p. 22) e permitir a produção de diferentes efeitos entre os diferentes saberes e, em vista disso, uma pergunta respondida em uma área pode gerar questionamentos em outra área.

Le Goff (2013) aponta que os estudos desenvolvidos por Leroi-Gourhan<sup>14</sup> (2002 [1911-1986]) distinguem três tipos de memória: a específica, a étnica e a artificial.

<sup>14</sup> LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. Tradução de Vitor Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 2002. [Edição original francesa: **Le geste et la parole**. 2 vols. Paris: Michel, 1964-65.].

O pesquisador esclarece que a memória específica é a base sobre a qual se produz o nexos dos atos; a étnica reflete a fixação dos comportamentos de espécies animais e assegura a sua reprodução nas sociedades humanas; a artificial, destituída dos instintos e da reflexão, promove a reprodução de atos mecânicos. Para Gondar (2016), o diálogo transversal entre a cibernética e a biologia, por exemplo, permite o aprimoramento e o avanço nos estudos do código genético apresentado como uma memória de hereditariedade e prevê o aporte nos outros tipos de memória.

Assim, os estudos sobre memória avançaram tanto quanto se diversificaram ao longo do tempo, a ponto de afastarem-se com relevância do conceito de memória como arte para a fixação do discurso por meio de artifícios mnemônicos, como era vista na Antiguidade Clássica.

## **2.2 - Arte mnemônica e discurso**

Durante a Antiguidade Clássica, a memória foi exercitada por estar integrada à vida dos gregos e dos romanos, em virtude das necessidades demandadas pela tradição oral, ou pelo exercício da eloquência nas discussões políticas e nos tribunais realizados nas ágoras e assembleias, que exigiam o preparo e a memorização dos discursos. Entendida como técnica integrante da educação formal, não se apresentou a necessidade de tratar em específico do assunto. Talvez, por isso, mesmo intrínseca às práticas cotidianas de oratória, Aristóteles também não a abordou em *Arte Retórica*.

Entretanto, no tratado *De memoria et reminiscencia*, o filósofo concebe a memória como propriedade anterior à reminiscência e própria ao animal, ao corpo e à alma do homem. A reminiscência, assim como a imaginação, pertence à alma, porque é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal (ROSSI, 2010). Logo, a reminiscência não é passiva e traduz o processo de recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentados, que persistem na memória, por isso, uma vez que lembrar implica um esforço deliberado da mente, é exclusivo ao homem.

Já Platão (2000), no *Fedro*, debruçou-se sobre a questão ao discutir retórica e vinculá-la à memória, de maneira mais específica ao processo de rememoração, “como uma arte não da persuasão, mas da enunciação da verdade e de persuadir que se trata mesmo dela” (ROSSI, 2010, p. 16). Nesse viés, a persuasão evidenciaria a potência sacra da memória, pois, como afirma Tringali (2014), o filósofo concebia certa aura divina ao diferenciar memória de recordação e considerar esta o resultado possível do acesso àquela na condução ao divino.

A memória é a faculdade de lembrar as experiências que a alma tem neste mundo de sombras. A recordação é o poder de lembrar, através deste mundo de sombras “o mundo das Ideias”. Sob a forma de recordação, a memória alcança o mais alto nível de conhecimento (TRINGALI, 2014, p. 213).

Tringali (2014) remete, portanto, ao percurso dialético ascensional platônico, segundo o qual, a partir do mundo sensível e das paixões, é possível ascender ao mundo das ideias e por meio da razão alcançar o conhecimento das formas em sua Beleza e Verdade, isto é, acessar a memória e recordar do que se sabia antes de ser aprisionado neste mundo das sombras. No contexto dos diálogos platônicos, à memória era atribuída certa desconfiança por ser abordada em paralelo com as críticas à sofística, que, para o filósofo, não buscava a verdade, mas sim fazer as coisas parecerem justas ou injustas conforme a conveniência, do mesmo modo que acusava a Retórica de apenas alimentar as opiniões (*doxa*) e optar pelo verossímil.

Embora considerada por Platão e inserida na educação grega como fator que podia determinar o sucesso, ou não, do discurso, é somente com os romanos que a memória ganhou contornos de arte e filiou-se à Retórica como etapa entre o desenvolvimento (*inventio, dispositio, elocutio*) e a apresentação do discurso (*actio*). Essa filiação não ocorreu sem alguma controvérsia; segundo Tringali (2014), alguns tratadistas consideravam que ela realizava uma atividade genérica inseparável de qualquer operação da mente e, por isso, sem legitimidade como parte da Retórica. Todavia, as oposições não foram desenvolvidas, ou não levantaram argumentação sólida para aliená-la da Retórica. Em contrapartida, com mais fundamentos, houve defesas no sentido de que era importante não apenas para a comunicação do discurso, mas também na sua produção e execução.

A Retórica antiga distingue dois tipos de memória: a natural, recebida ao nascer, e a artificial, desenvolvida pela prática de exercícios, que visa a compensar a natural,

potencializar e controlar o esquecimento, já que não compreende apenas a faculdade de lembrar, mas também a de esquecer. Nesse contexto, surge a Mnemônica, disciplina inventada pelo poeta Simônides de Ceos [556-468 a.C.] e orientada a desenvolver a memória. Esse caráter complementar de uma em relação a outra é reafirmado por Cícero (2005), para quem a Memória era o tesouro da Retórica.

Existem duas memórias: uma natural, outra produzida pela arte. Natural é aquela situada em nossa mente e nascida junto com o pensamento; artificial é aquela que certa indução e método preceptivo consolidam. Porém, como em tudo mais, é frequente a aptidão do engenho imitar a doutrina, e a arte, por sua vez, fortalecer e aumentar a comodidade natural. Assim acontece aqui: às vezes a memória natural, se alguém a tem excelente, é semelhante à artificial, que, por sua vez, conserva e amplia a comodidade natural com um método de ensino. Por isso, para ser excelente, a memória natural deve ser fortalecida pelo preceito, bem como precisa do engenho aquela que se adquire com a doutrina (CÍCERO, 2005, p. 183).

A Mnemônica ajuda a cuidar da memória por meio de estratégias de associação de ideias. Os principais artifícios são a associação de partes do discurso com lugares, cômodos da casa, e as imagens com objetos neles contidos. Desse modo,

A memória artificial constitui-se de lugares e imagens. Chamo lugar aquilo que foi encerrado pelo homem ou pela natureza num espaço pequeno inteira e distintamente, de modo que possamos facilmente percebê-lo e abarcá-lo, um canto, um arco e coisas semelhantes. Já as imagens são determinadas formas, marcas ou simulacros das coisas que desejamos lembrar. [...] Devemos, então, se desejarmos lembrar muitas coisas, preparar muitos lugares, para neles colocar muitas imagens. Também julgamos que se devam ordenar esses lugares, para não acontecer de, por confundir a ordem, sermos impedidos de seguir as imagens partindo do ponto que quisermos – do começo ou do fim –, e de proferir o que havia sido confiado aos lugares (CÍCERO, 2005, p. 183-185).

O sucesso da técnica está atrelado à boa disposição do discurso que favorece a criação e ordenação lógica das imagens e espaços para conseqüente memorização. Ainda, é conveniente a criação de imagens semelhantes às verdadeiras e necessário que elas sejam “fortes e inesquecíveis, e incisivas, adequadas à recordação e que persistam na memória por mais tempo” (SILVA, 2013, p. 31) para que o orador, uma vez memorizado o discurso, possa reproduzi-lo em público. Além desse papel voltado à ação, a memória é indispensável às etapas previstas no sistema retórico para a composição do discurso, pois ao percorrer as partes de produção do discurso, ou mesmo quando o improvisa, o orador precisa acionar conhecimentos armazenados na memória e aplicar os modelos comunicativos e situacionais mais adequados para persuadir o auditório.

Até mesmo para o auditório, a memória é importante, porque é necessário que ele retenha as principais informações para acompanhar o raciocínio ao longo do discurso e o fundamental até o final da exposição. Desse modo, compete ao orador, com técnicas mnemônicas, auxiliar o auditório a reter essas informações por intermédio da construção de associações, do balanceamento da extensão das sentenças e até mesmo pela entonação, gestos, olhares e postura. Em resumo, pela articulação balanceada da proxêmica e da *knésica* ao longo da comunicação do discurso, o orador não apenas reforça o *ethos* como também induz marcações específicas dos pontos principais, para que caem mais profundamente na memória do auditório por meio da percepção dessas informações não verbais.

Hoje em dia, os suportes midiáticos facilitam ao orador a apresentação do discurso e ao auditório o acompanhamento, porquanto permitem a utilização da imagem projetada com associações materializadas diante do orador e do auditório. Aliás, o bom uso delas pode ser fator de persuasão, uma vez que revelam algo do caráter do orador, como a competência e o domínio desses recursos, que vão desde *softwares* para apresentação até pontos eletrônicos que o mantém em contato com equipes de bastidores prontas a suprirem eventuais necessidades durante a ação. Assim, a tecnologia é suporte para a assimilação e o acompanhamento do discurso em razão de permitir que as técnicas mnemônicas desenvolvidas pelo orador sejam compartilhadas concretamente com o auditório. As apresentações com efeitos tecnológicos inserem o auditório no palácio mnemônico e permitem que caminhe por ele junto com o orador. Logo, tanto quanto mais dinâmica e equilibrada é a apresentação, tanto mais atrativa é esta memória digital e, por conseguinte, mais fácil o discorrer do discurso, a orientação dos valores e a manutenção da atenção e benevolência do auditório.

Os *softwares* de apresentação trazem os apontamentos que normatizam a memorização em 2º grau do discurso (TRINGALI, 2014), por exemplo, apenas a fixação dos pontos básicos nos *slides* da apresentação, e tornam mais rara a memorização integral do discurso – memorização em 1º grau. Apesar do caráter nobilitante que a memorização integral possuía na Retórica Antiga, desde a Retórica Moderna é cada vez menos frequente. Além disso, esses recursos tecnológicos fazem despontar a questão que teve lugar na antiguidade,

resguardadas as adequações exigidas pela realidade contemporânea que permite o registro e inscrição em diferentes linguagens: a escrita prejudica, ou até mesmo dispensa, a memória? Platão (2000) aborda o tema no *Fedro* e estabelece um contraponto entre o discernimento do deus Hermes Trimegistos, que a escrita é um elixir para a memória, e o vocalizado pelo rei Tamuz, que, ao contrário, faz o homem esquecer porque deixa de ser exercitada. No diálogo, Platão enxerga desvantagens e afirma que é remédio para a rememoração e, ainda assim, prejudicial à educação, pois o texto escrito, se interpelado, fornecerá sempre as mesmas respostas.

Tringali (2014) revela que essa preocupação é pacificada por Cícero, que concebe a memória como irmã gêmea da escrita. Pode enfraquecê-la ou fortalecê-la, pois como “tesouro da mente”, segundo o orador, sem ela não nasce e robustece a sabedoria e, por conseguinte, nada haverá de valor para ser registrado. Mesmo a preparação do discurso não despreza a evocação de referências e conhecimentos armazenados na memória, ao passo que, após o registro, a leitura opera como um dispositivo de rememoração, pois, de alguma forma e em alguma substância, durante a construção, o discurso já se fundou na memória.

O rei Tamuz, decerto, ficaria aflito com outra invenção tecnológica da modernidade, o computador. Capaz de armazenar uma infinidade de informações, é hoje um artefato do qual grande parte das pessoas e das empresas não podem, ou não querem, prescindir. Ninguém nega as facilidades cotidianas que a tecnologia propicia e a pluralização de uma memória coletivamente construída, compartilhada e posta à disposição do homem com o advento e popularização da internet. Ainda assim, os temores do rei seriam infundados, “porque a memória do computador é morta e a memória do homem é viva” (TRINGALI, 2014, p. 214) e geradora da memória artificial, cujas novas inserções dependem de ações humanas, ao passo que a do homem reflete as experiências vividas e inscritas na alma e no corpo. Quando os fatos são revestidos de sentimentos e emoções, tornam-se memórias laqueadas de subjetividade, moldadas pelo contexto histórico, pela passagem do tempo e pelo particular de cada olhar que presenciou o fato ou apenas o herdou.

Ademais, as percepções do sujeito, sua relação com os outros e com o mundo inscrevem um tom particular naquilo que é evocado pelo processo de

rememoração. O discurso poético é exemplar na consubstanciação metafórica dessa *nuance* singular. Em uma estrofe do poema *Estampas de Vila Rica*, que compõe a seção *Selo de Minas*, do livro de poemas *Claro Enigma* (1951), Carlos Drummond (2012) fornece um retrato subjetivo de Ouro Preto, ou melhor, de Vila Rica, já que apesar da mudança de nome ocorrida em 1823, o poeta optou pelo nome de outrora, aquele que guarda as lembranças de um passado histórico:

Pequena prostituta em frente a Mercês de Cima  
 Dádiva de corpo na tarde cristã.  
 Anjos caídos da portada  
 E nenhum Aleijadinho para recolhê-los.

(ANDRADE, C. D., 2012, p. 67)

Mercês de Cima<sup>15</sup> é como ficou conhecida a igreja da Irmandade das Mercês e Misericórdia, fundada em 1771. Localizada em uma das extremidades da cidade e em ponto elevado, boa parte de Vila Rica, inclusive o coração histórico da cidade, descortina-se à sua frente, o que leva a questionamentos sobre quem ou o que é a pequena prostituta à sua porta. Desvelar e compreender o discurso e delinear possíveis interpretações direciona ao passado histórico e ao recente, ao que está armazenado na memória social, além do levantamento de marcas e vestígios inscritos ao longo do tempo que permitam o alinhamento do passado ao presente sem, contudo, negar a subjetividade inerente a esse tipo de discurso. Construído na e por uma memória legada e resignificada, concebida na vivência particular e coletiva do orador, o discurso revela memória atualizada, revitalizada e revestida de subjetividade.

Afora essa amplitude contingente e semântica, o que se nos apresenta, ademais? A memória como base argumentativa e a referência a Aleijadinho como chave de acesso àqueles que escolham perscrutar o porquê da cidade, da história da cidade, e até mesmo do presente da cidade e seus cidadãos serem relacionados à imagem de uma prostituta e de anjos caídos. Essas imagens acionam referências traduzidas em modelos mentais resultantes das interações humanas emolduradas pela *doxa*, e resultam dos processos cognitivos que auxiliam o homem na compreensão e interpretação dos discursos.

---

<sup>15</sup> Informações sobre a história da Irmandade Nossa Sra. das Mercês e a construção do templo disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\_consulta.asp?Linha=tc\_belas.gif&Cod=1372]. Acesso em: 27 nov. 2019.

### 2.3 - Memória e cognição

Trabalhos pioneiros em linguística, psicologia e inteligência artificial passaram a reconhecer a importância do discurso no estudo do processamento da linguagem, impulsionados pelo interesse em memória semântica e a construção de um modelo cognitivo de compreensão do discurso. Esses interesses, aliados às descobertas e necessidades surgidas nessas áreas ao longo dos anos, levaram ao desenvolvimento de um modelo geral de memória no processamento do discurso (VAN DIJK, 2008).

É próprio ao homem, em decorrência das situações e eventos aos quais é exposto, sobre aqueles que ouve falar, daquilo que lê e como resultado das interações nas as quais se envolve durante a vida, desenvolver modelos de memória que são acionados como suportes e dispositivos para o seu agir no mundo. Essas exposições geram representações alocadas na memória, com base em informações visuais e linguísticas, em decorrência da compreensão que se tem delas e das reminiscências que as alimentam.

Tais modelos desempenham papéis fundamentais na compreensão, interpretação e construção do discurso, pois por meio deles são construídos significados e interpretações simultâneos à vivência das experiências; por isso, são dinâmicos e permanentemente atualizados com informação e *feedback* novos, conforme afirma Van Dijk (2008). Baseado em pressupostos cognitivos e contextuais, o pesquisador desenvolveu um modelo orientado à percepção de como se processa a compreensão do discurso, contudo, salienta que seu trabalho não se encontra teoricamente esgotado e que possui limitações empíricas em virtude de sua configuração genérica e da vasta abrangência e diversidade das relações humanas. Para nossa pesquisa, o interesse está na configuração da memória como armazém de estratégias, que fazem parte do conhecimento global, aprendidas e reaprendidas, alimentadas e retroalimentadas, ativadas e atualizadas como resultado da formação do conhecimento, cujo uso está na dependência dos objetivos do homem, suas crenças, valores e avaliações pessoais. Dentre elas,

podemos perceber estratégias retóricas, tanto na produção como na compreensão de estruturas retóricas (figuras de palavras, entre outras). Enquanto a função principal da variação estilística é sinalizar relações entre o discurso e o contexto pessoal e social da fala, as estruturas retóricas são usadas para aumentar a eficácia do discurso e interação cognitiva. São, portanto, estratégias por definição, já que são usadas para perceber, da melhor maneira possível, os objetivos da interação verbal tais como compreensão, aceitação do discurso e sucesso do ato da fala (VAN DIJK, 2008, p. 33).

As estratégias acionam modelos que são representações alimentadas por *frames*, “mecanismos cognitivos através dos quais organizamos pensamentos” (DUQUE, 2015), e por *scripts* sociais e culturais, que são conhecimentos e condições referenciais do mundo, produtores de interpretações lógicas e relativas, calculadas em termos de condições de valor-de-verdade relativamente a mundos possíveis. Portanto, “se os usuários da linguagem forem capazes de construir (ou recuperar) um modelo satisfatório de um discurso, então diremos que ‘entenderam’ o texto” (VAN DIJK, 2008, p. 160). Do mesmo modo, se o orador for capaz de resgatar estrategicamente um modelo, já concebido e alocado na memória, satisfatório aos propósitos persuasivos emoldurados por determinado contexto retórico, não apenas em relação à construção do discurso, mas também à sua comunicação, poderemos supor maiores chances de eficácia. Isso porque revela que seus modelos de contexto local ou global contêm parâmetros relevantes da interação comunicativa e de contexto social.

Nesse sentido, a considerar a propriedade do computador e dos servidores de armazenar grandes volumes de dados, frise-se, eles não possuem a mesma capacidade autônoma, imediata e concomitante, estratégica e interativa do homem de produzir, reformular e alimentar seus modelos de situação na memória e transformar suas vivências e experimentações pessoais e sociais em registros cognitivos episódicos traduzidos em representações textuais. Embora estudos sobre inteligência artificial procurem fornecer ao computador habilidades para efetuar funções análogas às do cérebro humano, ele não possui consciência e a capacidade de fabricar seus próprios modelos a partir de informações derivadas de experiências prévias, por meio da exposição direta, participativa e interativa, ou pela indireta, própria à interpretação de discursos.

Essa característica permite, por um lado, a atualização constante de velhos modelos, mas, por outro, atesta que os discursos são coerentes apenas com

relação a tal modelo na memória. Logo, a compreensão e o estabelecimento da coerência podem ser subjetivos e, desse modo, variáveis, já que os modelos estão permeados “pelas opiniões pessoais, baseadas em atitudes, normas, valores ou ideologias mais gerais na memória social que podem ser associadas com os eventos de que trata o texto” (VAN DIJK, 2008, p. 164).

Além disso, os nossos modelos de situação podem ser compartilhados com outros membros e caso esse processo seja recorrente, os membros da sociedade tendem a estandardizar seus modelos e formar modelos mais gerais, abstratos e descontextualizados de situações e eventos estereotípicos ou prototípicos, traduzidos em conhecimento armazenado na memória social na forma de *frames* e *scripts*, cujas variáveis são substituídas por constantes relevantes. Desse modo, os *frames* e *scripts* são as primeiras aquisições aplicadas na compreensão de discursos e antecedem e incorporam a construção de modelos pautados pelo conhecimento e crenças relevantes a um determinado evento ou situação.

Os modelos estandardizados decorrentes de situações frequentes ficam armazenados na memória episódica de onde se abstrai tempo, lugar e circunstâncias específicas delineadas por representações de experiências pessoais. Já o conhecimento prototípico, formado por *scripts* sociais e culturais socialmente partilhados, é armazenado na memória social (VAN DIJK, 2008). No entanto, ambos parecem estar no meio do caminho entre uma coisa e outra; modelos particulares e *scripts* sociais comungam de igual importância no desempenho de tarefas para a compreensão, pois suprem a grande quantidade de informação que está implícita ou pressuposta na interpretação do discurso, quer inferidas de *scripts* sociais quer de experiências prévias concretas. Na produção do discurso, atuam como ponto de partida para a construção de representações semânticas a serem expressas e explicam parte das noções de intenção e sentido pretendido. Em ambos movimentos, há sujeição baseada em opiniões pessoais, atitudes, normas, valores ou ideologias mais gerais na memória social, que podem ser associados de diferentes formas por cada indivíduo, porque

os modelos são subjetivos e avaliativos. Portanto, devemos assumir que as proposições que os representam não somente facultam variação pessoal em termos de completude, ordenação e hierarquia, mas também de informação doxástica. Além do conhecimento, os modelos representam crenças avaliativas, por exemplo, opiniões sobre situações (VAN DIJK, 2008, p. 167).

Os valores combinados no conjunto dessas crenças e opiniões podem ser re-hierarquizados pelo orador por meio do discurso e do acionamento de estratégias que suscitem as paixões do auditório, ao passo que promovem o surgimento de novos modelos e a reformulação dos velhos, enquanto problematizam as convicções e valores que transitam no universo da *doxa*. Para conseguir esse movimento duplo e indissociável, é necessário

muita reflexão prévia e competente articulação discursiva, uma vez que o sentido pretendido se multiplica na mente dos interlocutores, uma vez que o “certo”, embora exista em essência, não possui um rigor estritamente natural, mas pode ser construído em função de uma série de fatores ligados às múltiplas relações que os homens mantêm entre si (FERREIRA, L. A., 2010, p. 14).

Na esfera individual da ética, ou no conjunto de valores morais de um grupo, é possível atuar e mover as pessoas por meio do discurso persuasivo e levá-las a concordar com nossas opiniões, de modo a retroalimentar e transformar seus modelos e representações. O contingenciamento de opiniões exige reconhecimento e posicionamento sobre questões apresentadas e construídas nas relações com o outro e nas mudanças operadas pela passagem do tempo, formadoras de referências inscritas na memória social.

## 2.4 - Memória social

É necessário retomarmos a união divina entre Mnemósine e Zeus que gerou as nove musas, entre elas, Clio, musa da história, e indagarmo-nos a respeito da relação entre mãe e filha, ou seja, “das relações entre memória viva e história escrita” (RICOUER, 2007, p. 154 [1913-2005]). De forma análoga ao mito da criação da escrita e sobre a crítica feita pelo rei egípcio, Ricoeur (2007) questiona se a historiografia não seria a herdeira da *ars memoriae*, pois, se não é de memorização mais do que rememoração, de que trata essa narrativa de lembranças precisas de um acontecimento passado? Bosi (1993) também questionou a respeito dessa relação ao levantar a questão: “O resgate da memória

é como uma história alternativa? Ou um método diverso de abordar a história, que complementa as fontes escritas?” (BOSI, 1993, p. 277).

Esses questionamentos revelam que há uma tensão contínua entre memória e história porque o objeto a ser compreendido, os fatos na memória, está constituído de matéria móvel, o tempo concreto e qualificado das lembranças (BOSI, 1993), portanto, o esforço é estatizar algo que não é estável, tampouco fixo, e paralisá-lo num determinado ponto no tempo. Apesar disso, o fato segue seu curso e transporta ao futuro os efeitos e desdobramentos de sua ocorrência no passado. No final, “tal como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, dela tira sua substância singular e a estereotipa” (BOSI, 1993, p. 281). Dessa maneira, Clio precisa estabelecer parâmetros claros e éticos para construir sua versão sobre o fato, olhar com crítica as reminiscências, pois as memórias além de maleáveis são sobre o tempo vivido singularizado pela cultura e pelo indivíduo, diferente para cada sociedade, cada classe ou grupo.

Isso ocorre porque as lembranças são uma construção social do grupo, da classe ou da nação aos quais as pessoas pertencem, “onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado” (BOSI, 1993, p. 281). A configuração social reagrupa e interpreta num sentido ou em outro as lembranças individuais, enraizadas em diferentes contextos e pautadas por escolhas ideológicas e políticas. A memória individual existe, mas é constantemente traída pela socialização; assim, conforme Halbwachs (2006 [1877-1945]), deve ser entendida como um fenômeno social. Uma vez que a rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas nas quais estamos envolvidos, a lembrança emerge sob a combinação dos elementos dessas redes.

Nesse sentido, algumas narrativas de determinados períodos aludem muito mais a fatos de memória do que a acontecimentos ou fatos históricos; por essa razão, são mais percepções da realidade do que o registro factual gerador de tais percepções (POLLAK, 1992). As percepções sobre os fatos históricos partem, dessa forma, dos elementos que constituem a memória individual e coletiva por serem acontecimentos vividos pelo grupo ou sociedade aos quais a pessoa pertence. Em vista disso, os acontecimentos que não são contemporâneos ao indivíduo também ficam inscritos na memória por serem marcantes de alguma forma e muitas vezes

por se inserirem na esfera pública. Assim, traduz-se o Holocausto para os judeus e mesmos para os alemães que não viveram a situação, mas que têm o momento histórico inscrito em sua cultura e memória coletiva como representação de lugares, personagens e acontecimentos importantes para a memória do grupo (POLLAK, 1992), que reverberam o pertencimento e até mesmo o processo de projeção e transferência de uma memória legada dos antepassados.

Os fenômenos de projeção e transferência fazem a memória herdada predominar sobre o fato objetivo porque a pessoa, mesmo em outro espaço-tempo, tem a data ou o fato marcado pela sua força emocional e não pela sua cronologia. Sobretudo devido a esse viés emocional, a memória individual e a coletiva são seletivas: nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado; em parte é herdada; sofre flutuações; as preocupações do momento constituem um elemento de sua estruturação (POLLAK, 1992). A memória coletiva, no entanto, é mais organizada e constitui objeto de importante disputa política, pois gera conflitos para determinar o que é importante ficar marcado na memória de uma nação ou sociedade e, por isso, é um fenômeno construído. Além disso, como a memória é um fator de continuidade e sentimento de coerência de uma pessoa, configura-se como agente inalienável para o que abstraímos como sentido da vida por ser elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo. Conforme defende Pollak (1992), é a imagem de si, para si e para os outros:

A imagem que uma pessoa adquire ao longo de sua vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, por acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. [...] há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente é o outro. [...] Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros porque ela é um fenômeno que se reproduz em referência dos outros. [...] Memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

A memória individual é relativizada quando confrontada com a memória do outro. Esse aspecto revela que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, como os que opõem grupos políticos diversos ao disputarem a validação da interpretação do passado de cada um em relação ao do outro, com base em uma memória específica sobre o mesmo fato. Com o passar do tempo, uma memória pode se sobrepor a outra e ganhar amplitude de memória

nacional, embora nem sempre seja por meio da negociação, como afirma Pollak (1992), mas antes por meio de uma retórica contundente que aos poucos corrói e desqualifica posições e percepções contrárias.

Esse assentamento da memória em uma determinada posição ocorre quando o registro histórico tem a função de promover a unificação em torno de uma história nacional, ou de tudo aquilo que leva grupos (igrejas, sindicatos, agremiações políticas) a solidificarem o social. A partir do momento que uma memória está bem delineada e estruturada, ela passa a fluir e a influir nas gerações futuras até que a percepção de outros grupos leve ao processo de rearrumação e reescrita da história do grupo e até mesmo a nacional (POLLAK, 1992).

Os dois processos não acontecem sem algum custo político, alguma desarticulação na coerência e na unidade, logo, alguma ruptura de identidade. Nesses momentos, ocorrem as cisões e a criação de novos grupos sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga, que passam a defender suas interpretações do fato em oposição ao outro. Essa situação coloca em xeque a identidade coletiva, construída pelo investimento feito ao longo do tempo e por todo o trabalho para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. No entanto, quando está suficientemente constituída, instituída e amarrada, os questionamentos e problemas colocados por outros não chegam a provocar a necessidade de rearrumar (POLLAK, 1992) aquilo que está firmemente arraigado e é consenso na memória coletiva. Ainda assim, mesmo que isoladas, as percepções de ruptura emergentes provocam, muitas vezes, polêmicas e fortes movimentos contrários, pois, intrínseca à rearrumação da memória sobre o fato, está a re-hierarquização de valores.

Dessa forma, situações e períodos de tensão e controvérsias promovem movimentos políticos de reescrita da história, por meio da seleção, resgate e recalque de lembranças orientadas a interpretações que defendem um determinado posicionamento. Conforme Halbwachs (2006), embora sejam os indivíduos que lembram, são os grupos sociais que determinam o que é memorável e as formas pelas quais será lembrado; por isso a necessidade de atitude crítica em relação ao que é rememorado e, por fim, registrado na história, por conta de seus traços de subjetividade originários das crenças e valores de grupos sociais.

Esse cenário reflete a memória concebida como produção de poder e engajamento na manutenção dos valores de um grupo, diferente da concepção de memória como agente nos processos de transformação social e de produção de um futuro (GONDAR, 2016). A operacionalização da segunda pede a aliança entre abertura e rigor que “parece ser o grande desafio conceitual, ético e político do campo da memória social” (GONDAR, 2016, p. 19) porque sua gênese fluida e permeável comporta diversas significações e permite uma variedade de signos em sua construção, de palavras a gestos. A escolha de um recorte e a forma de interpretação no presente de um acontecimento passado implica um comprometimento no futuro que pode espelhar uma verdade ou uma distorção.

A escolha é pautada por objetivos orientados a resultados para o porvir, pois a memória modelada no presente, a refletir um passado, sempre se projeta em relação a um futuro. Assim, uma lembrança e um documento resultam da montagem produzida por uma sociedade e são mantidos pela sociedade na qual continuarão a viver. Como a montagem é intencional e projetada ao futuro, as questões sobre as circunstâncias, as vontades e o porquê das escolhas subjazem o olhar crítico que não ignora o enredamento político e moral dos testemunhos de um acontecimento ou de uma época. Assim, a memória individual e a imagem de si podem ser construídas também por um grupo, sociedade ou nação e desdobram-se em uma identidade coletiva resultante de três processos de esquecimento – recalque, segregação e exclusão – de tudo aquilo que se quer apagar ou transformar para a preservação da identidade (GONDAR, 2016).

Os silêncios de primeiro tipo, ligados ao princípio de legitimidade, podem ser encontrados, qualquer que seja a instância produtora de história. Naturalmente, o silêncio é particularmente hermético em torno das origens da legitimidade, quer se trate de uma igreja, de uma dinastia, ou de um partido. [...] Chamaremos de silêncios de segundo tipo aqueles que, com uma certa cumplicidade, são compartilhados com a sociedade, que, por vontade própria ou pela força, os interioriza. Dizem respeito, primeiramente, a todos os martírios coletivos que as guerras, cruzadas e outras *djihad*s infligem aos derrotados; referem-se à repressão exercida pelos regimes de fé única, ou de raça eleita. [...] Certamente é um silêncio político [terceiro tipo], mas encerra também uma recusa, a de lembrar um passado de múltiplas humilhações (FERRO, 1989, p. 34-40).

A identidade coletiva, portanto, é abstração gerada por interesses práticos, subjetivos e políticos, delineada pela memória coletiva erigida no embate permanente entre lembrança e os processos de esquecimento. Sob essa perspectiva, a memória coletiva é um arquivo de representações de referentes

estáticos, cristalizados e modelados em um determinado instante de algo que já não é. O indivíduo, por essa razão, busca abrigar-se nesse processo institucional coletivo porque se sente mais seguro quando suas lembranças e representações calam e convergem com as de outras pessoas, como se seu testemunho fosse corroborado pelo dos outros (HALBWACHS, 2006). Assim, para o sociólogo, toda memória é social na condição de fenômeno construído coletivamente.

Entretanto, segundo Gondar (2016), as representações surgem da tensão e disputa de forças promovidas no campo social que está em permanente movimento e mutação, portanto, não emergem subitamente. A pesquisadora defende que as representações estão na esteira de um processo contínuo e, por isso, a memória é mais do que representações ou lugar de representações; é, na verdade, o processo que a gera. Nessa concepção, a memória se exerce também no corpo, nas sensações, nos afetos, nas intenções, nas práticas de si e nas tensões promovidas na esfera social.

Para Foucault (2008), essas são forças que afetam e também forças pelas quais se afeta; desse modo, representações e afetos estão no mesmo processo de memória, logo, não existe memória fora de um contexto afetivo. As memórias selecionadas são aquelas que afetam o indivíduo, por isso, os sentimentos são os gatilhos que deflagram o processo de memória e as representações são o resultado do que causou comoção ou estranheza (GONDAR, 2016). Nesse sentido, os sentimentos são o palco das lembranças e das representações que advêm delas, na compreensão do indivíduo como composto social, que corrobora o conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006), que o indivíduo é uma sociedade em si porque a existência do eu se dá, em essência, no bojo das relações sociais.

## **2.5 - Lembrar e esquecer**

Lembrar e esquecer são dois processos inerentes da memória, que se dão de forma concomitantes. Ao contrário da valorização dada ao lembrar na Antiguidade Clássica, o esquecer assumia valor negativo; nos estudos modernos, o esquecer é considerado como algo necessário e irreduzível à memória. A filosofia platônica concebe modelos perfeitos, acessíveis por meio do processo de recordação que

permite ao homem o contato com a ideia original. Diante da decadência do mundo grego e a perda de vigor por que passava a tradição, obliterada pela expansão do comércio e o afluxo de estrangeiros com seus hábitos e costumes, Platão buscou dar um caminho para superar a dificuldade de distinção entre o que é próprio e o que é do outro, entre a identidade e a alteridade (GONDAR, 2016), para assim se evitar o esquecimento e viabilizar a reconexão com a tradição e sua função de transmitir os valores, base da cultura grega, guardados na memória.

Há a valorização do passado histórico e o esforço para manter uma conexão e caminho de reencontro e resgate para protegê-lo do esquecimento. É por meio da reminiscência, acredita o filósofo, que o homem pode se dirigir a esse mundo transcendente para que os modelos resistam às cópias, e coibir o esquecimento, que representa, simbolicamente, a perda de valores e identidade. Entretanto, a depender do passado histórico, os lugares relegados ao esquecimento podem contribuir muito mais para a transformação do presente e garantia de futuro.

Gondar (2016) defende o esquecer como processo positivo, se concebermos as perdas como indispensáveis à transformação da memória, das estruturas do sentimento, da experiência e da percepção que caracterizam o presente. Ademais, afirma a pesquisadora, a visão de que as lembranças são provisórias, o presente é declínio e o tempo a tudo consome não considera os novos tipos de memória desenvolvidos, como a digital, a das mídias, a do corpo, a dos vestígios e dos documentos. Não leva em conta, ainda, que a visão dicotômica entre lembrar e esquecer desconsidera a dimensão política da memória e a relação paradoxal entre seleção e escolha, rememoração e esquecimento, para a materialização da memória em lembranças provenientes da transformação de ideias, percepções e acontecimentos.

As memórias, contudo, não se transformam apenas nas relações sociais e de poder. As mídias, em sua função de registro, armazenam, mas também transformam aquilo que armazenam, porque o conteúdo não se mantém o mesmo. O fato armazenado muda em relação ao suporte, posto que o mesmo fato ganha contornos diferentes a depender do suporte no qual é armazenado. Os suportes materiais, com o aporte da escrita, fizeram vigorar a ideia da memória como permanência pelo controle do esquecimento potencializado pela passagem do

tempo. O desenvolvimento digital em novas formas de registro e armazenamento problematizaram a escrita como principal forma de registro e formação de memória, pois os novos tipos de tecnologia modelaram o surgimento de uma escrita digital mais fluida, incorporadora de símbolos, imagens e áudios, que disputa o espaço outrora dominado pela palavra escrita.

Além disso, esses novos tipos de registro não são estáticos e permitem a sobrescrita, que subentende o apagamento, que coloca em jogo uma outra relação entre lembrar e esquecer, que não é binária, tampouco dialética, mas que opera no apagamento dessas fronteiras para que esses processos convivam numa relação de coparticipação (GONDAR, 2016). Nesse cenário, o vínculo entre lembrar e esquecer é cada vez mais admitido no campo da memória social, que acaba por considerar o esquecimento crucial à formação e reformulação da memória.

Essa reformulação, ligada a escolhas do indivíduo e do grupo, ou ainda do indivíduo influenciado por representações delineadas pelos processos de memória, emerge e opera nos discursos, que colocam tensões em jogo no plano social em defesa de posicionamentos orientados a reafirmar ou refutar, qualificar ou desqualificar, resgatar ou reformular as memórias. Com a intenção de explicitar a operacionalização desses conceitos no discurso, passamos à apresentação das categorias retóricas e à análise do *corpus*.

## CAPÍTULO III – ATOS RETÓRICOS: TEORIA E PRÁTICA PERSUASIVA

*Praticar a retórica é, sim, uma arte, mas também um gesto técnico de racionalizar os caminhos em busca de um resultado associativo que se expande para muito além da troca de informações.*

Luiz Antonio Ferreira

### 3.1 - Da construção à análise retórica de discursos

A Retórica, ao longo da sua história, conta com diferentes conceitos que atestam, de certo modo, uma impossibilidade de defini-la. Para Aristóteles (2005), é técnica para persuasão a fim de estabelecer acordos pela articulação de argumentos e estilo; para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), é a arte de argumentar que visa a convencer; para Reboul (2004), é a arte de persuadir pelo discurso advinda de uma habilidade espontânea ou competência desenvolvida pelo ensino; e para Meyer (2007), é a negociação de distâncias. Esses conceitos, entre outros que surgem ao longo da sua trajetória, remetem ao caráter plural que a Retórica assumiu por estar conjugada na relação homem e sociedade e permeável às transformações operadas no seio dessa relação com o passar do tempo.

Consoante essa perspectiva, Albaladejo (1991), ao afirmar que a Retórica estabelece relação com diferentes áreas do conhecimento humano e da linguagem, reconhece que é um sistema construído e reconstruído pela materialização dos discursos e de seus oradores em situações que requerem negociação. No cerne desse processo, estão as questões consubstanciadas por posicionamentos engendrados a partir de visões de mundo de indivíduos e de grupos, muitas vezes delineadas ou dirimidas com a colaboração de outras ciências.

De qualquer forma, viabiliza o exame dos meios disponíveis por intermédio dos quais somos influenciados em um processo discursivo dotado de atitudes retóricas. Segundo Campbell, Huxman e Burkholder [1947-1990] (2015), toda ação humana é passível de uma análise retórica que não se pretende plena, dado ser um modo de olhar sob a perspectiva de pessoas com crenças e verdades sociais que influenciam decisões sociais e políticas. Portanto, os atos retóricos influenciam as

pessoas e suas decisões acabam por moldar o senso comum cristalizado em discursos dominantes tensionados por discursos instituintes que buscam alterar percepções.

Diante desse cenário de interação social, a Retórica assume primeiro a função de persuadir, sem estabelecer para isso uma aliança com a verdade, mas sim com o verossímil, pois opera com verdades contingentes, isto é, as preferíveis de acordo com os objetivos do orador e as motivações do auditório; por isso abriga um caráter amoral. Nesse viés, Aristóteles (2005, p. 31) ressalta que a tarefa da Retórica é “discernir os meios de persuadir a propósito de cada questão”, diante do reconhecimento da capacidade do outro “de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas” (MOSCA, 2004, p. 17). Isso se dá pelos princípios norteadores responsáveis pela sua contínua vitalidade e reflorescimento: “aceitação da mudança, o respeito à alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades” (MOSCA, 2004, p. 17).

Segundo a tradição aristotélica, a Retórica atua no campo da controvérsia, das crenças e valores traduzidos em opiniões que podem ser movimentadas pelo manejo hábil do discurso, por meio da incorporação da técnica (*techne*) da argumentação com a habilidade estratégica de escolha dos meios para executá-la. Com essa orientação, consolida-se no auge de Atenas por demanda da vida pública e democrática na *pólis*, onde falar em público tornou-se um bem, uma vez que as decisões passavam pelo crivo de uma assembleia.

Em Roma, no século I a.C., a palavra foi associada à autoridade e a retórica era praticada no Senado e nas assembleias populares. O orador tomava a palavra, construía uma imagem pelo discurso e alicerçava atributos a respeito de si. Cícero, um dos oradores romanos mais notório, atribuiu à eloquência o poder “de transformar ou suscitar paixões, fazer mudar opiniões e até os escrúpulos daqueles que julgam as causas” (RIBEIRO, 2017, p. 26); atestou, assim, sua importância no contexto da época. *A posteriori*, com o advento do Império, regime mais autoritário, ascensão econômica e estabilidade política, as deliberações públicas diminuíram porque as decisões cabiam ao Imperador, após ouvir em audiência grupos menores. Em virtude disso, as situações de oratória e eloquência diminuíram e os

oradores passaram a fazer exercícios artificiais de declamação para treinar e aprimorar o estilo.

Nesse contexto, Cícero e Quintiliano [30-96 d.C.] foram os responsáveis por acrescentar aspectos pedagógicos fundamentais à teoria retórica ao valorizarem a técnica e ensinarem como o discurso pode ser construído com eficiência (QUINTAS; FERREIRA, L. A., 2017). O ensino escolarizado atravessou a Idade Média e chegou à Idade Moderna, porém, os exercícios de oratória que exploravam principalmente as figuras e os artifícios de embelezamento do discurso, acrescidos da ascensão do Positivismo e do Romantismo, que rejeitavam a retórica, contribuíram para que ela ficasse eclipsada até a década de 60 (FERREIRA, L. A., 2010).

Em meados do século XX, passou a orientar-se não somente para a construção dos discursos, mas também à sua interpretação. Estendeu seu campo de atuação para além dos gêneros tradicionais e produções verbais e inseriu-se no cinema, na música, nas artes, na publicidade, para além do estudo da retórica das figuras. Nesse espaço, ganhou destaque o estudo de Retórica Geral, desenvolvido pelo Grupo  $\mu$ , da Universidade de Liège, e a Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), que para Maneli (2004 [1922-1994]),

é uma teoria de argumentação para objetivos práticos, a fim de encontrar um modo de tomar decisões mais razoáveis, eficiente e justas que possam ganhar o maior apoio possível de um público dividido por diversas controvérsias, visando diretamente à ação (MANELI, 2004, p. 32).

A Retórica, então revitalizada com novos contornos, atende às demandas do mundo moderno como um conjunto de técnicas que abre caminhos para questões da vida que vão além da lógica formal. Alicerça-se em três elementos básicos: uma nova solução para a relação entre o razoável e o racional; o problema da audiência; o problema do diálogo. Esses elementos estabelecem o pressuposto que as partes envolvidas na questão retórica possuem opiniões válidas e razoáveis que podem ser preferíveis às deduções lógicas e racionais (MANELI, 2004). Inova-se, portanto, pelo reconhecimento de uma lógica de valores e preferências que se sujeita apenas à autoridade do auditório.

Em virtude desse caráter, elegemos a Retórica como a teoria do discurso que permite a análise das questões em debate nos discursos selecionados.

### 3.2 - A metodologia de análise e a constituição do *corpus*

Esta pesquisa, ao aliar Retórica e Memória, integra o caráter prático e teórico dos dois conceitos e ressalta a pertinência de ambas nas diferentes esferas das atividades humanas. A Retórica em sua perspectiva de técnicas para construção do discurso e teoria para análise dos discursos, e a Memória como *archéion*, lugar e fonte, do qual os oradores retiram argumentos e como produtora e agenciadora de modelos cognitivos para a construção, compreensão e interpretação dos discursos.

Definidos os eixos teóricos basilares e as perspectivas práticas para desenvolvimento de uma abordagem qualitativa em busca de respostas aos questionamentos propostos, selecionamos e constituímos o *corpus* em três discursos – cartas pessoais trocadas durante o ano de 1924 entre Carlos Drummond e Mário de Andrade. Nessa época, junto com outros artistas da primeira geração modernista, os escritores defendiam, por meio de um conjunto de posicionamentos formais e temáticos, uma nova estética literária, em oposição à visão tradicional, que visava a alicerçar uma proposta de cultura e arte para reverberar uma identidade brasileira afastada dos modelos europeus considerados até então.

O discurso epistolar, cuja característica é erguer-se como diálogo na ausência do outro, transita entre praticidade e subjetividade, planejamento e improvisação de acordo com as intenções do orador. Com o objetivo de evidenciar essas relações, analisamos esses discursos, nos quais os oradores fazem escolhas em relação às questões em torno dos fundamentos defendidos pelo modernismo da primeira geração. A primeira carta do *corpus* abre espaço para o debate entre os dois escritores e permite explicitarmos os primeiros passos e conceitos da construção e análise retórica de discursos. Além disso, utilizamos como etapas de análise as duas primeiras etapas do sistema retórico: a invenção, para análise da carta de Mário de Andrade, serve-nos ao estudo da seleção e construção de argumentos; a disposição, aplicada ao discurso de Carlos Drummond, explicita as estratégias de disposição dos argumentos. Durante a análise, evidenciamos o papel da memória e, por fim, identificamos, por meio da intersecção das provas retóricas,

especialmente o *logos*, em que medida os argumentos apresentados por Mário de Andrade foram eficazes e promoveram a persuasão.

Ademais, o *corpus* selecionado reflete a tensão e os embates do momento, ocasião na qual os discursos modernistas instituem um novo modelo que ganha corpo e questiona o discurso dominante no campo da arte. Em virtude do embate se dar entre o que é tradicional e o que é moderno, os oradores valem-se de referências inscritas na memória social como argumentos para a persuasão e defesa de seus pontos de vista. Também, a troca epistolar exige uma atuação subjacente da memória desde o início da sua construção até uma possível resposta. Nessa perspectiva, os discursos permitem a análise dos meios utilizados pelos missivistas para superar a distância e evocar a agilidade do diálogo face a face.

Optamos por conjugar de forma concomitante a teoria e a análise com o intuito de promover maior dinamismo ao texto e permitir a rápida associação entre o que se apresenta de teoria e a análise do *corpus* que a legitima. Além disso, para a fluidez desta leitura, colocamos em itálico e negrito a retomada de trechos dos recortes do *corpus* para diferenciá-los das citações entre aspas feitas em relação aos teóricos de base e outras vozes que contribuem para as reflexões.

Esclarecidas essas questões metodológicas, discorreremos sobre questões preliminares à construção e à análise retórica dos discursos, para somente após abordarmos as categorias selecionadas: a invenção e a disposição.

### **3.3 - Contexto retórico: enfrentamento e reconstrução**

A fim de alcançar a persuasão, o orador trabalha no universo da *doxa*, abrigo de referências e opiniões em tensão, com o propósito de influenciar o auditório por meio do movimento de valores e paixões para conseguir adesão. A retórica configura-se, nessa cena, como o meio eficaz de construir um discurso que se oponha ao autoritarismo pela apresentação de ideias para clarear no espírito do outro uma posição. Nesse sentido, parte do pressuposto que ninguém é dono da verdade e cada um age segundo convicções que podem ser alteradas ou movimentadas por meio da argumentação. Conseguir a eficácia discursiva exige, do orador, atuação orientada a que o auditório tome partido, o seu partido, diante

de uma questão. Isso será possível pela articulação de meios racionais e afetivos movidos no discurso e emoldurados por um contexto retórico, isto é, “o conjunto de fatores temporais, históricos, culturais, sociais etc., que exercem influência no ato de produção e de recepção dos discursos” (FERREIRA, L. A., 2010, p. 31). Logo, para maior compreensão das estratégias reveladas pelos discursos, é necessário reconstruir o contexto retórico dos discursos em análise.

O cenário nacional, durante a década de 1920, foi marcado por tensões políticas e econômicas agravadas com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a instauração de uma crise econômica mundial. O Brasil, desde o pós-guerra, lidava com dificuldades de manutenção dos preços dos produtos de exportação nos mercados externos, além de problemas sociais ligados a estratos da sociedade no campo e na cidade. Havia descontentamento geral que fragilizava as bases oligárquicas da República Velha, representada, principalmente, pelos produtores de café e leite, respectivamente, de São Paulo e de Minas Gerais.

Outras esferas da sociedade, como o movimento operário, o Partido Comunista (PCB) e as camadas populares urbanas e rurais, não possuíam unidade e organização suficientes para em uníssono lutarem pela transformação mais estrutural e ampla. De modo geral, concentravam seus esforços em reivindicações para melhorar as condições imediatas de vida e não para revolucionar a sociedade (FAUSTO, 1995). Os empresários industriais se fortaleciam, mas tinham interesses próprios e origem nas próprias oligarquias. Já as oligarquias dissidentes – produtores que não comungavam do eixo São Paulo-Minas – preferiam as manobras políticas em prol de seus interesses (FAUSTO, 1995), a articular uma revolta armada contra o Governo. O movimento de oposição e enfrentamento mais bem articulado contra a República ficou conhecido como Tenentismo, pois os levantes foram liderados por tenentes e capitães do exército descontentes com as lideranças civis republicanas e a situação dentro do Exército, entre os quais se destacou o capitão Luís Carlos Prestes (PRESTES, 1993).

Além das questões econômicas, políticas e sociais, o Brasil também vivia transformações culturais. Artistas e intelectuais influenciados pelas escolas europeias de vanguarda procuravam libertar-se das estéticas tradicionais, sobretudo simbolistas e parnasianas. Nomeavam-se modernos e rompiam, antes

de tudo, com a tradição conforme atesta o poeta Aníbal Machado: “Não sabemos definir o que queremos, mas sabemos discernir o que não queremos” (PROENÇA FILHO, 1984, p. 256), para com base nesse princípio buscarem novas experimentações no fazer poético e nas artes em geral. Procuravam superar o sentimento de estagnação revelado outrora pelo escritor Capistrano de Abreu: “Vejam o índice literário de 1893. À parte um ou outro fenômeno isolado, ou um outro caso esporádico interessante e digno de estudo, o quadro é sempre o mesmo. Invariavelmente sombrio e desolador” (PROENÇA FILHO, 1984, p. 286).

Didaticamente, a primeira fase do Modernismo compreende de 1922 a 1930, e o marco inaugural foi a Semana de Arte Moderna realizada no Teatro Municipal de São Paulo nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922. Contudo, segundo Manuel Bandeira [1886-1968], o impulso inicial do movimento ocorreu efetivamente em 1916 e 1917 com exposições da pintora paulista Anita Malfatti, que “provocaram o interesse de um grupo de rapazes, entre os quais estavam Mário de Andrade e Oswald de Andrade” (BANDEIRA, 2011, p. 150), e o repúdio contundente de outros, entre eles Monteiro Lobato.

Estava delineada a arena literária na qual combatiam a tradição, representada principalmente pelos parnasianos, e os modernos entre os quais se destacava Mário de Andrade, em virtude de seu espírito de liderança na defesa das ideias da nova estética, em parte expostas na obra *Paulicéia Desvairada* e seu *Prefácio Interessantíssimo* de 1922 (ANDRADE, M., 1993). Impulsionados por Graça Aranha, membro consagrado da Academia Brasileira de Letras desde sua fundação em 1897, os modernos eram iconoclastas que pregavam total liberdade criadora, propondo inovações em relação à forma, à temática e à linguagem. Em 1924, Graça Aranha, apesar de opor-se à corrente primitivista e defender o abandono do regionalismo (BANDEIRA, 2011), chocou e rompeu com a Academia ao discursar sobre a necessidade de renovação, conforme registra Bandeira (2011, p. 153):

[...] as coisas dessa terra informe, paradoxal, violenta, todas as forças ocultas do nosso caos. São elas [...] que nos afastam do falar português e dão à linguagem brasileira este maravilhoso encanto da aluvião, do esplendor solar, que a torna a única expressão verdadeiramente viva e feliz da nossa espiritualidade coletiva. Não é para perpetuar a vassalagem a Herculano, a Garrett e a Camilo, como foi proclamado no nascer a Academia, que nos reunimos.

Esse discurso estava em consonância com as novas propostas do fazer literário: detrimento da variação padrão a favor de uma variação coloquial que representasse a identidade do povo, uma língua brasileira praticada no cotidiano como a encontrada em *Pronominais* (1925)<sup>16</sup>, de Oswald de Andrade; substituição de temas elevados e clássicos, como o amor, a morte, a transcendência, por recortes do cotidiano popular, da vida vivida; e o verso e forma poética livres dos modelos europeus tradicionais.

Os posicionamentos opostos deixaram os ânimos acirrados desde o início da década de 1920 até que a cena cultural presencia, em 1928, um dos últimos escândalos modernistas dessa fase: a publicação do polêmico poema *No meio do caminho*, escrito em 1924, uma colaboração de Carlos Drummond à edição n. 3, de julho de 1928, da *Revista de Antropofagia*, ao lado de editorial de Alcântara Machado que clama pelo enterro definitivo do positivismo, a que chama de cadáver europeu exumado e trazido ao Brasil “onde continua empestecendo o ambiente” (ANDRADE, C. D., 2002, p. 271). Mário de Andrade considerou o poema formidável e “o mais forte exemplo que conheço, mais bem frisado, mais psicológico de cansaço intelectual” (ANDRADE, C. D., 2002, p. 72).

Carlos Drummond, portanto, embora longe do eixo São Paulo-Rio de Janeiro onde vicejavam os ideais modernistas, mantinha-se a par dos acontecimentos e já dialogava com a estética modernista, inclusive correspondia-se com Oswald de Andrade e Manuel Bandeira. A partir de 1924, após conhecer Mário de Andrade em Belo Horizonte, iniciou amizade que seguiu até a morte do poeta paulista, em 1945. Tornou-se um dos fundadores de *A Revista* (1925), publicação modernista, e, por conseguinte, um líder do movimento em Minas Gerais.

A correspondência que atravessou três décadas guarda em seu bojo informações valoradas por diferentes estudiosos das letras, pois permitem, além da compreensão de questões relativamente herméticas na obra dos poetas, o aprofundamento da história do modernismo. No *corpus* constituído, por exemplo, a questão do nacionalismo, tão caro aos primeiros modernos, constitui o eixo da argumentação entre os dois.

---

<sup>16</sup> ANDRADE, Oswald de. **Pau Brasil**. Fixação de textos, notas e posfácio de Haroldo de Campos. São Paulo: Globo, 2003.

Esse quadro compõe o contexto retórico que emoldura a emergência desses discursos representativos não apenas de seus oradores, mas também da comunidade discursiva envolvida no embate travado pelo domínio da cena literária e pela propositura de uma identidade brasileira alicerçada em novas diretrizes para o fazer literário e a arte em geral. Mário de Andrade foi um líder entre seus pares e foi pela correspondência que muitos o buscaram para debater questões e amadurecer em suas obras o fazer literário moderno, entre eles, Carlos Drummond.

### 3.4 - A finalidade do discurso retórico

A tarefa de construir um discurso retórico exige do orador a tomada de decisões prévias a partir de questionamentos e reflexões sobre o ato retórico ao qual se pretende lançar. É necessário examinar e compreender o contexto retórico, investigar e conhecer o auditório, para definir, antes de tudo, a finalidade e o gênero retórico do discurso. Do mesmo modo, o analista retórico precisa refletir sobre essas mesmas questões preliminares e para isso pode guiar-se por perguntas orientadas ao ato retórico: A quem fala? Quando? Contra o quê? Por que fala? Como fala? Entre essas, a questão que examina a tessitura do discurso retórico é “Como fala?”, ao passo que a pergunta que questiona e dá a conhecer o perfil do auditório é “A quem fala?” (FERREIRA, L. A., 2010).

Essas perguntas e reflexões preliminares atendem duplamente ao orador e ao analista retórico, em suas distintas tarefas, e são primordiais para o sucesso de ambos. Com base nelas, são tomadas decisões retóricas materializadas em estratégias argumentativas com vistas à eficácia do ato retórico. O discurso, para ser convincente, precisa persuadir pelo apelo às paixões ou convencer pela exposição de provas, com a finalidade de ensinar (*docere*), comover (*movere*) ou agradar (*delectare*).

Quando Carlos Drummond toma a iniciativa do contato com Mário de Andrade, a quem chama de *claro espírito*, outorga a este em primeira instância a posição de mestre. As correspondências, após o primeiro contato, revelam que o mineiro busca aprender, ainda que resista a alguns dos ensinamentos. Em consonância, o escritor paulista assume essa função e suas cartas revelam o desejo e a finalidade

de ensinar. Dessa carta inaugural da amizade, datada de 28 de outubro de 1924, recortamos e analisamos o seguinte fragmento:

Primeira carta do diálogo epistolar – recorte único

*Prezado Mário de Andrade*

*Procure-me nas suas memórias de Belo Horizonte: um rapaz magro, que esteve consigo no Grande Hotel, e que muito o estima. Ora, eu desejo prolongar aquela fugitiva hora de convívio com seu claro espírito. Para isso, utilizo-me de um recurso indecente: mando-lhe um artigo meu que você lerá em dez minutos. Dois méritos: é curto e “fala mal” do senhor Anatole France (Aliás, Anatole France é um velho vício dos brasileiros, e meu também).*

*Li uma excelente carta que você enviou ao meu amigo Martins de Almeida. Quanta verdade nas suas idéias! E quanta força desabusada! Estou convencido que a questão da literatura no Brasil é uma questão de coragem intelectual. Ou por outra: é preciso convencer-se a gente de que ‘é’ brasileiro! E ‘ser’ brasileiro é uma coisa única no mundo; é de uma originalidade delirante. Não confundir com nacionalismo. Aliás, você sabe disso melhor do que eu.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 40)

Em busca do reconhecimento, o orador fornece referências de lugar para estimular o resgate de lembranças na memória, pois a situação discursiva não ocorre entre pessoas próximas. Possui um tom cortês para exprimir desejo subentendido em **procure-me** e o manifestado em **eu desejo** de entabular à distância conversa iniciada por ocasião da visita de Mário de Andrade a Belo Horizonte. Espera a benevolência do auditório ao revelar sentimento de estima e reconhecer nele alguém de pensamentos e ideias superiores com as expressões **claro espírito, quanta verdade nas suas idéias**. Vale-se de argumentos de qualidade que estabelecem relação de superioridade, de um melhor do que o outro em **você sabe disso melhor do que eu**. Esse movimento surge da necessidade de atitude a favor da manutenção do diálogo e também porque junto à carta vai um artigo para o qual espera crítica; assim, o discurso é persuasivo, no sentido de provocar no auditório o atendimento às duas demandas.

Os temas e questões tratados nas correspondências subsequentes revelam que o orador conhece aquilo que provoca a reação do seu auditório particular – Mário de Andrade: falar mal do escritor Anatole France [1824-1924]<sup>17</sup> e abordar o tema de

<sup>17</sup> Jacques Anatole François Thibault, escritor francês que “exerceu grande influência intelectual na formação de diversos escritores brasileiros” (ANDRADE, C. D., 2002, p. 44). Premiado pela Academia Francesa com o romance *O Crime de*

identidade brasileira. As estratégias do orador alicerçam-se na memória, porque o contato pessoal em Belo Horizonte retroalimentou modelos de memória pautados no conhecimento que já possuía sobre o escritor paulista. Orientado ao objetivo retórico, aciona seus modelos de memória, constituídos por conhecimentos prévios ao ato retórico e materializados em *scripts* sociais decorrentes da interação pessoal, que a partir dessa nova interação serão continuamente retroalimentados. Ademais, segue as orientações de Caius Julius Victor de desenvolver uma “conversa” elegante, profícua e agradável e, desse modo, entre *movere* e *delectare*, o discurso é eficaz e alcança o objetivo pretendido: o início da amizade epistolar.

### 3.5 - Os gêneros retóricos

O discurso é um acontecimento que nasce de outros e aponta para outros, para constituir a si e aos outros. Por discurso, entendemos “qualquer instância autêntica de uso da língua em todas as suas manifestações, nas modalidades escrita ou falada” (AULETE 2011, p. 504 [1826-1878]), concretizadas em uma situação de enunciação. Segundo Magalhães (2019, p. 34), “pode ser vista como atividade social e interacional por meio da qual a língua é colocada em funcionamento por um enunciador, aquele que fala ou escreve”.

Esse processo materializa o ato retórico, no qual se articulam três dimensões: um orador, um discurso e um auditório. O orador é o produtor do discurso e para atuar adequadamente no ato retórico deve possuir os conhecimentos técnicos necessários para a produção e comunicação do discurso e as qualidades necessárias que lhe permitam aproveitar apropriadamente desses conhecimentos. Na figura do orador, segundo Albaladejo (1991), encontram-se implicados o conceito de arte e de engenho necessários para o desempenho das etapas do sistema retórico. Já o auditório é o receptor do discurso retórico e mesmo o seu fim, pois é nele que se espera a concretização dos efeitos pretendidos com o discurso. É a autoridade a quem se submete o provável, enviesado por uma lógica

---

*Silvestre Bonnard* e, em 1921, laureado com o Prêmio Nobel de Literatura pelo conjunto da obra. Possui orientação racionalista de inspiração humanista. Disponível em: [<https://educacao.uol.com.br/biografias/anatole-france.htm>]. Acesso em: 16 jun. 2019.

do razoável que se debruça sobre o arcabouço de crenças, valores e preferências (*doxa*) na busca da persuasão (FERREIRA, L. A., 2010).

Esse cenário estabelece uma relação de limites entre o orador e seu auditório por determinar que o primeiro atribua funções ao segundo, cristalizadas por meio de gêneros do discurso que refletem três espécies de auditórios. A natureza do auditório varia de acordo com a função que o orador atribui a ele, que pode ser de juiz, assembleia ou espectador. O orador, portanto, faz suas escolhas e constrói o discurso, e quando o auditório assume o papel orientado pelo discurso, torna-se um coautor, já que, “pelo fato de ser a causa final do discurso participa da sua produção” (TRINGALI, 2014, p. 80); por isso, condiciona o orador do mesmo modo que este ao lhe atribuir uma natureza.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), há um auditório particular e um universal, que variam de uma a mais pessoas. Se considerarmos que os meios digitais, por exemplo, expandiram as fronteiras do espaço geográfico e temporal, o auditório pode ser composto por uma infinidade de pessoas, o que problematiza inclusive o momento e tempo de execução do ato retórico. Essas instâncias modificam as premissas estabelecidas na construção do discurso, uma vez que um discurso orientado para um determinado contexto retórico no momento de sua produção reproduz-se infinitamente no ambiente virtual e acaba por atingir espaços, tempos e auditórios diferentes dos originalmente pensados. Os modos de recepção e aceitação do discurso são influenciados por outras tensões nesse ambiente que emula uma ágora moderna a qual se acerca quem quiser e não apenas o auditório inicialmente pretendido.

Em virtude dessas configurações emergentes da contemporaneidade e o objetivo do discurso retórico, o orador não pode furtar-se às questões preliminares e intelectivas sobre as quais deve deliberar. Assim, após estudar o contexto retórico e definir a finalidade do discurso retórico, deve questionar-se sobre qual o perfil do auditório, qual a função que ele deve desempenhar, quais os valores que estão envolvidos e a orientação temporal que a causa deve apontar. Baseado nas respostas, faz a escolha do gênero retórico que melhor articulará o ato retórico e as estratégias de argumentação. O quadro a seguir apresenta esses valores, segundo os gêneros definidos por Aristóteles:

Quadro 1 – Gêneros retóricos

| Gênero       | Auditório (função) | Tempo    | Ato                      | Valores       | Argumento-tipo      |
|--------------|--------------------|----------|--------------------------|---------------|---------------------|
| Judiciário   | Juízes             | Passado  | Acusar/Defender          | Justo/Injusto | Entimema (dedutivo) |
| Deliberativo | Assembleia         | Futuro   | Aconselhar/Desaconselhar | Útil/Nocivo   | Exemplo (indutivo)  |
| Epidítico    | Espectador         | Presente | Louvar/Censurar          | Nobre/Vil     | Amplificação        |

Fonte: Adaptado de Reboul (2004, p. 47)

Segundo Aristóteles (2005), existem três gêneros, porque há três espécies de auditório, e a necessidade de adaptar-se a eles e seguir suas características específicas determina qual o gênero a ser escolhido. Portanto, se a questão retórica envolve fato passado para o qual se deve ponderar entre justo e legal, injusto e ilegal, o auditório atuará como juiz para absolver ou condenar, segundo a ética envolvida e a eficácia argumentativa de defesa ou acusação emolduradas pelo gênero judiciário. Quando para a causa examinada delibera-se sobre o útil e o nocivo e o orador aconselha ou desaconselha, o auditório atua como assembleia e deve ser persuadido a tomar uma decisão orientada ao futuro e assumir sua função no gênero deliberativo. Por fim, o auditório é espectador diante do engenho do orador em louvar ou censurar aquilo que é nobre ou vil; por isso, é orientado em uma causa presente sem que precise tomar uma decisão porque a finalidade usual do discurso alicerçado no gênero epidítico é *delectare* (FERREIRA, L. A., 2010) e ao auditório ocorre apenas gostar ou não.

Afirmamos que o discurso, referente ao fragmento da carta inaugural, tem como finalidade *movere* e *delectare*, e retomamos sob a perspectiva do gênero retórico. Na sequência de argumentos: ***hora de convívio com seu claro espírito; excelente carta que você enviou; quanta verdade nas suas idéias! E quanta força desabusada! Aliás, você sabe disso melhor do que eu,*** percebemos que os argumentos amplificam características atribuídas ao auditório particular a quem o orador deseja louvar. Nesse caso, os valores em jogo no gênero epidítico orientam-se com o intuito de *delectare* para alcançar o *movere*, consoante condição tênue das fronteiras entre os gêneros a depender dos objetivos pretendidos com o ato retórico. Assim, o gênero epidítico é explorado de tal forma que acaba por atingir o deliberativo, orientado a uma decisão que o auditório deve

tomar para o futuro, se é útil ou não iniciar a amizade epistolar e aconselhar quanto ao artigo que é enviado sobre Anatole France.

Ademais, censura ao afirmar que Anatole France **é um velho vício dos brasileiros, e meu também**, porque a palavra vício, de origem latina, significa “defeito grave que torna uma pessoa ou coisa inadequadas para certos fins ou funções” e, ainda, “costume prejudicial e condenável” (CUNHA, 2010, p. 676 [1924-1999]). O uso do termo revela que o orador procura convencer por meio de escolhas possivelmente apreciadas pelo auditório, em virtude do contexto retórico e da reflexão em torno da pergunta “A quem fala?”. O orador não desprezou, portanto, a regra de ouro da retórica de não perder de vista o auditório e considerar as respostas possíveis para tal pergunta, em conformidade com as características psicológicas, racionais e ideológicas (REBOUL, 2004).

### **3.6 - O acordo prévio**

No ato retórico, é necessário estabelecer um acordo com o auditório, condição mínima de entendimento para os fatos e os valores relacionados à questão. Logo, o desacordo que impulsiona o ato retórico parte de um acordo porque, conforme Reboul (2004, p. 164), a argumentação somente é possível com um acordo prévio, entre o orador e seu auditório, assentado em premissas comuns, implícitas ou explícitas, fundamentadas em fatos, verdades, presunções e valores.

Os fatos são argumentos impostos ao auditório, contudo, podem ser contestados por um especialista por meio de demonstração ou provas, ou pelo seu valor argumentativo e, nesse caso, é questionada a sua interpretação e não o fato em si. As verdades são nexos necessários, ou são prováveis, enquanto as presunções são verossímeis, ou seja, verdadeiras até que se prove o contrário, e o ônus da prova cabe a quem contesta, por isso, natural que a presunção varie de acordo com o auditório. Uma vez que o verossímil, instância da retórica, é a confiança presumida, o orador precisa conhecer as presunções do seu auditório. Já os valores estão na base e no termo da argumentação, pois são eles o propósito da re-hierarquização; por conseguinte, neles se encerram as questões formuladas: inocente ou culpado; justo ou injusto; belo ou feio; útil ou inútil (REBOUL, 2004). De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), os valores são de dois tipos:

abstratos, como a justiça e a verdade que se fundam na razão, ou concretos, que exigem virtudes como a obediência e a fidelidade.

No primeiro fragmento, Carlos Drummond, ao afirmar ***Aliás, você sabe disso melhor do que eu***, evidencia o acordo prévio estabelecido em torno de um conceito sobre o ser brasileiro, que é diferente do conceito de nacionalismo. O orador conhece as presunções do seu auditório acerca dessa questão e os valores em jogo com os quais se coaduna, pois sua intenção, a princípio, é ganhar a benevolência e resposta epistolar. Sem prevaricar o acordo prévio, nas próximas missivas do *corpus* serão apresentados argumentos que buscam consenso sobre as maneiras de ser e ecoar o nacionalismo e a identidade por meio da literatura.

Efetuada essas reflexões e escolhas preliminares, o orador passa a construir o discurso e seguir as etapas do sistema retórico.

## CAPÍTULO IV – INVENÇÃO: ENCONTRAR, INVENTAR, SELECIONAR

*Desculpe esta longuidão de carta. Eu sofro de gigantismo epistolar.*

Mário de Andrade

Em Arte Retórica, Aristóteles sistematizou a retórica de forma que a construção do discurso resultasse num processo: o sistema retórico. O grego dividiu esse processo em quatro partes que o orador deve observar e percorrer desde a estruturação e construção do discurso até a sua efetiva realização diante de um auditório. Mais tarde, os romanos acrescentaram a memória e o sistema passou a ter a seguinte configuração:

O orador deve ter invenção, disposição, elocução, memória e pronúnciação. Invenção é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável. Disposição é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. Elocução é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção. Memória é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição. Pronúnciação é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto (CÍCERO, 2005, p. 55).

O orador deve passar por todas essas etapas e, mesmo que não as perceba assim, deve cumprir as tarefas que cada uma delas encerra, pois são inerentes ao processo. Portanto, a construção do discurso exige a compreensão da questão e a reunião dos argumentos, para em seguida dispô-los de forma organizada e estratégica e, na sequência, escrevê-lo e comunicá-lo (REBOUL, 2004). No caso da análise retórica do discurso, o analista percorre o caminho inverso, pois já recebe o discurso pronto e precisa esmiuçá-lo para responder, principalmente, a pergunta “Como?”.

Em relação à memória, seguimos uma linha diversa da concebida tradicionalmente pelos romanos e assumida pela Retórica Moderna, de etapa para memorização do discurso. Em nossa concepção, a memória é arcabouço de onde são resgatadas lembranças e modelos cognitivos, como dispositivos de construção e interpretação do discurso. Desse modo, atravessa todas as etapas do sistema retórico e sua

materialidade manifesta-se como argumentos favoráveis à adesão e à articulação de estratégias persuasivas.

#### 4.1 - A invenção

Estudado o contexto retórico e o auditório, definida a finalidade do discurso e escolhido o gênero, a próxima atitude do orador deve ser a de questionar-se sobre o que abordar e como abordar para produzir um discurso eficaz. Nesse momento, executa as tarefas da primeira etapa do sistema retórico, a invenção, que do latim *inventio*, significa descobrir, achar, encontrar. Reflete, pois, o momento de buscar recursos para argumentar em prol da questão retórica. Para isso, não pode negligenciar o perfil do auditório, pois as escolhas orientadas a ele são determinantes na disposição, na elocução e na ação. Em síntese, são definidas as provas que sustentam o discurso e tornam os argumentos plausíveis.

Nesta etapa, utilizamos a segunda carta do *corpus* e a segunda de Mário de Andrade a Carlos Drummond, sem local e data indicados pelo orador, porém, dada a sequência cronológica e o encadeamento dos discursos, deduzimos que foi postada durante o mês de dezembro de 1924. O início do discurso corresponde ao exórdio, momento de estabelecer o contato inicial com o auditório.

##### Exórdio – recorte 1

*Meu caro Drummond*

*Antes de mais nada você é muito inteligente, puxa! A sua carta é simplesmente linda. E tem uma coisa que não sei se você notou. A primeira vinha um pouco de fraque. A segunda era natural que viesse de paletó-saco. Mas fez mais. Veio fumando, de chapéu na cabeça, bateu-me familiarmente nas costas e disse: Te incomoda? Eu tenho uma vaidade: a deste dom de envelhecer depressa as camaradagens. Pois, camarada velho, sente-se aí e vamos conversar.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 66)

O orador, à guisa de cumprimento, elogia o auditório e a correspondência a qual responde, sobretudo a mudança de tom operada desde a primeira carta. Ressalta que houve uma mudança de atitude em direção à maior intimidade ao contrapor os termos **fraque** e **paletó-saco**, cujo juízo explicita num argumento de ilustração –

**Veio fumando, de chapéu na cabeça, bateu-me familiarmente nas costas e disse: Te incomodo?** A potência desse tipo de argumento está em fixar na consciência a imagem de que já são velhos camaradas, corroborada pela exortação **Pois, camarada velho, sente-se aí e vamos conversar**. Construções com esse tom são recorrentes nas cartas pessoais que procuram emular a cena de conversa entre pessoas próximas e, nesse caso, permitem ao orador marcar a consolidação progressiva da amizade a cada troca epistolar. Esses primeiros argumentos revelam que o objetivo é efetuar as saudações iniciais e angariar a atenção e a benevolência do auditório ao emitir juízo de apreço.

#### Exórdio – recorte 2

*Olhe, você não repare se vou escrever sintético. É que de verdade mesmo não posso me estender nas minhas cartas. Não tenho tempo pra nada de tal forma estou ocupado. A minha correspondência é enorme. E não deixo nada sem resposta. Isso me obriga a uma síntese que feita rapidamente ao correr da pena nunca pode sair perfeita. Não esclareço bem o meu pensamento e o que é pior muitas vezes não digo tudo o que deveria dizer. Isso é mau ou seria mau se eu tivesse a pretensão de dar valor ao meu pensamento. Não sei se é bom, se é mau. Não tenho tempo pra ter pretensões. É bom por outro lado, porque traz discussões, resposta e eu tenho um fraco pelas cartas. Gosto muito de receber cartas. Mas vamos à sua.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 66-67)

Nesse momento do discurso, o orador procura afastar qualquer possível impressão negativa e futura que suas cartas possam causar de prejuízo à amizade e ao esforço de aproximação. As escolhas efetuadas afirmam o *ethos* pela sequência de argumentos que tratam da sua prática epistolar, mas que ao mesmo tempo o definem, porque são construídos com a recorrência da figura de presença marcada pelo uso da primeira pessoa nas formas verbais e dos pronomes “me” e “minha”. O *ethos* que emerge do discurso é então: precavido – prevê ruídos que possam surgir na comunicação com prejuízo para a amizade; ocupado e dedicado – não deixa ninguém sem resposta; humilde – assume que ao correr da pena o discurso pode não sair perfeito, posto ser consciente de suas limitações para traduzir ou depositar por meio da escrita os seus pensamentos; crítico e autorreflexivo com as questões que podem surgir nesse tipo de diálogo. No final do exórdio, investe no *pathos* – **Gosto muito de receber cartas** – ao deixar clara sua satisfação com a carta que se propõe a responder: **Mas vamos à sua**.

Os argumentos encontrados e selecionados para esse início do discurso alicerçam-se no ético e no patético com o objetivo de estreitar as relações com o auditório e agir em seu entendimento e vontade por meio de capacidades intelectuais e afetivas (FERREIRA, L. A., 2010) que o deixem disposto a ouvir. Há três movimentos concomitantes: evidenciar a satisfação pela amizade epistolar ao favorecer o *pathos*, projetar *ethos* de confiabilidade e, por último, proteger a face, com desculpas antecipadas por qualquer problema que venha a surgir decorrentes dos limites impostos pelo diálogo epistolar. As possíveis incompreensões que a conversa dirime na hora, mas mais difíceis de resolver no hiato espaço-temporal.

Após esse preâmbulo, o orador aborda pontualmente as questões colocadas no discurso precedente ao seu, sobretudo com provas lógicas. Sua estratégia consiste, em primeiro lugar, efetuar o recorte da assertiva com a qual não concorda, para na sequência refutá-la. Essa estratégia adotada para a parte de concentração de argumentos do discurso epistolar, ou seja, momento de debate das questões colocadas, evidencia o esforço em prol da clareza e do maior dinamismo no diálogo entre ausentes. Simula, desse modo, no ato retórico epistolar, o diálogo face a face ao mesmo tempo que contorna possíveis problemas em virtude da imprecisão das lembranças. É a parte mais longa do discurso e embora apresente um eixo norteador, o fazer literário moderno, emergem questões plurais, desdobradas em sentimento de nacionalismo, aspectos da língua e identidade, atravessadas por modelos e representações fundamentadas na memória social. É o momento de concentração das provas lógicas.

#### Concentração de argumentos – recorte 1

**“Você não gostou do meu artigo.”** Mentira. Eu não disse isso. Disse ou que gostei ou que o artigo era bom, não me lembro. Mas signifiquei que gostei. Isso de exprimir um anseio mais ou menos inconfessável de ver a mocidade dizer asneiras e praticar injustiças não diminui o valor do artigo mas considera a matéria de que é feita a mocidade. Ora isso de você estudante, em exames, mocinho, envergar sereno fraque, pigarrear e ao som ainda da ‘Dalila’ dizer três coisas justas e sérias sobre Anatole France, isso é que me aborreceu. Provou inteligência. Provou critério. Mas não provou peraltice, vida, vitalidade, fraqueza juvenil. Você diz que foi injusto. Uma injusticinha apenas. Eu queria uma injustiça grossa, até mentira. Não fazia mal. Aos quarenta anos você consertava isso e Deus havia de recolhê-lo no céu dos justos.

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 67)

Logo após negar a percepção do auditório, corrige o rumo que a compreensão tomou ao afirmar – ***Isso de exprimir um anseio mais ou menos inconfessável de ver a mocidade dizer asneiras e praticar injustiças não diminui o valor do artigo*** – e revela algo de si, pois, ao aconselhar, de forma subjacente, efetua o exercício pessoal de observá-lo igualmente, embora o anseio seja um tanto quanto ***inconfessável***. Haja vista nesta época Carlos Drummond estar com 22 anos, o orador sugere que ele não se afaste de um modo de ser próprio à mocidade e coloca em questão valores que procura re-hierarquizar. Contrapõe peraltice e fraqueza juvenil à inteligência e critério e valoriza o primeiro par em detrimento do segundo ao estabelecer uma escala de valores. Posterga para a maturidade a correção de injustiças da juventude e a reconciliação com Deus: ***Aos quarenta anos você consertava isso e Deus havia de recolhê-lo no céu dos justos***. Resgata do discurso religioso a garantia da benevolência divina para aqueles que se arrependem e corrigem seus erros, segundo crenças do universo da *doxa*, no qual estão em jogo os valores e opiniões de indivíduos, de grupos e da sociedade.

O discurso, portanto, é engendrado no gênero deliberativo, aconselha para o futuro e exige que o auditório avalie se é útil ou nocivo. Evoca a imagem ***Ora isso de você estudante, em exames, mocinho, envergar sereno fraque, pigarrear e ao som ainda da ‘Dalila’ dizer três coisas justas e sérias sobre Anatole France***, para mostrar que o aborrece, não o artigo em si, mas o *ethos* contrito e sério derivado do artigo sobre o francês. O orador deixa perceber que o *ethos* construído por Carlos Drummond no artigo sobre Anatole France, centrado no *logos*, não constitui prova eficaz de persuasão, embora seja competente. A forma como o discurso foi construído não atendeu às expectativas de Mário de Andrade porque o *ethos* e o *pathos* seriam provas mais contundentes direcionadas à persuasão.

O orador deixa perceber que Carlos Drummond como orador do artigo convenceu, contudo não persuadiu, pois não foi capaz de provocar paixões em seu auditório ansioso por algo diverso, mais próximo da impulsividade juvenil. Ferreira, L. A. (2010, p. 15) esclarece que o convencimento em retórica filia-se a “mover pela razão, pela exposição de provas lógicas, coordenar o discurso por meio de apelos ligados ao campo da racionalidade”, ao passo que a persuasão filia-se a mover “pelo coração, pela exploração do lado emocional, coordenar o discurso por meio

de apelos às paixões do outro”. Assim, as paixões não reverberaram no auditório, Mário de Andrade, expectante de algo mais contundente.

Nos fragmentos analisados até este momento, os oradores alternam-se nos papéis de orador e auditório, situação recorrente em discursos epistolares. Essa configuração aliada à composição do *corpus* permite, além da análise do próprio discurso, a observação dos efeitos provocados no auditório. Na carta-convite para amizade, o orador afirma que falará mal de Anatole France, influente escritor francês, respeitado por muitos escritores brasileiros da tradição, e cria no auditório a expectativa de que desqualificará o representante da tradição francesa.

A julgar que o contexto retórico evidencia que a disputa entre tradição e modernidade ocorria de forma contundente, sem considerar a possibilidade de consenso, mas antes a busca pela desqualificação de um e de outro, na condição de modernista representante dos primeiros fundamentos, é isso que parece esperar Mário de Andrade. Basta lembrar a crítica de Monteiro Lobato a Anita Malfatti, pintora paulista, por ocasião da exposição de 1917, ou o poema *Os Sapos (1918)*<sup>18</sup>, de Manuel Bandeira, declamado na Semana de 1922, exemplos de discursos alicerçados na retórica do dissenso, que suscitaram paixões inflamadas em seus respectivos auditórios. Nesse contexto, o auditório, como ele próprio afirma, espera **uma injustiça grossa** e até mesmo uma mentira para atender ao seu espírito modernista e não apenas porque gostaria de ouvir **a mocidade dizer asneiras**.

Diante disso, concluímos que Carlos Drummond, orador conhecedor do seu auditório, foi eficaz na carta-convite, porém, no artigo e correspondência que provocou a resposta agora em análise de Mário de Andrade, fez escolhas que não atingiram o *pathos* do “papa do modernismo”, acirrado defensor e idealizador dos novos princípios. Se, por um lado, a intenção era conseguir a apreciação e publicação do artigo em revistas modernistas, negligenciou seu auditório. Por outro lado, quando o submeteu ao *Diário de Minas*, o secretário-redator ficou escandalizado por justamente falar mal do escritor francês, conhecido e valorizado nos meios editoriais. A ter em vista os valores e ânimos em disputa que polarizavam o espaço discursivo literário da época, o discurso não persuadia nem

---

<sup>18</sup> BANDEIRA, Manuel. *Antologia Poética*. 12. ed. 7. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 30-32.

um, nem outro auditório, haja vista os modelos de memória ativados, com base na referência a Anatole France, articularem valores diferentes a cada auditório.

Após essa situação delineada nas primeiras trocas epistolares, o orador assume para seu discurso a finalidade de ensinar (*docere*) e evidencia que as decisões tomadas durante a construção do discurso têm como base as reflexões sobre o contexto retórico e o ato retórico que parte de uma motivação de resposta epistolar. Portanto, a constituição das provas retóricas, entre elas a que diz respeito ao caráter do orador, alicerça-se, sobretudo, na *phrónesis* (sabedoria).

#### 4.2 - As provas retóricas

As provas que estruturam o discurso “sustentam-se sobre raciocínios que exteriorizados constituem-se no que conhecemos por argumentos” (FERREIRA, L. A., 2010, p. 69). A articulação delas deve transparecer sinceridade para angariar confiança, reforçar a intensidade de adesão e tornar possível influenciar e explorar os valores do auditório. Assim, o orador não pode descuidar-se, durante o cumprimento das tarefas da invenção, de que suas escolhas revelem sabedoria (*phrónesis*), empatia (*eúnoia*) e virtude (*areté*).

As provas retóricas podem ser intrínsecas ou extrínsecas, conforme divisão proposta por Aristóteles (2005), e por meio delas se processa a retórica. De acordo com Tringali (2014), as intrínsecas dependem do engenho do orador, emanam do próprio discurso e decorrem do desenvolvimento do assunto. Já as extrínsecas são empréstimos que o orador toma e encaixa no discurso.

#### Quadro 2 – Provas retóricas

|                       |  |
|-----------------------|--|
| A. Provas intrínsecas |  |
| I.                    | Lógicas ( <i>logos</i> )   |
|                       | 1. Dedutivas: silogismo oratório (=entimema)                         |
|                       | 2. Indutivas: exemplos.  |
| II.                   | Éticas ( <i>ethos</i> )  |
| III.                  | Patéticas ( <i>pathos</i> )  |
| B. Provas extrínsecas |  |
|                       | O testemunho de uma testemunha: seja pessoa, coisa, fato. A citação. |
|                       | Argumento de autoridade.   |

Fonte: Tringali (2014, p. 135)

Em resumo, de acordo com Tringali (2014), as provas extrínsecas são fatos externos ao discurso selecionados e pontuados, pois, de alguma forma, reforçam o direcionamento argumentativo e, por isso, são identificadas e selecionadas pelo orador. Aristóteles (2005) as dividiu em cinco: as leis, as testemunhas, os contratos, as confissões obtidas pela tortura e o juramento. Atualmente, considera-se todas as evidências que existem por si antes da construção do discurso e a dispor do orador para, seleção e articulação de acordo com suas intenções e orientação argumentativa. Já as intrínsecas, divididas em éticas, patéticas e lógicas, isto é, o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, consubstanciam, respectivamente, o caráter do orador, a disposição e movimento do auditório e a essência do discurso; por isso, são criadas e erguidas pelo orador no percurso discursivo retórico.

O orador, com seu engenho e habilidade, articula essas duas categorias de argumentos e, muitas vezes, utiliza as intrínsecas para potencializar uma prova extrínseca, refutá-la, ou até mesmo explorar a sua falta. Esses movimentos, por exemplo, são comuns no gênero judiciário, no qual podem ser indícios para acusar e até mesmo defender, a depender de seu caráter circunstancial e da competência do orador para inspirar confiança em seu auditório e suscitar as paixões adequadas para persuadi-los.

### **4.3 - A Tópica: os lugares retóricos**

A Tópica, criada por Aristóteles como parte da Dialética, constitui-se como uma disciplina auxiliar da Retórica, responsável por argumentos que tornam crível aquilo que é duvidoso e está em questão. É, desse modo, de onde se originam as provas que buscam explorar a hierarquia de valores do auditório ao intensificar e justificar os argumentos. Segundo Ferreira, L. A. (2010),

são grandes armazéns de argumentos, utilizados para estabelecer acordos com o auditório. O objetivo é indicar premissas de ordem ampla e geral, usadas para assegurar a adesão a determinados valores e, assim, re-hierarquizar as crenças do auditório (FERREIRA, L. A., 2010, p. 69).

Os teóricos Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), com base nos estudos aristotélicos, reduziram a tópica a dois lugares: da qualidade e da quantidade. Entretanto, consideram os lugares da ordem, da essência, do existente, derivado do valor da pessoa, apesar de afirmarem que esses também podem ser reduzidos aos da qualidade e da quantidade. Ferreira, L. A. (2010) considera que a

publicidade e política trabalham também com outros lugares que surgem da necessidade do discurso, a saber: da saúde, da beleza, da tradição, da modernidade, da autenticidade, da juventude etc.

O quadro a seguir, organizado com o apoio das considerações de Ferreira, L. A. (2010), sistematiza os lugares, de acordo com os precursores da Nova Retórica – Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014):

Quadro 3 – Lugares retóricos

| Lugar                       | Conceito   | Exemplo   |
|-----------------------------|--|---|
| Qualidade                   | Argumentos que afirmam que algo é preferível por ter qualidade superior, impondo-se como único, raro e original, em oposição ao comum. | Actívia, o número 1 para fazer o número 2.<br>Bohemia, excelência é fazer mais do que uma obra-prima.   |
| Quantidade                  | Sustentam-se por meio de dados quantitativos, a considerar que números são sempre persuasivos.   | Bombрил, mil e uma utilidades.  |
| Ordem                       | Superioridade do anterior sobre o posterior.   | Sistema positivo de ensino. O que a sua escola quer, do jeito que só a gente oferece.   |
| Essência                    | Afirma a superioridade dos que melhor representam a classe; modelos bem caracterizados de uma essência.                                | Quer resultados? Estadão.<br>Tem coisas que só a Philco faz por você.   |
| Existente                   | Superioridade do que existe sobre o que é possível.  | Mais vale um pássaro na mão do que dois voando.   |
| Derivado do valor da pessoa | O argumento incide sobre o mérito de um ato; ressalta o valor humano.  | “O Papa Francisco cativou o mundo com sua simplicidade, seu carisma e seu sorriso. Mesmo os não católicos e até ateus reverenciam a originalidade e a bondade deste homem único [...]”. |

Fonte: Adaptado de Ferreira, L. A. (2010, p. 69-77)

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) concebem, ainda, que pode haver diferentes associações entre os lugares que geram efeitos que, além de estabelecerem posição e oposição em determinada situação e contexto, acabam por representar uma visão de mundo. Nesse sentido, consideram uma possível redução dos lugares em clássicos e românticos, ou seja, a redução dos outros lugares a essas duas concepções tradutoras de duas visões de mundo:

O que é universal e eterno, o que é reacional e comumente válido, o que é estável, duradouro, essencial, o que interessa ao maior número, será considerado superior e fundamento de valor entre os clássicos. O único, o original e o novo, o distinto e o marcante na história, o precário e o irremediável são os lugares românticos. Às virtudes clássicas de veracidade e de justiça, o romântico oporá as de amor, de caridade e de fidelidade; se os clássicos se apegam aos valores abstratos, ou ao menos universais, os românticos preconizam os valores concretos e particulares; à superioridade do pensamento e da contemplação, preconizada pelos clássicos, os românticos oporão a da ação eficaz (PERELMAN-TYTECA, 2014, p. 111).

Em busca de clareza, Reboul (2004) ressalta que o termo “lugares” é recorrente e um tanto quanto obscuro; por isso, aconselha que na dúvida seja entendido como argumento. Lembra, no entanto, que nesse viés pode assumir três sentidos diferentes e técnicos:

Quadro 4 – Os lugares como argumentos

| Sentido           | Conceito  | Exemplo   |
|-------------------|---|---|
| Argumento-tipo    | “No sentido mais antigo e mais simples, o lugar é um argumento pronto que o defensor pode colocar em um determinado momento do seu discurso” (REBOUL, 2004, p. 51).         | Os melhores são os que partem. (discurso epidítico).<br>Se deixardes impune o seu crime, haverá multidões de imitadores. (discurso judiciário).                                       |
| Tipo de argumento | Aristóteles (2005) chama-os de lugares-comuns porque podem ser requisitados em diversas circunstâncias e por diferentes questões para serem aplicados a temas particulares. | Se os deuses não são oniscientes, muito menos os homens (lugar do mais e do menos).<br>Quem pode o mais, pode o menos (lugar do positivo).  |
| Tópicos           | Questão típica que possibilita encontrar argumentos e contra-argumentos na mesma origem.  | Numa situação de gênero judiciário, por exemplo, a acusação e a defesa farão as mesmas perguntas: Ele cometeu o crime?; Foi premeditado?; Há atenuantes?; Qual a disposição do júri?. |

Fonte: Adaptado de Reboul (2004, p. 51-54)

Na concepção do teórico, portanto, lugar é tudo aquilo que, disponível, pode ser convertido em argumento para possibilitar ou facilitar a invenção. Essa redução, de certa maneira, é o que está no íntimo dos estudos desde a Tópica aristotélica até as reduções propostas na modernidade: os lugares guardam os argumentos e são ao mesmo tempo os próprios argumentos. Estão à disposição do orador para que os encontre e articule-os em seu discurso, de tal forma que possam refletir não

apenas estratégia retórica para persuadir, mas também uma visão mais geral de mundo que emerge pelo discurso. Vejamos como os argumentos são selecionados e articulados por Mário de Andrade para refletir sua visão de mundo e contrapô-la a do seu auditório.

### Concentração de argumentos – recorte 2

**“Devo imenso a Anatole France que me ensinou a duvidar, a sorrir e a não ser exigente com a vida.”** Mas meu caro Drummond, pois você não vê que é esse todo o mal que aquela peste amaldiçoada fez a você! Anatole ainda ensinou outra coisa de que você se esqueceu: ensinou a gente a ter vergonha das atitudes francas, práticas, vitais. Anatole é uma decadência, é o fim duma civilização que morreu por lei fatal e histórica. Não podia ir mais pra diante. Tem tudo que é decadência nele. Perfeição formal. Pessimismo dileitante. Bondade fingida porque é desprezo, desdém ou indiferença. Dúvida passiva porque não é aquela dúvida que engendra a curiosidade e a pesquisa, mas a que pergunta: será? irônica e cruza os braços. E o que não é menos pior: é literato puro. Fez literatura e nada mais. E agiu dessa maneira com que você mesmo se confessa atingido: escangalhou os pobres moços fazendo deles uns gastos, uns frouxos, sem atitudes, sem coragem, duvidando se vale a pena qualquer coisa, duvidando da felicidade, duvidando do amor, duvidando da fé, duvidando da esperança, sem esperança nenhuma, amargos, inadaptados, horrorosos. Isso é que esse filho-da-puta fez. Foi grande? Foi. Foi talvez mesmo genial nalgumas páginas. Pouquinho, graças a Deus. Foi elegante, fino, sutil? Foi, foi, foi. Mas também foi filho-da-puta, porque as grandezas que engendrou não bastam pra pagar um só dos males que fez. Você diz que ele ensinou você a ‘não ser exigente com a vida’... Como isso! se você se confessa um inadaptado e tem um errado desprezo pelo Brasil e os brasileiros. O mal que esse homem fez a você foi torná-lo cheio de literatices cheio de inteligentes, abstrações em letra de fôrma, sabedoria de papel, filosofia escrita: nada prático, nada relativo ao mundo, à vida, à natureza, ao homem. Representou a sua época. Não foi um passadista. Mas a nossa época, a sua época, Drummond, não é a época dele, e foi e é outros gatunos da laia dele que roubaram a você as riquezas da felicidade, que só pode existir nesta terra pela adaptação, pela correspondência, pelo equilíbrio. Ele não é um passadista, mas se você tiver as idéias dele, será um horroroso, ridículo passadista. Mas tudo passa, Drummond, você vai ver. Um pouco de paciência, um pouco de raciocínio, um pouco mais de farra vital, muito menos literatura, mudar um hábito antigo e então você me dirá se foi injusto ou se ficou muito aquém de toda a maldade e insulto que esse homem merecia de você.

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 67-68)

O orador marca a proposição do seu auditório que revela uma visão de mundo, cujo fiador é um representante da tradição clássica francesa, emulada na produção de muitos escritores brasileiros até o início do século XX. Sua estratégia para persuadir o auditório a compactuar com a sua visão de mundo toma como base a desconstrução do mentor francês e, por conseguinte, da sua visão clássica, contrapõe e valoriza os lugares românticos aos clássicos. A associação dos lugares, e mesmo a redução em um único sob a tutela de espírito clássico e

espírito romântico, atende a justificativas particulares (de indivíduos ou de grupos) que promovem visões diferentes da realidade.

Quadro 5 – Lugar clássico e lugar romântico

| Espírito clássico<br>Primazia do lugar da quantidade   | Espírito romântico<br>Primazia do lugar da qualidade   |
|--|--|
| <b>Lugares:</b> o eterno, o reacional e comumente válido, o estável e duradouro, o essencial, o que interessa ao maior número.<br><b>Virtudes:</b> veracidade e justiça.<br><b>Valores:</b> o abstrato ou ao menos universal.  | <b>Lugares:</b> o único, o original e o novo, o distinto e o marcante na história, o precário e o irremediável.<br><b>Virtudes:</b> amor, caridade e fidelidade.<br><b>Valores:</b> concretos e particulares.                                    |
| Argumento  | Contra-argumento   |
| <i>O mal que esse homem fez a você foi torná-lo cheio de literatices, cheio de inteligentices, abstrações em letra de fôrma, sabedoria de papel, filosofia escrita: nada prático, nada relativo ao mundo, à vida, à natureza, ao homem. Representou a sua época.</i> | <i>Mas a nossa época, a sua época, Drummond, não é a época dele, e foi e é outros gatunos da laia dele que roubaram a você as riquezas da felicidade, que só pode existir nesta terra pela adaptação, pela correspondência, pelo equilíbrio.</i> |

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse viés, os argumentos são construídos pelo orador e referem-se à base tradicional que influenciou a formação do auditório. Indicam os lugares e valores correspondentes ao espírito clássico defensor da redução de todos os lugares à quantidade, conforme repetição do termo **cheio** associado aos neologismos **literatices** e **intelligentices**, abstrações adjetivas formadas pelo acréscimo aos substantivos literatura e inteligência do sufixo *-ice*, que denota viés pejorativo. Esse movimento reforça o lugar da quantidade e subtrai valor do conceito de literatura e da faculdade cognitiva da inteligência. Afirma, assim, que o que é produzido e propagado a partir desse lugar é quantidade sem qualidade, daquilo que não chega a ser literatura e tampouco revela um engenho surpreendente. Também os argumentos **abstrações em letra de fôrma, sabedoria de papel, filosofia escrita: nada prático, nada relativo ao mundo, à vida, à natureza, ao homem** são críticas aos valores do abstrato e universal e da superioridade do pensamento e da contemplação despregados de senso pragmático.

Já o contra-argumento, que defende a posição do orador e revela uma visão romântica de mundo, faz sobressair a virtude do amor ao defender as riquezas da felicidade; evidencia os valores particulares e concretos encontrados nos lugares

do novo e original em ***a nossa época, a sua época, Drummond, não é a época dele*** e a superioridade da ação eficaz ***pela adaptação, pela correspondência e pelo equilíbrio***. Desse modo, o embate é travado a partir de visões antagônicas de mundo, assentadas em lugares que resguardam valores e virtudes diversas.

De maneira complementar, de acordo com a orientação de Reboul (2004) de lugares entendidos como argumentos, o orador aproxima-se do sentido técnico de tópicos porque os argumentos a que se contrapõe são ao mesmo tempo a sua base estratégica de contra-argumentação. Diante disso, emergem duas respostas, uma em oposição a outra, ao mesmo questionamento de origem: O que ensinou a obra de Anatole France?

Concentração de argumentos – recorte 3 (tópicos em oposição)

| Argumento de Carlos Drummond         | Contra-argumento de Mário de Andrade  |
|--------------------------------------|---|
| <i>a duvidar</i>                     | <i>Dúvida passiva porque não é aquela dúvida que engendra a curiosidade e a pesquisa, mas a que pergunta: será? irônica e cruza os braços.<br/>[...] escangalhou os pobres moços fazendo deles uns gastos, uns frouxos, sem atitudes, sem coragem, duvidando se vale a pena qualquer coisa, duvidando da felicidade, duvidando do amor, duvidando da fé, duvidando da esperança, sem esperança nenhuma, amargos, inadaptados, horrorosos.</i> |
| <i>a sorrir</i>                      | <i>Bondade fingida porque é desprezo, desdém ou indiferença.</i>  |
| <i>a não ser exigente com a vida</i> | <i>Como isso! se você se confessa um inadaptado e tem um errado desprezo pelo Brasil e os brasileiros.</i>  |

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 67-68)

A reiteração do termo “duvidando” constrói o sentido de paralisia imposta por questionamentos que levam à meditação inesgotável e causam a impressão de afastamento da ação; ao sorrir atribui a impressão de condescendência de quem se julga superior e, por fim, retorque o argumento do auditório contra ele mesmo ao fornecer evidências de que é exigente consigo e com os outros. Entretanto, não afirma que a lição foi mal apreendida, afinal, não pretende agastar seu auditório, mas mostrar que o conteúdo ensinado foi um equívoco. Na verdade, fica subentendida a engenhosidade do ensinamento, pois deixa claro que o auditório sequer tinha percepção do quanto foi influenciado, o que torna o orador aquele que traz a luz e o preferível sobre a questão.

Essas escolhas esclarecem também que a estratégia para persuadir está em desqualificar o opositor, em colocar-se em posição superior, lugar para o qual o auditório deve se movimentar por meio da re-hierarquização de seus valores. Para isso, na moldura do gênero epidítico, utiliza o recurso da amplificação ao selecionar adjetivação expressiva – escangalhou, gastos, frouxos, inadaptados, horrorosos – para definir o resultado da ação do literato sobre seu público. Contrasta, ainda, felicidade, amor, fé e esperança a fingimento, desdém, desprezo e indiferença, para marcar posições diametrais cujo efeito consiste em gerir o movimento do auditório em sua direção pela adoção de novos valores. Por fim, o argumento **se você tiver as idéias dele, será um horroroso, ridículo passadista** incita o auditório à escolha do original e do novo como arremate persuasivo.

Os implícitos articulados nessas oposições acabam por reforçar a diferença entre os valores e as virtudes dos lugares clássicos e dos lugares românticos: a contemplação à ação, a abstração à realidade factual, o estável ao precário. Esses valores e virtudes têm em sua base os lugares da quantidade e da qualidade explicitados em **Foi elegante, fino, sutil? Foi, foi, foi**, virtudes preferíveis ao maior número (quantidade) dos representantes da tradição literária, a quem se opunham os modernistas conforme **Mas também foi filho-da-puta, porque as grandezas que engendrou não bastam**, isto é, não são em quantidade e qualidade suficientes **pra pagar um só dos males que fez**. Portanto, o reconhecimento condicionado do valor do escritor francês é alçado ao lugar da quantidade porque qualquer contribuição valorosa (qualidade) feita não supera, segundo o orador, todo o mal (quantidade de mal) que causou no espírito dos jovens.

É possível, ademais, estabelecer as diferenças com base nas referências que estão implícitas na origem dos argumentos: renovação literária, proposta de construção de uma identidade brasileira por meio da literatura de concepção e referência nacionais. Nesse viés, cabe analisarmos o uso do termo **passadista**, como estrutura retórica e estratégia persuasiva construídas e alocadas na memória, que aumenta a eficácia do discurso e estimula a interação cognitiva, pois aciona modelos na memória para a construção e interpretação do discurso.

Como estrutura retórica, parte de um conhecimento global construído e reconstruído permanentemente por meio das interações às quais o homem é

exposto ao longo da vida. É formado, desse modo, um arcabouço de conhecimento em permanente revitalização por meio de estruturas na memória que, de acordo com os valores e crenças em jogo, são ativadas para uso alinhado aos objetivos do homem e sua avaliação subjetiva da situação. Assim, *passadista* significa aquele que cultua e é adepto ao passado (AULETE, 2011) e, em virtude do contexto retórico, atribuir tal termo àqueles que simpatizam com a questão modernista da década de 1920 equivale a dizer que suas raízes se encontram ainda muito arraigadas aos preceitos tradicionais do fazer literário de referências europeias.

Em relação à estratégia persuasiva, a estrutura retórica faz uso de uma figura denominada metalepse que significa “troca, permuta”, ou seja, é um tipo de metonímia que faz a difusão semântica (FIORIN, 2014, p.103); nesse caso, do conseqüente – ***passadista*** –, para o referente, aquele que é apegado a valores tradicionais. Tal estratégia é eficaz em virtude do conhecimento amalhado anteriormente pelo orador e pelo auditório, que no ato retórico é usado, não apenas para produzir o discurso e buscar sua eficácia, mas também para orientar sua recepção e a compreensão dos sentidos imbuídos no uso do termo *passadista*. A estrutura retórica utilizada aumenta, portanto, a interação cognitiva porque aciona os mecanismos cognitivos responsáveis pela organização dos pensamentos, os *frames*, além dos *scripts* sociais e culturais que, caso recuperados adequadamente da memória, permitem que esse argumento tenha força pelo seu valor-de-verdade dentro do ato retórico.

Examinada essa fonte, armazéns de argumentos dependentes de registro e interações que têm lugar na memória, detalharemos o conceito de provas intrínsecas e sua materialidade nos discursos em análise, a saber: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*.

#### **4.4 - O logos**

O *logos* são as provas lógicas, aquelas que utilizam raciocínios para persuadir e, de acordo com Aristóteles (2005), dividem-se em indutivas e dedutivas. Tringali (2014) esclarece que os modos de indução e dedução são processos fundamentais para raciocinar, argumentar e provar:

A dedução vai do geral para o particular. Ela individualiza. A indução vai do particular para o geral. A indução se realiza pela observação direta ou indireta dos fatos individuais suficientemente representados de modo a se concluir generalizando sobre a existência de um ponto comum ao conjunto (TRINGALI, 2014, p. 139).

Os raciocínios indutivos são retirados de fatos cotidianos, históricos e narrativos, ou seja, do particular de um fato que atesta o reconhecimento de certa semelhança para a estruturação do argumento com a pretensão de induzir a uma conclusão da qual se tira uma lição. Os raciocínios dedutivos, de maneira diversa, tomam forma no silogismo, estrutura constituída por uma premissa maior que encerra uma ideia geral, uma premissa menor que particulariza e estabelece relação lógica com a maior, de modo que essa relação leve a uma dedução também lógica. Esses raciocínios podem ser apodícticos, dialéticos e sofísticos.

Os raciocínios apodícticos são autoritários e imperativos, por isso operam com premissas subentendidas que os tornam quase incontestáveis. Nesse sentido, emulam o raciocínio científico, pois trabalham com premissas verdadeiras ou com aparência de verdade que conduzem a uma conclusão também verdadeira, portanto, neles não há dialética.

Os raciocínios dialéticos operam com o conceito de entimema, espécie de silogismo retórico que suprime uma premissa para deixá-la apenas subentendida. Construídos com premissas prováveis, buscam estabelecer a probabilidade e a opinião, por isso, são, por excelência, o silogismo da Retórica por atuarem no campo do verossímil. Desse modo, suas premissas são aceitas pela maioria, pois “geram uma conclusão razoável, altamente provável, embora não absolutamente certa porque produto de crença e opinião” (FERREIRA, L. A., 2010, p. 82).

Os raciocínios sofísticos são falaciosos porque falham na tarefa de provar eficazmente o que alegam e recorrem à emoção e não à lógica. De acordo com Tringali (2014), são construídos a partir de trapaças e passa o falso por verdadeiro, por isso deve ser combatido pela Retórica.

Na segunda metade do século XX, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) apresentam uma nova classificação dos tipos de argumento direcionada à identificação da forma de argumentação e ao exame das relações que são estabelecidas no conteúdo das premissas. Com isso, é possível identificar os

processos por meio dos quais um argumento é construído e, por conseguinte, sua fortaleza e sua fragilidade, que permite ao orador maior precisão e clareza na construção do discurso, bem como o estudo apurado da estratégia argumentativa pelo analista. A Nova Retórica apresenta quatro tipos de argumento: quase lógicos; fundados na estrutura do real; que fundamentam a estrutura do real; por dissociação das noções.

Os argumentos quase lógicos, tal qual a argumentação, transitam no espaço do verossímil ditado por valores e proposições, por isso, apresentam princípios lógicos que podem ser desconstruídos, caso testados, porque sua lógica não resiste se exposta a valores e culturas diversos (REBOUL, 2004). Esses argumentos pretendem-se lógico formais, mas como não se pautam na experiência, tampouco têm valor conclusivo, basta o direcionamento lógico para refutá-los, portanto, apenas emulam a aparência de um argumento lógico equivalente do qual retiram sua força persuasiva (FERREIRA, L. A., 2010). Por isso, damos destaque às formas de refutação no quadro seguinte:

Quadro 6 – Argumentos quase lógicos

| Apresentam em seu interior  | Estratégias de refutação pela lógica  |
|---|---|
| Incompatibilidades  | Distinguir os conceitos em equivalência, ou conciliar pela ação.  |
|   | Retorsão – Aplicar o argumento contra seu próprio enunciador.   |
|   | Autofagia – Evidenciar que o argumento se destrói por si mesmo.   |
|   | Ridículo – Condensar pela ironia a incompatibilidade do argumento.  |
| Identidade na qual se baseia a regra de justiça   | Refutar a aparência de identidade e reciprocidade das categorias que são articuladas.   |
| Quase matemáticos (apoiam-se em fórmulas)   | Demonstrar que as relações do pensamento algébrico não são homogêneas, ou que os elementos do dilema não são os únicos possíveis.   |
| Definição impõe determinado sentido em detrimento de outro. Pode ser normativa, descritiva, condensada, oratória. | Evidenciar as fragilidades em cada situação:<br>Normativa – impõe uma definição que não se sustenta em todas as situações.<br>Descritiva – pretende enunciar o uso, mas este pode ser falso ou verdadeiro a depender do contexto.<br>Condensada – restringe-se às características gerais, mas omite uma série de coisas igualmente importantes por conveniência.<br>Oratória – determina que o que define e o que é definido não são permutáveis. |

Fonte: Adaptado de Reboul (2004, p. 168-173)

Os argumentos fundados na estrutura do real procuram explicar o elo entre as coisas não pela comprovação científica, mas pela lógica da experiência. São argumentos prováveis que trabalham com apresentação de fatos para provar que uma tese é provável (REBOUL, 2004).

Quadro 7 – Argumentos fundados na estrutura do real

| Tipo   | Estratégia argumentativa  | Refutação pelas fragilidades   |
|--|---|--|
| Sucessão   | Apresenta uma sucessão constante de fatos para inferir um nexos causal, ou seja, sequências que levam a consequências. Mostrar o valor do efeito a partir do valor da causa, ou ao contrário, para estabelecer um juízo de valor. | Não tem comprovação científica; o argumento é apenas provável e baseia-se no sofisma “sequência, portanto consequência”.               |
| Causalidade  |   |  |
| Argumento pragmático   | O ato ou acontecimento é valorizado a partir de suas consequências.   | Ressaltar seu caráter utilitarista que o bom é o que é útil à maioria e pragmático de que a verdade é a crença que nos presta serviço. |
| Finalidade<br>(Opera segundo os interesses da causa; exprime o “Para quê?”).   | Argumento de desperdício – orienta que é preciso continuar algo para que não se perca os esforços dos meios.  | Demonstrar que o valor afirmado não passa de meio orientado a um fim.  |
|  | De direção – consiste em rejeitar algo, mesmo que admita ser inofensivo ou bom, porque pode ser meio para um fim indesejado para cujos resultados não se tem controle.  |  |
|  | De superação – direcionar ao aperfeiçoamento infinito, o melhor contra o bom.   |  |
| Coexistência<br>(Relação do atributo com a essência para estabelecer a distinção entre uso e abuso, suficiente e insuficiente, bom e mau). | Autoridade – justificar uma afirmação baseada no valor do seu autor, na sua vida comum, sua moralidade, nos seus feitos.  | Opor autoridades que se contradizem para que a razão decida.   |
|  | <i>Ad hominem</i> – contrário ao de autoridade, ressalta os vícios, a falta de valor, os atos condenáveis.  | Refutar uma proposição ao recorrer a uma personalidade odiosa ou ao ressaltar as fraquezas de quem enuncia.                            |
| Duplas hierarquias   | Estabelece uma escala de valores entre termos e vincula-os a uma escala já admitida, para escolha do preferível, do mais valoroso.  | Contestar o nexos entre duas hierarquias, ou inverter seus valores; fragilizar a escala de valores já admitida.                        |
| Argumento <i>a fortiori</i><br>(com maior razão)   |   |  |

Fonte: Adaptado de Reboul (2004, p. 173-181)

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real são empíricos, assim como os argumentos indutivos, pois permitem que “entre as coisas apareçam nexos

antes não vistos, não suspeitados” (REBOUL, 2004, p. 181), por meio dos diferentes recursos apresentados a seguir:

Quadro 8 – Argumentos que fundamentam a estrutura do real

| Recurso                 | Orientação argumentativa   |
|-------------------------|--|
| Exemplo                 | Induz uma regra reforçada e independente de outros exemplos, a partir de um fato.  |
| Ilustração              | Geralmente fictícia, favorece a adesão por fazer-se presente na consciência.   |
| Modelo                  | Exemplo dado como algo digno de imitação; estabelece um ponto a partir do qual se mede o desvio; pode-se optar pelo antimodelo para mostrar o que não fazer. |
| Comparação              | Estabelece a relação entre dois termos e realidades do mesmo gênero para evidenciar em que aspecto um é superior ao outro.                                   |
| Argumento do sacrifício | Estabelece o valor de uma coisa, ou causa, pelos sacrifícios que podem ser feitos por ela; prova as qualidades morais de uma pessoa ou ato.                  |
| Analogia                | Prova uma verdade por meio de uma semelhança de relações entre realidades heterogêneas.  |
| Metáfora                | Traduz semelhança em identidade e mascara diferenças.  |

Fonte: Adaptado de Reboul (2004, p. 181-188)

O quarto tipo são os argumentos por dissociação das noções em pares hierarquizados, que tem por princípio movimento contrário aos tipos de argumento anteriores que procuram construir relações possíveis. Procura separar ou manter separado aquilo que os outros tipos unem por diferentes processos. O objetivo nesse caso é desagregar para dirimir incompatibilidades, contudo, a ruptura somente ocorre no discurso para o surgimento de duas realidades: a verdadeira e a aparente (REBOUL, 2004, p. 189). Constitui-se como argumento propício à filosofia, pois por *distinguo* marca a hierarquia entre elementos de pares como aparência-realidade, meio-fim, consequência-princípio, ato-pessoa, acidente-essência, ocasião-causa, entre outros, nos quais o segundo elemento é invariavelmente superior ao primeiro. O esforço em resolver as incompatibilidades torna-o convincente e durável, no entanto, não há argumento infalível e para refutá-lo basta invertê-lo, por exemplo: “Deve-se comer para viver, e não viver para comer” (REBOUL, 2004, p. 192).

Em vista da causa e da configuração do auditório, o orador opta por diferentes recursos para escolha e construção de argumentos que partem do fato particular ou geral, do verdadeiro ou ficcional, para constituir provas eficazes em defesa da causa, conquanto não descuide das possibilidades de refutação às provas apresentadas. Ao oferecer um exemplo para delinear uma regra, deve antecipar uma refutação que contradiga essa regra, por meio da apresentação de restrições ou exceções a essa regra, ou ainda, ao fazer uma analogia precisa antecipar que esta possa ser questionada se a relação de semelhanças não for percebida como uma prova. Enfim, o orador, ao encontrar, selecionar e estruturar os argumentos, deve prever os desdobramentos no auditório e antecipar as possíveis contestações. Esse movimento examinamos agora à luz dos tipos de raciocínio e argumento.

#### 4.5 - A dança dos argumentos

O discurso epistolar de caráter pessoal é uma dança a dois: a ação de um motiva a reação do outro, neste caso orador e auditório, em busca de um todo harmônico. A partir desse ponto, examinamos as questões que despontam no ato retórico e os tipos de argumento que são passos nessa dança persuasiva.

##### Concentração de argumentos – recorte 4

*Mas adiante você fala em “**apertado dilema: nacionalismo ou universalismo. O nacionalismo convém às massas, o universalismo convém às elites**”. Tudo errado. Primeiro: não existe essa oposição entre nacionalismo e universalismo. O que há é mau nacionalismo: o Brasil pros brasileiros – ou regionalismo exótico. Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. O que mais simplesmente ainda significa: Ser. Ninguém que seja verdadeiramente, isto é, viva, se relacione com o seu passado, com as suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio e com a terra, com a família etc., ninguém que seja verdadeiramente, deixará de ser nacional.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 70)

O argumento do auditório, resgatado de carta anterior, delinea a questão retórica “nacionalismo ou universalismo”. Além disso, encerra em seu interior uma espécie de definição que determina o nacionalismo como próprio às massas e o universalismo às elites. A discussão gira em torno daquilo que dever ser base e faz emergir um caráter de literatura brasileira – o nacionalismo ou o universalismo.

Percebemos pela sequência de contra-argumentos que o orador opta por arrazoar o âmago da questão: desconstruir o dilema proposto entre nacionalismo e universalismo. Antes de mais nada, dilema é definido como:

**1** Lóg. Raciocínio de premissas alternativas, contraditórias e mutuamente excludentes, mas que fundamentam uma mesma conclusão. **2** P. ext. Situação problemática para a qual há duas saídas, contraditórias e igualmente insatisfatórias, gerando indecisão; escolha difícil (AULETE, 2011, p. 498).

A par da definição, o qualificador **apertado** potencializa as características do conceito, o que equivale a dizer que o dilema, por natureza difícil, torna-se árduo. Isso porque, para o auditório, o universalismo, como valor de referência, convém às elites, o que pressupõe que o contato com valores estrangeiros e o conhecimento erigido por intermédio dessa exposição ao pensamento europeu somente acontece no âmbito da elite, assim: como construir uma literatura que exceda esse limite? Desse modo, o argumento **O nacionalismo convém às massas, o universalismo convém às elites** parte de valores que não se mantêm se testados com relação a outros valores, por isso o argumento é quase lógico, pautado numa definição oratória. Suas premissas não se sustentam porque não há permuta entre o que define e o que é definido.

O orador, para refutar, começa peremptório, isto é, dá a última palavra, alicerçada em raciocínio apodítico – **Tudo errado** –, para depois acrescentar as premissas – **Primeiro: não existe essa oposição entre nacionalismo e universalismo** –, e uma outra definição para nacionalismo que desconsidera a questão de classe porque vincula a um modo de ser evocado de uma essência – **Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. O que mais simplesmente ainda significa: Ser**. É eficaz na refutação, porém também se vale do mesmo tipo de argumento ao oferecer uma nova definição oratória.

A esse argumento acrescenta outros fundados na estrutura do real que estabelecem sucessão ou concomitância de fatos com vistas a fortalecê-lo. Assim, o seguimento **se relacione com o seu passado, com as suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio e com a terra, com a família etc.** estabelece uma causalidade de sequências que levam a consequência; uma série de modos de agir e interagir durante a vida cuja consequência é ser nacional. É um contra-argumento que ataca as fragilidades da

definição oratória do auditório, mas que, em contrapartida, não tem comprovação científica, embora seja uma proposição provável de acordo com valores da *doxa*, por isso, verossímil. Em resumo, os argumentos e contra-argumentos, segundo definição aristotélica, são dialéticos e no exame de suas premissas, de acordo com a Nova Retórica, encontramos argumentos quase lógicos e argumentos que se fundam na estrutura do real.

Em seguida, aprofunda a questão com uma sequência de exemplos de situações responsáveis pelo **despauamento** do nacional que gera o **mau nacionalismo: o Brasil pros brasileiros – ou regionalismo exótico**.

Concentração de argumentos – recorte 5

*O despauamento provocado pela educação em livros estrangeiros, contaminação de costumes estrangeiros por causa da ingênita macaqueação que existe sempre nos seres primitivos, ainda, por causa da leitura demasiadamente pormenorizada não das obras-primas universais dum outro povo, mas das suas obras menores, particulares, nacionais, esse despauamento é mais ou menos fatal, não há dúvida, num país primitivo e de pequena tradição como o nosso. Pois é preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 70)

A paisagem nacional é, dessa forma, desconstruída pela vocação natural de imitar o outro por **ingênita macaqueação**, acentuada pelo contato com uma literatura menor, voltada ao particular do seu povo e sem essência para o universal, que copiada só pode resultar em literatura menor. Assim, o raciocínio é dialético em torno das premissas “todo ser primitivo apresenta a tendência de imitar o outro” e “somos seres primitivos”, logo, “imitamos”. Caso o produto imitado seja vulgar, assim também será o resultado da imitação. Contra essa tendência, o orador afirma que a solução é **desprimitivar** o país; para isso, fundamenta seu argumento na estrutura do real quando indica o nexo de causalidade entre **acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la** para assim deixar de ser primitivo e atender a premissas subentendidas que o resultado será o nacionalismo universal, em consonância e não em concorrência como pensa o auditório.

Em direção à maior clareza, a questão é aprofundada até instâncias particulares:

## Concentração de argumentos – recorte 6

*Você fala na “**tragédia de Nabuco, que todos sofremos**”. Engraçado! Eu há dias escrevia numa carta justamente isso, só que de maneira mais engraçada de quem não sofre com isso. Dizia mais ou menos: “o doutor Chagas descobriu que grassava no país uma doença que foi chamada moléstia de Chagas. Eu descobri outra doença mais grave, de que todos estamos infeccionados: a moléstia de Nabuco”. É preciso começar esse trabalho de abasileiramento do Brasil, dizia eu noutra carta, a um rapaz de Pernambuco. E agora reflita bem no que eu cantei no final do “Noturno” e você compreenderá a grandeza desse nacionalismo universalista que eu prego.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 70)

A expressão **tragédia de Nabuco**, além da estratégia de ser materializada no discurso para vencer percalços causados pelo esquecimento e que prejudicam a comunicação, exige a articulação de referências na memória para que seja compreendida e funcione nos discursos. Tanto orador quanto auditório, e quando alternam esses papéis, precisam acionar modelos gerais na memória para compreensão e interpretação e, por conseguinte, inferir sua pertinência. Caso esse processamento não ocorra, os significados não são construídos, o que vale dizer que as estratégias armazenadas na memória não reverberam no outro; por conta de uma limitação empírica, uma das partes não possui modelos gerais construídos e retroalimentados com base no elemento ou situação a que é exposto, ou não resgata os mais adequados.

Esclarecido isso, verificamos quais são as possíveis inferências acionadas por “Nabuco” e a que vale sua força argumentativa em relação à questão retórica. O orador assim como o auditório compartilham o conhecimento sobre Joaquim Nabuco - escritor, historiador e diplomata brasileiro, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras ao lado de Machado de Assis - de representante da cena cultural tradicional da segunda metade do século XIX. Em vista disso, associar o intelectual brasileiro à **doença mais grave, de que todos estamos infeccionados: a moléstia de Nabuco** é assumir que ele, segundo sua concepção, faz parte do grupo que macaqueia uma literatura menor, nacionalista sem compleição universal que atinja a todos.

O argumento é apresentado por meio de uma analogia que busca provar que modelos como Nabuco são doenças que causam males e sintomas no campo intelectual e literário. Ao lado da exaltação de semelhanças entre realidades diferentes, ergue-se também um argumento *ad hominem*, porquanto a analogia é construída em relação a uma realidade negativa que ressalta a falta de valor e o vício a um estilo de literatura. A analogia fundamenta a estrutura do real ao estabelecer um nexos com uma realidade empírica – a das doenças. O *ad hominem* é fundado na estrutura do real porque constrói o elo entre Nabuco e doenças. A experiência literária do orador e o seu conhecimento do cenário literário brasileiro, reconhecidos pelo auditório, validam, a princípio, seu juízo de valor e potencializam os argumentos.

Outra referência que exige ainda mais da memória porque busca o particular e o episódico é a alusão ao final do poema *Noturno*, integrante da obra *Paulicéia Desvairada* (1922), cujo verso, para assistir ou formar a memória, citamos: “Bata’assat’ô furnn!...” (ANDRADE, M., 1993, p. 96). O final do poema, segundo o orador, é a chave para compreender **a grandeza desse nacionalismo universalista** que prega. Decifrá-la exige do auditório uma série de processamentos cognitivos ligados ao acionamento de reminiscências em torno do fazer poético do orador e suas proposições literárias. Primeiro, insere-se numa obra cujo prefácio lista as diretrizes da poesia modernista e os poemas, um retrato da cidade de São Paulo, o exercício dessas diretrizes, e, por isso, coloca-se num campo de disputa e inovação. Segundo, o projeto do orador passa pelo esforço de sistematização de uma língua que ele pretende nacional pela mistura de termos de várias regiões do Brasil, a incorporação de estrangeirismos e a materialidade tonal de diferentes grupos e lugares.

Segundo Ferreira, E. M. A. R. P. (2009, p. 26), “a língua sem arcaísmos e neológica será também matéria da obra de Mário de Andrade” e a chave apontada representa um “falar amolengado de algumas regiões do país, da influência indígena” (2009, p. 48). Já para Natal (2019, p. 166), “A onomatopeia é o estrondo dos bondes; independe de gramática ou de etimologia”, no retrato do percurso dos bondes ao longo da noite na cosmopolita cidade de São Paulo. Diante de percepções tão diferentes, mas não necessariamente excludentes porque

complementárias na antecipação da concepção antropofágica de mescla de cultura (FERREIRA, E. M. A. R. P., 2009), a resposta sugerida pelo orador parece ser que sua literatura nacional imprime universalidade por retratar uma identidade brasileira que esmaece as fronteiras entre o tradicional e o moderno.

#### Concentração de argumentos – recorte 7

*De que maneira nós podemos concorrer pra grandeza da humanidade? É sendo franceses ou alemães? Não, porque isso já está na civilização. O nosso contingente tem de ser brasileiro. O dia em que nós formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais uma raça, rica numa nova combinação de qualidades humanas. As raças são acordes musicais. Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lambanças. Outro é tímido, humorista e hipócrita. Quando realizarmos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização. Me compreende bem?*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 70)

Com intenção de continuar o investimento na questão, articula perguntas retóricas para as quais a resposta é esperada: ***Não, porque isso já está na civilização***, de acordo com a orientação dos argumentos apresentados até aqui. Reafirma a necessidade de originalidade para contribuição ao complexo da diversidade universal; para isso, seu argumento é de causalidade, para evidenciar o valor do efeito – ***O dia em que nós formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais uma raça, rica numa nova combinação de qualidades humanas***, a partir do valor da causa – ***O nosso contingente tem de ser brasileiro***.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a força dos argumentos está na relação de um com o outro; assim, a metáfora ***As raças são acordes musicais*** visa fundamentar a estrutura do real e reforçar a premissa do ser brasileiro de um jeito original e único. Desse modo, cada raça tem a sua formação e característica; as possibilidades são inúmeras: ***Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lambanças. Outro é tímido, humorista e hipócrita***. Quando o Brasil conseguir compor a sua combinação sem ser cópia de nenhuma outra, constituir-se-á como acorde singular a fazer parte da ***harmonia da civilização*** e assim contribuir para ritmos e melodias universais.

## Concentração de argumentos – recorte 8

*Avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem. Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo. Por uma simples razão: não há Civilização. Há civilizações. Cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais duma raça, dum meio e dum tempo.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 70-71)

O argumento ***Avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem*** é de superação porque direciona a um aperfeiçoamento e antecipa o argumento pelo modelo em ***Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo***, porque valorizavam e mantinham suas tradições constitutivas de identidade. O orador toca nessa questão no verso “Sou um tupi tangendo um alaúde<sup>19</sup>” (ANDRADE, M., 1993, p. 83), do poema *O Trovador* (1922), em defesa das suas raízes históricas, embora homem moderno. O argumento pelo modelo é uma nova maneira de apresentar posturas aparentemente contraditórias entre selvagem e civilizado, que o movimento antropofágico explica no manifesto de 1928.

O orador refuta, ainda, o senso-comum e generalizante de civilização como resultado da ação de civilizar-se a partir de um parâmetro, a favor do conceito de “processo de aquisição de valores sociais, culturais etc.” e “tipo de cultura e sociedade desenvolvida por um povo em determinada época” (AULETE, 2011, p. 340). Assim, ***Cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais duma raça, dum meio e dum tempo*** é um raciocínio dialético que prevê as premissas: civilização é um tipo de cultura; civilização é um processo de aquisição de valores; civilização diz respeito a um povo em determinada época. Logo, cada uma é única porque sua formação está condicionada a ideais, meios e tempo, que formam diferentes acordes que não se sujeitam uns aos outros.

---

<sup>19</sup> Do árabe *Al-oud* (CUNHA, 2010, p. 21), o alaúde é um “antigo instrumento de cordas dedilháveis, de origem oriental”, que chegou à Península Ibérica por volta de 722 d.C.

## Concentração de argumentos – recorte 9

*Dizer por exemplo que os egípcios da 18ª dinastia representam um degrau da civilização antiga que atingiria o esplendor com o século 5º. a.C. dos gregos é uma besteira que dá apoplexia na gente. São ambos apogeus de civilizações diversíssimas. Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo. Nossos ideais não podem ser os da França porque as nossas necessidades são inteiramente outras, nosso povo outro, nossa terra outra etc.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 71)

Ademais, apoia seu raciocínio com argumento de ilustração, que cita o apogeu dos egípcios e dos gregos, cuja função é exemplificar para reforçar a adesão de que é uma **besteira** reduzir a um mesmo parâmetro o percurso de civilizações diferentes. Retoma e reafirma as premissas em ***Nossos ideais não podem ser os da França porque as nossas necessidades são inteiramente outras, nosso povo outro, nossa terra outra etc.***, de acordo com o raciocínio dialético sobre civilização.

À proposição efetuada por meio de perguntas retóricas, conforme recorte 7, o orador encadeia essa sequência de argumentos para ensinar (*docere*) o que é e como ser nacional. Reforça a ideia de afastamento de modelos europeus, sobretudo da França, parâmetro recorrente nos argumentos por ser historicamente o centro de surgimento de novas estéticas e modelos posteriormente difundidos pela Europa e pelo mundo. A refutação a esse modelo historicamente construído na memória social é ampliada pela repetição do termo nosso/nossa para intensificar o sentido expresso de distinção em relação à realidade e essência do outro, que, se mimetizada, revela primitivismo. O primitivismo consiste, segundo o orador, em insistir em encaixar a realidade do outro com suas características e ideais dentro da realidade do Brasil que, além de diversa, não emula as mesmas condições de tempo e meio.

## Concentração de argumentos – recorte 10

*Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais. Como os egípcios, como os gregos, como os italianos da Renascença, como os alemães de 1750-1880, como os franceses do século 17, os norte-americanos do século 20 etc. me diga se depois deste raciocínio ainda você repete que não encontra no seu “cérebro nenhum raciocínio em apoio à minha [sua] atitude [nacionalismo].*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 71)

Contudo, afirma que o ideal ainda está para ser criado. Os argumentos ***Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação*** trabalham na dissociação das noções pela constituição dos pares: i) mimetismo-primitivismo; ii) criação-civilização. Análogos ao par acidente-essência, o orador estabelece a superioridade do segundo sobre o primeiro de acordo com a concepção de civilização defendida, pois ao prevalecer o segundo par **então seremos universais, porque nacionais**. A argumentação opera na defesa da criação de uma essência singular e original.

Os argumentos seguintes encerram, com comparações, a defesa da questão principal do discurso. A comparação ergue-se como argumentos porque justifica uma concepção em relação a outra. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) classificam-na como argumentos quase lógicos por considerarem a medida um ato matemático, porém, para Reboul (2004, p. 183), fundam as estruturas do real porque apresentam a condição empírica do que se mede. As comparações apresentadas pelo orador levam-nos a concordar com o teórico francês porque os argumentos pressupõem o conhecimento dos fatos. A estratégia retórica pauta-se na crença de que o auditório possui conhecimentos prévios adequados para acionar os valores sugeridos pela argumentação.

A eficácia depende, mais uma vez, da memória do auditório, pois os fatos não vividos precisam estar inscritos na memória por serem marcantes ou por serem produtos de uma construção social herdada. Assim resgatados, há uma relativização no confronto da memória do orador com a do auditório, pois a expectativa é que os mesmos valores e identidades sejam acionados; caso não, ergue-se uma disputa pela interpretação do passado. Sob o ponto de vista retórico, a seleção desses argumentos necessita critérios claros e objetivos para evitar conflitos de interpretação. Ainda, como é uma enumeração de referências em comparação, há necessidade de um nexos entre elas, uma identidade a ser reconhecida pelos processos cognitivos orientados à recuperação de modelos de memória que operem na construção de sentido.

Qual seria, então, a relação entre ***egípcios, gregos, italianos da Renascença, alemães de 1750-1880, franceses do século 17*** e os ***norte-americanos do***

**século 20** para que compartilhem o mesmo paradigma comparativo? Além disso, egípcios e gregos não estão limitados dentro de um período, ao passo que os demais sim. Isso exige processos de recuperação de modelos na memória de critérios diferentes para o grupo limitado e o grupo não limitado. É o tipo de argumento que, dada sua complexidade e exigência de conhecimento específico, exclui o auditório, caso mal aplicado; por isso, a importância de conhecer e avaliar o auditório para o qual se discursa e nunca o perder de vista durante todo o ato retórico, principalmente na seleção dos argumentos.

Nesse caso, o orador acredita na capacidade de acompanhamento da argumentação, pois já a testemunhara na sequência epidítica **você é muito inteligente, puxa!** Aposta, portanto, na assimilação e interpretação dos argumentos: egípcios e gregos são modelos de civilização da antiguidade, que possuíam sofisticada organização social e política, além de valorizarem as artes e o conhecimento; os alemães de 1750 a 1880 resistiram ao iluminismo francês e conceberam uma literatura crítica ao modo racionalista e materialista de conceber o homem e o mundo; o século XVII francês testemunha a ascensão de filósofos, físicos, matemáticos, literatos e pintores no bojo do neoclassicismo; o renascimento italiano inaugura a passagem da Idade Média para a Moderna e espalha-se pela Europa; no século XX, os norte-americanos consolidam-se como potência militar e econômica e exercem grande influência cultural. O orador vale-se de raciocínios indutivos, retirados de fatos na história e alocados na memória, que guardam entre si uma semelhança propícia à orientação argumentativa: essas nações consolidam uma identidade nacional por meio de feitos únicos e originais e, por conseguinte, inscrevem-se na história e na memória coletiva.

Conclui a disposição dos argumentos e apresenta o desafio: **me diga se depois deste raciocínio ainda você repete que não encontra no seu “cérebro nenhum raciocínio em apoio à minha [sua] atitude [nacionalismo]**. Assume que a atitude de nacionalismo e os raciocínios apresentados são compartilhados por ambos. Considera, portanto, as dúvidas dirimidas, as escolhas orientadas e o auditório convencido; na sequência, apela ao *pathos* para consolidar a persuasão com o reforço das provas psicológicas.

#### 4.6 - O *Pathos*

Assim como o *ethos*, o *pathos* é o argumento de ordem psicológica vinculado à afetividade porque remete às emoções e paixões que se deseja despertar no auditório. Por meio dele, o orador atua sobre a hierarquia de valores do auditório em busca de adesão pela criação de vínculos e, no lugar de convencer pela razão, investe na alteração do estado de alma de sua audiência para comover e seduzir pelo coração (TRINGALI, 2014). São recursos efetivos, emoções e paixões, porque, quando orientadas aos propósitos persuasivos, fazem as pessoas mudar seus pensamentos e, por conseguinte, seus julgamentos.

As reações apaixonadas, que Aristóteles (2005) divide, algumas em oposição, em cólera e calma, temor e confiança, amor e ódio, vergonha e impudência, emulação e desprezo, favor, compaixão, indignação e inveja, não se dão de forma linear ou igual, reverberam em diferentes graus e instâncias. Elas ocorrem pela competência do *ethos*, pela habilidade e capacidade de impressionar para atingir e ativar paixões que movimentem em direção ao acordo e à aceitação da “verdade” proposta; por isso, uma das tarefas preliminares, senão a primeira, é estudar e conhecer o auditório, referência para as escolhas e decisões que serão tomadas durante a construção e comunicação do discurso.

O orador precisa conhecer as disposições necessárias para suscitá-las, pois, como recursos afetivos, são despertadas na relação com o outro por meio do discurso. Aristóteles (2005) destaca que é necessário distinguir e conhecer três questões relativas a cada paixão, caso contrário, não é possível provocá-las: estudar em que disposição uma paixão é incitada; contra quem ou a favor de quem ela emerge; quais as causas que as acionam. Ademais, como se dão na relação com o outro, além de ser necessário conhecer quais os sentimentos o auditório já possui, é preciso que ele tenha disponibilidade para emocionar-se. Parte-se, desse modo, da identificação desses sentimentos para promover a alteração física e psicológica propícia à mudança de julgamento. O ato retórico intenso, expressivo e agradável ao auditório suscita emoções e paixões por meio da articulação entre o *logos*, o *ethos* e o *pathos*.

Mosca (2017) afirma que Greimas [1917-1992] e Fontanille (1991)<sup>20</sup> incorporam o tema aos estudos semióticos pelo ângulo das modalidades e da sintaxe, e, assim, “compreendem o domínio das paixões dentro de um universo do sentir em que as paixões se superpõem ou se apresentam num movimento de atração/repulsão” (MOSCA, 2017, p. 21) e acrescenta que a diferença entre emoção, paixão e sentimento é a duração específica e o grau de intensidade de cada um. Se, por um lado, “as paixões constituem uma síntese discursiva e agem sobre as categorias da presença, intensidade e quantidade”, por outro, “as emoções têm mais a ver com os estados de alma do cotidiano e são passageiras e fugazes” (MOSCA, 2017, p. 22-23).

A esse conceito de contornos fronteiriços, Ortiz (2017) acrescenta que “as emoções podem obedecer a razão, podem ser persuadidas pela razão”. Assim, o orador é como “o retor da alma que persuade a emoção até onde se dirigir e evita que seja um impulso ‘desobediente’ à razão”<sup>21</sup> (ORTIZ, 2017, p. 179 [tradução nossa]). Por esse ângulo, as emoções suscitadas e guiadas pela razão (*phrónesis*) causam sensações que, mesmo fugazes, podem predispor e conduzir o auditório à paixão que o orador deseja despertar ao trazer à superfície sentimentos preexistentes para que ele se emocione e mude seu julgamento. As emoções assemelham-se, então, a sentimentos que, provocados, desencadeiam paixões. Ferreira, L. A. (2010) expande ao afirmar que é possível considerar não apenas as paixões aristotélicas como recursos efetivos para a persuasão, mas também, de modo geral, as reações afetivas – emoções, afetos, sentimentos – que sejam eficazes em fazer-sentir para estimular o fazer-fazer.

O orador pode trabalhar a emotividade como componente de caráter ligado a *eúnoia* e a sua essência passional para colocar-se em sintonia com o auditório. O inverso também é desejado e esperado, o auditório em sintonia com o orador, para favorecer a persuasão (*movere*) pela concretização de identidade gerada no reconhecimento e na emulação das emoções sugeridas e demonstradas pelo *ethos*. A relação entre *movere* e o termo emoções é dada pela sua origem etimológica: do francês *émotif*, que deriva do latino *emotus*, e tem por participio

<sup>20</sup> GREIMAS, Algirdas Julius; FONTANILLE, Jacques. **Semiotique des passions**: des états de choses aux états d’âme. Paris: Ed. Du Seuil, 1991.

<sup>21</sup> No original: “las emociones ‘pueden obedecer’ a la razón, pueden ser persuadidas por la razón [...] el retor del alma que persuade a la emoción hacia dónde dirigirse y evita que sea un impulso ‘desobediente’ a la razón”.

*emovere* (CUNHA, 2010, p. 241), no qual “e” é uma variação de “para fora” e *movere* significa movimento, ou seja, trazer à tona os sentimentos, as emoções e as paixões que movimentam a causa para a direção almejada. Portanto, emoções possui a mesma raiz de *movere* – uma das finalidades do discurso retórico –, “o lado emotivo do discurso, aquele que movimenta as paixões humanas” (FERREIRA, L. A., 2010, p. 16).

Em suma, conforme defende Meyer (2007, p. 38), “a paixão é um poderoso reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese”, porque assume a função de “comunicar ao outro a diferença que é a sua; é uma resposta sobre um problema que separa”. Assim posto, na tríade *ethos*, *pathos* e *logos*, o *pathos* é a ação sinônima de resposta da causa, por isso ganha relevância no final do discurso.

#### *Pathos* – recorte 1

**“Só o coração me absolve”.** Não é o coração que absolverá você. É a sua própria inteligência. E um pequeno esforço fará depois o resto. Eu também já sofri da moléstia de Nabuco. Não importa que a gente seja um pouco falso consigo mesmo no princípio. Nada de esperar a graça divina de braços cruzados. Nada de dizer: se um dia eu for nacional, serei nacional. A graça divina depende da nossa cooperação, dizem os tratadistas católicos. Você faça um esforcinho pra abrazeirar-se. Depois se acostuma, não repara mais nisso e é brasileiro sem querer. Ou ao menos se não formos nós já completamente brasileiros, as outras gerações que virão, paulatinamente desenvolvendo o nosso trabalho, hão de levar enfim esta terra à sua civilização. Como você vê eu formulo votos, tenho esperanças sem vergonha nenhuma. Tenho um grande orgulho disso. Rio de todas as civilizações, porque já tenho a minha pessoal.

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 71-72)

O orador ressalta a *phrónesis* como caminho para o entendimento – **Não é o coração que absolverá você**; mas investe no *pathos* ao reconhecer no auditório a qualidade necessária à mudança e assim, inspira coragem e confiança – **É a sua própria inteligência**; suscita sentimento de solidariedade ao colocar-se no lugar do auditório e confessar ter lidado com as mesmas dúvidas – **Eu também já sofri da moléstia de Nabuco**; é indulgente e generoso – **Não importa que a gente seja um pouco falso consigo mesmo no princípio**; demonstra amizade ao aconselhar – **Nada de esperar a graça divina de braços cruzados**; incita à ação – **Você faça um esforcinho pra abrazeirar-se**. Por fim, projeta esperança – **as**

**outras gerações que virão, paulatinamente desenvolvendo o nosso trabalho, hão de levar enfim esta terra à sua civilização.**

Pathos – recorte 2

*Estou exausto e ainda não falei nos seus versos... Gostei. Gostei francamente, embora a sua prosa por enquanto seja mais segura que os seus versos. No entanto a prosa é mais difícil que a poesia. É muito simples: sua prosa vem da civilização que morreu com a guerra. Você ainda é muito civilizado antes-da-guerra, pra cair de chofre no primitivismo deste século 20, que provocou o lirismo de certos alemães, russos e franceses atuais. Isso é natural. Estou me lembrando daquela frase que escrevi no prefácio da Paulicéia: **“Ninguém se liberta de uma vez das teorias avós que bebeu”**. Comigo se deu a mesma coisa. Paulicéia é uma mistura de simbolismo até parnasianismo, e modernismo que ninguém aqui percebeu porque, Deus dos justos! os críticos de poesia no Brasil...*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 72)

Esses argumentos giram em torno da proposição do orador ***Ninguém se liberta de uma vez das teorias avós que bebeu*** para ser condescendente com o auditório – ***sua prosa por enquanto seja mais segura que os seus versos*** – e consigo mesmo ao admitir que os modelos rechaçados, simbolismo e parnasianismo, transitam por *Paulicéia Desvairada* (1922). Novamente o sentimento de solidariedade é projetado sobre o auditório – ***Comigo se deu a mesma coisa*** –, orientado a persuadir quanto a inevitabilidade da sua concepção modernista de nacionalismo universal. As paixões movimentadas fluem do auditório pela ação do orador e acaba por delinear na correspondência com elas seu próprio *ethos*.

#### 4.7 - O Ethos

Os estudos aristotélicos defendem que o *ethos* é a imagem que “o orador constrói de si em seu discurso” (FERREIRA, L. A., 2010, p. 90). Para isso, “é absolutamente necessário não ter só em vista os meios de tornar o discurso demonstrativo e persuasivo; requer-se ainda que o orador mostre possuir certas disposições” (ARISTÓTELES, 2005, p. 97) para inspirar confiança em seu auditório. Essa confiança provém de três qualidades: a prudência, a virtude e a benevolência – *phrónesis, areté e eúnoia* –, sem as quais, ao aconselhar ou falar, falta com a verdade. Isso porque, sem prudência, falta justeza; sem virtude, a maldade impede

a expressão daquilo que é bom e justo; sem a benevolência, o orador não exprime a melhor determinação (ARISTÓTELES, 2005).

O orador não é somente aquele que fala a um auditório, mas também aquele com quem o auditório se identifica à medida que ouve o discurso acerca da questão, em relação a qual se procura estabelecer a negociação. Na base dessa identificação, operam as três qualidades determinadas por Aristóteles para estruturar um saber específico que “se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que, então, se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo” (MEYER, 2007, p. 34). É, portanto, um saber específico resultante da capacidade do orador em desenvolver e constituir um caráter capaz de persuadir a fim de que suas respostas sejam aceitas.

A persuasão pressupõe do orador a construção de um caráter honesto e adequado para validar temas, dos quais emergem questões, em estilo apropriado. Apesar da concepção de *ethos* articular dois campos semânticos aparentemente opostos – da moral, honestidade e equidade, e do *habitus*, mostrar o que é adequado ao caráter –, conforme problematizado por Eggs (2016), a persuasão não prescinde de nenhum deles. O orador deve articular as duas acepções de acordo com o auditório porque estão imbricadas ao que ele deseja mostrar para persuadir e não a um caráter externo ao discurso. Portanto, a honestidade é revelada, como uma virtude do *ethos*, no ato retórico, pela construção e vocalização do discurso.

Desse modo, a honestidade opera em duplo movimento, de ser uma qualidade construída com *phrónesis*, pelo discernimento de distinguir as virtudes e seus extremos, e de direcionar escolhas deliberadas, porém honestas, para defesa da causa. Além disso, a honestidade ganha corpo como virtude que se torna palpável ao auditório quando o orador inspira confiança, por isso, também é *areté*. Consoante Aristóteles, o orador falta com a verdade se prescinde de uma das três qualidades, isto é, não é honesto, logo, a honestidade é item necessário à causa, desde a *inventio* até a *actio*, quando o discurso é efetivamente colocado à prova diante do auditório.

Em outra perspectiva, estudos sob a égide da Nova Retórica consideram dimensões ao conceito de *ethos* que ultrapassam sua vinculação à construção por

meio do discurso. Meyer (2007) expande o entendimento ao afirmar que há um *ethos* imanente decorrente de uma imagem projetada e o *ethos* efetivo revelado durante o discurso. Isso se considerarmos que o auditório possua conhecimentos prévios sobre o orador, ou faça conjecturas a partir de indícios ou informações prévias sobre a questão e o ato retórico. Mesmo que não possua nada disso e, ainda assim, delineie ou apenas imagine quem é ou qual a competência do orador para defender determinada causa, será, em qualquer hipótese, uma projeção patêmica que cabe ao discurso (*logos*) e ao orador (*ethos*) corroborar ou não.

Meyer (2007) afirma que o orador pode valer-se dessa defasagem entre *ethos* imanente e *ethos* efetivo, a fim de conduzir o auditório e garantir que as distorções entre eles não prejudiquem a causa retórica. Portanto, o orador pode trabalhar estrategicamente a relação entre imagem e *ethos* para suscitar diferentes reações no auditório em busca de identificação e, por conseguinte, adesão. O *ethos*, portanto, efetivamente, é “o ponto final do questionamento” (MEYER, 2007 p. 35), pois nele se constrói o valor latente de dizer com *phrónesis*, *eúnoia* e *areté*.

O conceito de imanente, aqui entendido como imagem projetada e não como *ethos*, também parte do orador para o seu auditório e igualmente pode não corresponder à realidade, mas, podemos afirmar, é um *pathos* imanente que nasce no espírito do orador quando se pergunta

(1) se existe compreensão do que ele diz ao auditório (relação de sentido, àquilo que está em questão); (2) se existe adequação entre a pergunta e a resposta; (3) se a resposta é persuasiva, se o auditório está convencido ou seduzido (MEYER, 2007, p. 52).

Em contrapartida, o *pathos* também projeta o *ethos*, uma vez que a negociação da distância se dá entre o orador e o auditório e se baseia em uma construção que faz o *ethos* daquilo que constitui o *pathos*: “(1) uma operação de construção da intenção (*ethos*) por trás da questão; (2) uma avaliação da relação pergunta-resposta (*logos*); (3) uma submissão do espírito à resposta (*pathos*)” (MEYER, 2007, p. 53). O orador articula *ethos*, *logos* e *pathos*, respectivamente, no desenvolvimento dos processos de compreensão, adequação e persuasão.

Nessas reflexões sobre a dimensão do *ethos*, Meyer (2007) considera que, além de atestar um valor moral na relação com o *pathos* e o *logos*, também reflete um modo de conduzir a própria vida, pelas escolhas dos meios – o aspecto social, os

costumes, a prudência, a coragem entre outros. Pondera, assim, acerca da instância que é a do orador empírico e biográfico, cuja experiência e competência estão imbricadas na construção do *ethos* que ganha corpo pela tessitura do discurso. São duas instâncias, ressaltamos, que não se confundem, conquanto mantenham relações: o *ethos* é argumento do discurso urdido, pelo orador, com o caráter adequado para determinado ato retórico; o orador atesta sua engenhosidade quando o *ethos* que urdiu persuade. Podemos assumir que o orador “vincula seu dizer a uma estratégia discursiva ligada à conveniência, sempre com uma intenção humana que busca atingir a confiança e provocar o fazer-saber para fazer-querer e, por fim, fazer-fazer” (FERREIRA, L. A., 2019, p. 11).

A engenhosidade, talento e capacidade de inventar, a arte e a experiência são temas de *De Oratore I*, de Cícero<sup>22</sup>, cujos diálogos versam sobre a formação do orador. Essas três noções – *ingenium*, *ars* e *exercitatio* – são apresentadas como pilares da educação do orador que conjuga estudo e prática permanentes. Nesse sentido, podemos entender as ponderações de Meyer (2007) no viés de que o orador se faz num contínuo de formação que deixará perceber, com suas escolhas, o domínio das noções, inscritas na eficácia do discurso e espelhadas pelo *ethos*.

A prática aludida por Cícero são os exercícios de oratória, mas a experiência tem fronteiras mais amplas e diferentes contornos acabam por imiscuir-se nas práticas retóricas e formação do orador. Se considerarmos o relevo que a escrita tomou a partir do mundo helênico, vemos que um arcabouço se forma à disposição do orador e que a prática rotineira é encontrada em elementos abordados por essa dissertação, como os *hypomnematas*, espécie de arquivo particular, suporte à memória, lugar de argumentos e exercício de escrita.

As cartas trazem intenções e projetam imagens do emissor e destinatário – do *ethos* e do *pathos* – e são práticas cotidianas operacionalizadas no interior das escolhas do orador que tem seus traços revelados, nesses atos retóricos, pela ordenação e caráter de argumentos. Sob esses aspectos, o discurso epistolar emula os *hypomnematas* como coleção de pensamentos que podem ser compartilhados e revisitados. Em algumas cartas dos modernistas, há relatos de

---

<sup>22</sup> CICERO, Marco Tullius. **Acerca del orador**. Introducción, versión y notas de Amparo Gaos Schmidt. México: UNAM, 1995. Contéudo: t. 1. Libro I -- t. 2. Libros II, III.

que havia a disponibilidade para a leitura dos outros, pois reconheciam em seu teor o valor para contato com os ideais do movimento. O recorte a seguir guarda o registro de um desses ideais, no qual o orador confessa vaidade em ter sido o primeiro a afirmar algo com o qual “todos” concordam depois.

#### *Ethos – recorte 1*

**“O que nós todos queremos (o que pelo menos imagino que todos queiram) é obrigar este velho e imoralíssimo Brasil dos nossos dias a incorporar-se ao movimento universal das idéias. Ou, como diz Manuel Bandeira, “Enquadrar, situar a vida nacional no ambiente universal, procurando o equilíbrio entre os dois elementos”. Vaidadinha. Se lembra da ‘Paulicéia’?**

*Nós somos as Juventudes Auriverdes!  
As franjadas flâmulas das bananeiras,  
As esmeraldas das araras,  
Os rubis dos colibris,  
Os lirismos dos sabiás e das jandaias,  
Os abacaxis, as mangas, os cajus  
Almejam localizar-se triunfantemente,  
Na fremente celebração do Universal!...*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 69)

De modo geral, os argumentos deixam perceber maior investimento no *logos*, ameadado com finalidade de ensinar – *docere* – e alicerçado na *phrónesis*. Ainda assim, como o objetivo é persuadir, não despreza as provas psicológicas que ganham protagonismo em determinadas partes, como no exórdio e na peroração - início e final do discurso. Exceção para os argumentos seguintes que se valem sobretudo do *ethos* para persuadir, apesar de inseridos na concentração do *logos*.

#### *Ethos – recorte 2*

**“Pessoalmente acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados.” “Acho o Brasil infecto. Perdoe o desabafo que a você, inteligência clara, não causará escândalo.” Não sou inteligência clara, mas não me escandalizei. Nada me escandaliza, porque verifico. Sou curioso e tudo pra mim é interessante e objeto de observação. Não me escandalizei, mas achei lastimável. Tudo isso ainda são caraminholas metidas na cabeça de você pelas letras do senhor France et caterva.**

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 68)

Por um lado, nos primeiros argumentos, o orador apresenta humildade por não se reconhecer uma inteligência superior, embora seja estudioso e observador das

coisas que lhe causam curiosidade, logo, não se escandaliza porque é crítico. Projeta, desse modo, *ethos* competente, investigativo e curioso que a tudo verifica, pois tudo lhe é interessante – ***Sou curioso e tudo pra mim é interessante e objeto de observação.*** O uso do termo totalizador “tudo”, potencializa o caráter de que pode falar de qualquer assunto com propriedade. Além disso, o uso recorrente, ao longo do discurso, amplifica e reafirma a intenção de construir o caráter de competência. Esses argumentos de constituição do *ethos* alinham-se à finalidade do discurso e constroem relação entre o *logos* e o *ethos* porque quem fala inspira sabedoria e, por isso, as provas lógicas são ainda mais críveis e verossímeis.

Por outro lado, investe contra os que representam uma oposição a seus conceitos. Intitula de ***caraminholas*** as referências que o auditório assimilou de Anatole France e outros do mesmo estilo. Esse termo depõe contra o escritor francês e seus ideais porque, de acordo com o contexto, significa ilusão e fantasia. Desse modo, em único movimento o orador desqualifica a imagem e os argumentos do grupo que representa valores tradicionais, enquanto valoriza a sua e seus ideais. Potencializa os sentidos positivamente em relação a si e negativamente para Anatole France, pois, como primeiro reforça o *ethos* para em seguida desqualificar o opositor, coloca um em contraste com o outro.

### *Ethos* – recorte 3

*As “Danças” se escreveram por si num momento de cansaço e de fraqueza. Estava exausto com a campanha de difamação que fizeram contra mim. Sofria muito. Minha inteligência começou a escrever e a dançar as “Danças”. Em meia hora verdadeiramente inconsciente, estavam escritas as “Danças”, que não sei quem escreveu. Depois o trabalho de poli-las que durou meses. Que tem ali muito de mim é certo. Revelam pra quem souber olhar um sofrimento muito doído. Não há alegria nenhuma nelas. Só o Graça com a mania de pregar a alegria, vê alegria ali. Elas são dolorosas, perversas, um mau momento que passou, um tumor que esvaziei.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 68-69)

Nesse momento do discurso, recorre à benevolência do auditório, ao agregar ao caráter ético a fragilidade e exaustão diante daqueles que não o compreendem. As emoções provocadas, de empatia e benevolência, tornam o auditório predisposto a concordar com o orador, que o sensibiliza com a ilustração do processo de criação do poema *Danças* (1924), forma de extravasar as angústias no impulso lírico. No

entanto, reafirma seu caráter de dedicação e criticidade ao ressaltar que depois os versos foram lapidados criteriosamente. A descrição do momento vivido parte de palavras de valor semântico intenso – ***Elas são dolorosas, perversas, um mau momento que passou, um tumor que esvaziei***, arrematadas por analogia ao mesmo tempo trágica e redentora, que fundamenta a estrutura do real, reveladora do caráter forte de quem não se dobra diante de grandes revezes.

#### *Ethos* – recorte 4

*O cinismo continua. Mas cada vez se apura mais, é um que-bem-me importa! Que me liberta de todas as covardias, que me deixa sem-vergonha, com essa heróica beleza de afirmar: Deus existe. A mulher existe. A esperança existe. A Patriamada existe. Suponhamos que não existam. Mas a felicidade não está na existência ou inexistência deles, está na afirmativa, na crença, em nós. Assim também as “paisagens incultas” de que falas. A paisagem não existe propriamente porque é um estado de alma. A mesma paisagem nos parece bela num passeio e indiferente num negócio. A paisagem é inculta dum modo geral, não há dúvida. Mas pra você ela é inculta em relação à Gare d’Orsay e aos bouquins que o senhor Anatole France escarafunchava nos cais horas a fio, pra depois arranjar-lhes a literatura. A mesma paisagem que a você desgosta deu-me horas de intensa felicidade.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 69)

O orador reconhece seu descaso progressivo pelas convenções sociais, o descaramento que ***cada vez se apura mais, é um que-bem-me importa!***, que o deixa sem-vergonha para acreditar que tudo, de Deus até a mulher, existe pelo simples ato de poder afirmar isso. Aconselha que o auditório tenha a mesma atitude, afirme uma paisagem interior, que não será lastimável nem inculta, uma vez livre das influências e referências representadas na figura de Anatole France. O *ethos* projeta uma liberdade pautada em escolhas pessoais que resultam num modo de agir e enxergar o mundo que atende a suas percepções e protege suas suscetibilidades.

Concluído o exame das provas retóricas e sua materialidade no discurso de Mário de Andrade, o próximo capítulo aborda a disposição, crítica e estratégica dos argumentos, segunda etapa do sistema retórico. Para isso, analisamos o discurso enviado por Carlos Drummond a Mário de Andrade, em 30 de dezembro de 1924.

## CAPÍTULO V – A DISPOSIÇÃO: CONSTRUIR, DISTRIBUIR

*E chega àquele ponto  
onde é tudo moído  
no almofariz do ouro:  
uma europa, um museu,  
o projetado amar  
o concluso silêncio.*

Carlos Drummond

### 5.1 - A disposição

A disposição, derivada do latim *dispositio*, é a segunda etapa do sistema retórico, contudo, entre ela e a invenção há simultaneidade, porquanto se encontra e seleciona os argumentos com direcionamentos sobre a maneira de dispô-los, ou ainda, para determinada parte, busca-se o argumento ideal; a separação, dessa forma, é didática. Neste momento de construção do discurso, o orador ajusta criticamente a disposição dos argumentos racionalizados na invenção com vistas a atender ao propósito retórico. Trabalha cada parte do discurso dentro de um ideal de ordem e unidade, explora o efeito estético e evidencia o engenho do orador (TRINGALI, 2014). Para isso, a organização dos argumentos pressupõe duas tarefas:

investigar e construir um modelo geral de discurso de larga validade onde as coisas serão colocadas. Distribuir o que compete a cada parte e dentro de cada parte colocar cada coisa no melhor lugar possível (TRINGALI, 2014, p. 158).

A organização do discurso deve revelar uma coerência global, lógica ou psicológica, orientada à persuasão (FERREIRA, L. A., 2010) por meio da disposição dos argumentos em planos-tipos legados de autores clássicos: exórdio, narração, confirmação e peroração. Nem todos os discursos apresentam todas as partes da disposição; um *slogan*, por exemplo, é um discurso retórico, mas não comporta todos os planos-tipos até por uma questão de extensão, ainda que este não seja critério determinante em outros tipos de discurso. Ter todas as partes e definir a extensão de cada uma depende do tipo de discurso e das configurações do ato retórico, que determina, além da extensão, o grau de objetividade de cada

uma. Começar *ex abrupto*, por exemplo, é uma estratégia que suprime o exórdio para evidenciar determinado argumento ou causar algum tipo de comoção.

Há discursos que subvertem ou problematizam essa ordem para incutir determinada ideia, causar determinado efeito, ou mesmo porque a progressão do discurso é antes uma escolha do orador. Ele pode dispor seus argumentos segundo as reações do auditório em prol de maior eficácia e, nesse caso, a ordem é psicológica. Mário de Andrade, por exemplo, no discurso analisado no capítulo anterior e sob tutela da invenção, introduz ao longo da confirmação argumentos literais do auditório para em seguida refutá-los. Essa estratégia de altercação faz presente o argumento que é contestado naquele momento do discurso e amplifica a contundência da contra-argumentação. Além disso, simula a altercação com o auditório, que reforça o dialogismo da troca epistolar e o esforço de fazê-la muito próxima do diálogo face a face.

Podemos dizer, por fim, que esses argumentos, alçados diretamente do auditório e dispostos no discurso do orador, são pequenos exórdios dentro da confirmação para tornar o auditório mais atento, consoante às características que apresentamos a seguir.

## 5.2 - O exórdio

O exórdio é a parte introdutória na qual se estabelece o primeiro contato entre o orador e o auditório e “sua função é essencialmente fática: tornar o auditório dócil, atento e benevolente” (REBOUL, 2004, p. 55). Nesse momento, o auditório deve ser preparado e motivado a ouvir, para consolidar um canal que deve funcionar durante todo o discurso. De acordo com Tringalli (2014), divide-se em: saudação – o orador demonstra gentileza e urbanidade; apresentação – faz-se ver; encaminhamento do assunto – apresentação da questão retórica; mote – citação sugestiva e inspiradora; uma prece – nos casos de atos retóricos sacros. Essa parte inicial do discurso tem por função estabelecer a boa comunicação desde o princípio, por meio da demonstração de simpatia (*eúnoia*), para que possa atuar sobre os sentimentos do auditório e direcioná-los (*movere*) durante a apresentação das provas. A adesão inicial pode ser alcançada “por meio de um conselho, um

elogio, uma censura, conforme o gênero do texto em causa” (FERREIRA, L. A., 2010, p. 112) e o ato retórico.

O contato inicial, orientado a colocar o auditório em estado de ânimo propício, tem como objetivos: torná-lo dócil para que esteja em situação de aprender e compreender por meio de exposição clara e breve da questão retórica; torná-lo atento para que acompanhe a progressão do discurso e para isso se pode incitar a curiosidade ou usar recursos de amplificação para causar surpresa, inclusive após, quando a atenção tende a diminuir; torná-lo benevolente para que seja receptivo à causa pela atuação do *ethos*, prova que pode elevar a estima do auditório (REBOUL, 2004). Os recursos disponíveis para alcançar sucesso nessa etapa variam, assim como variam as configurações de atos retóricos, sobretudo na modernidade. Voltamos, portanto, à tríade ciceroniana de engenho, arte e prática que determina as escolhas, a atuação e a eficácia do orador e, por conseguinte, o sucesso da causa.

Passamos agora à análise do exórdio do discurso de Carlos Drummond, de 30 de dezembro de 1924, em resposta à carta de Mário de Andrade (sem data). Antes desse exame, porém, e sem realmente deixar de fazê-lo, algumas considerações à luz da *Ars rhetorica*, de Caius Julius Victor, que dedica um capítulo a esse tipo de ato retórico. O retor romano orienta, conforme vimos, para as cartas pessoais de celebração da amizade, a clareza, a leveza, as marcas de deferência e a interpelação do outro para conferir certa graça. Nesse início de discurso, o orador atende aos ditames da *ars epistolaris* e ao mesmo tempo as proposições do exórdio.

#### Exórdio – recorte 1

*Belo Horizonte, 30 de dezembro 1924*

*Mário de Andrade, prezadíssimo*

*Ora, viva! Custei, mas apareci. É que andei às voltas com uns exames, e exames cacetíssimos, ao meio de um curso inconcebível que venho fazendo. Já estou desafogado; suponho mesmo que passei. Você diria antes: afirmo que passei (não pelo orgulho de passar, mas por um outro, o de afirmar qualquer coisa). Enfim, deixemos o noticiário particular. Sabe que quase fiquei zangado consigo? Pois é fato. Você me xingou de “muito inteligente”. Podia chamar-me de burro, de besta, de acadêmico, de parnasiano, de Coelho Neto, de tudo; mas de muito inteligente!...*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 77)

Em ***Ora, viva! Custei, mas apareci***, é leve ao escusar-se com o auditório pela demora em responder a missiva e angaria a benevolência ao apresentar uma justificativa para suscitar indulgência – ***É que andei às voltas com uns exames, e exames cacetíssimos, ao meio de um curso inconcebível que venho fazendo***. Ressalta, também, o perfil propositivo do auditório em preferir as afirmações antes das suposições – ***Você diria antes: afirmo que passei*** e com isso demonstra deferência e o reconhecimento de uma virtude, o orgulho não pela conquista, mas por posicionar-se claramente em relação a algo.

Exórdio – recorte 2

*E afinal, não chegamos a nenhum acordo, embora eu, praticamente, esteja a seu lado, e, recusando as suas teorias, aceito com entusiasmo as suas criações. Se não estou confuso, o nosso debate (será mesmo um debate?) gira em menos sobre a necessidade de ser brasileiro que sobre os meios de vir a sê-lo.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 77)

Vaticina que não houve persuasão em relação a questão do discurso precedente – ***E afinal, não chegamos a nenhum acordo***, contudo, faz concessão em ***embora eu, praticamente, esteja a seu lado***. Reafirma a falta de convencimento em ***recusando as suas teorias*** e novamente concede em ***aceito com entusiasmo as suas criações***, para deixar claro que não está em oposição e submete a questão à amizade e a admiração amplificadas por ***praticamente*** e ***com entusiasmo***. Novamente interpela com a pergunta retórica ***será mesmo um debate?*** para, pela terceira vez, deixar claro que não está em oposição ao auditório. O orador está preocupado em estabelecer uma sintonia com o auditório a ponto de colocar a questão retórica, que promoveu as trocas epistolares anteriores, em outros termos – ***gira em menos sobre a necessidade de ser brasileiro que sobre os meios de vir a sê-lo***. Projeta, assim, o *ethos* que parece dizer “somos camaradas, estamos apenas conversando” porque nessa etapa do discurso o importante é solidificar as boas relações com o auditório.

A interpelação, no exórdio, não é apenas uma estratégia graciosa, como afirma Victor. Sua pertinência maior está em aproximar o auditório, mesmo porque é uma

pergunta retórica de afirmação do acordo prévio, pois a questão retórica agora se refere aos meios de vir a ser brasileiro. Esse início atende aos ditames de adequação do discurso epistolar e coloca em evidência a relação entre *ethos* e *pathos* com vistas a tornar o auditório dócil e angariar a sua benevolência.

### Exórdio – recorte 3

*Disse-lhe que acho muito difícil naturalizar-me Cruzeiro do Sul. Tenho cá as minhas razões. Não são, como você pensa, ditadas pelo senhor Anatólio e seus respeitáveis confrades, de cuja companhia gradualmente me afasto. Confesso-me francês, porém não anatoliano. Para mim, como para você, o senhor Anatólio é uma besta, uma besta, uma besta. Espanto-me de como pudemos discutir a respeito de um cavalheiro sobre o qual temos a mesma opinião. Apenas eu me confesso grato a essa besta porque seus livros me desviaram de alguns outros, infinitamente piores, numa época de formação intelectual. E isso aconteceu a tanta gente! Graças a Deus andei um pouco mais, revirei outros autores, mexi em outras almas, e considerei que Bergeret, Coignard, Bonnard, toda essa tropa era calcada no mesmo modelo, e que esse modelo já não prestava para mim. E passei a achar o senhor Anatólio um “autor de ocasião”, bom para certas circunstâncias, como, em geral, todos os produtos farmacêuticos. Eis aí. Hoje, ele já não é mais o meu escritor de cabeceira. (Esta história de escritores de cabeceira é um pouco ridícula, mas acontece.)*

*Tiremos, assim, aquela besta da questão.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 77)

Nesse momento, responde algumas considerações efetuadas no discurso precedente e busca conciliação das diferenças; para isso repete cinco vezes que Anatole France, que estava no centro da questão retórica do discurso anterior, é **uma besta**. Coloca-se alinhado com a opinião do auditório sobre o escritor francês, até que termina por expulsá-lo do centro do discurso – **Tiremos assim aquela besta da questão**. Se o escritor e a questão sobre seus ensinamentos não compõem mais a questão retórica, é necessário apresentar uma para o discurso em curso.

O esforço em dirimir qualquer oposição anterior para estar em bons termos com o auditório não é apenas para angariar confiança e torná-lo atento e benevolente; revela que o orador se alonga num exórdio “indireto e sinuoso” porque a causa pode oferecer maior resistência. Segundo Tringali (2014, p. 163), há dois tipos de exórdio, o de princípio para as causas fáceis, que inclusive pode ser dispensado, e o de insinuação usado na defesa de causas complexas e mais controversas. Para este último, o orador com sagacidade e artilharia constrói um exórdio mais opaco com a pretensão de remover a dificuldade da causa antes mesmo de expô-la.

## Exórdio – recorte 4

*Tiremos, assim, aquela besta da questão. Voltemos à realidade brasileira, nua e crua (oh! tão crua!) que você transfigura e que eu ainda não posso aceitar. “Moléstia de Nabuco”, eis, excelentemente expresso, o meu mal. Será incapacidade congênita, será má vontade, será hipocrisia, será estupidez, mas não sei, não posso achar o remédio no Brasil. Cheirando a nacionalismo, acabou-se: eu protesto. Devido ao mau nacionalismo, como você supõe? Não sei se haverá bom ou mal nacionalismo, principalmente em literatura.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 77 e 79)

Portanto, o orador exorta o auditório a deixar Anatole France e tudo o que significa em termos de controvérsia para trás e trazer ao centro do debate o cenário brasileiro – **Voltemos à realidade brasileira, nua e crua**. Expressa sua incapacidade de achar no Brasil as respostas para a renovação no fazer literário – **incapacidade congênita, será má vontade, será hipocrisia, será estupidez, mas não sei, não posso achar o remédio no Brasil**, tema que fomenta o discurso com vistas à construção de uma identidade brasileira que refuta o nacionalismo de até então que **Cheirando a nacionalismo, acabou-se: eu protesto** e, por fim, apresentar a questão retórica e encerrar o exórdio.

## Exórdio – recorte 5

*Como fazer com esta [a literatura] o que se já fez com a pesca: nacionalizá-la? Como obrigar as inteligências a situar a sua atividade na paisagem mais ou menos restrita da sua pátria? Uma pátria é um acaso como os outros, ou, como você lindamente diz de Belo horizonte: “uma tolice como as outras”. Como dizer a um escritor: escreva brasileiro se deseja ‘ser’?*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 79)

A questão apresentada por meio da interrogação retórica, figura que acelera o andamento discursivo e intensifica o sentido (FIORIN, 2014), consiste em: Como e quais os meios para produzir uma literatura de identidade e referências brasileiras que faça o escritor ser, embora a paisagem do país não seja tão atrativa em termos intelectuais quanto a europeia? A questão é apresentada com clareza e, de fato, deve ser negociada porque o auditório não concorda com a visão do orador de que a cena brasileira é estéril e **oh! tão crua!**

### 5.3 - A narração

Colocada a causa, o orador apresenta os fatos referentes a ela e afirma seu posicionamento. É o momento no qual o *logos* se sobrepõe ao *ethos* e ao *pathos* para que a exposição dos fatos, que emolduram a causa, seja clara, breve, verossímil e pareça crível. A narração contextualiza a questão com os fatos e os acontecimentos que contêm a razão de ser da controvérsia. Não se trata da narrativa convencional, mas sim da construção do cenário no qual se situa o debate com suas circunstâncias (TRINGALI, 2014); por conta disso, deve ser fiel e manter os limites morais, além de adequação aos objetivos da argumentação.

A sua eficácia está atrelada a três qualidades: a clareza, a brevidade e a credibilidade. A clareza é possível pela organização do texto, geralmente cronológica, e pela escolha dos termos; a brevidade dita que tudo que é inútil deve ser eliminado, como fatos circunstanciais e anteriores que nada acrescentam; a credibilidade é possível com a apresentação de fatos verossímeis, mesmo que não sejam verdadeiros (REBOUL, 2004). Segundo Tringali (2014), os recursos disponíveis para apresentação dos fatos são a narrativa para encadeá-los na ordem mais vantajosa para a causa e a descrição vigorosa e autônoma.

Aristóteles (2005) orienta a exposição dos fatos na justa medida de acordo com a causa e afirma ser uma etapa importante ao gênero jurídico, pois trata de um fato passado. No entanto, ao deliberativo, que trata de questões para o futuro, pode ser dispensada, enquanto ao epidítico é indispensável. Neste gênero, afirma Reboul (2004), a narração ganha contornos mais sofisticados, pois os fatos servem para enaltecer a coragem, ilustrar a generosidade ou evidenciar a fraqueza, e podem ser divididos de acordo com esses parâmetros.

O discurso em análise pertence ao gênero deliberativo, pois aponta para uma causa futura e a decisão entre o útil e o inútil; desse modo, em conformidade com Aristóteles, o discurso não apresenta narração, nem mesmo como recurso para ilustrar a causa. Assim, depois do exórdio, inicia a apresentação e concentração de argumentos, próprias da etapa da confirmação.

#### 5.4 - A confirmação

A confirmação compreende o momento de concentração das provas, de tal forma que Tringali (2014) a intitula como argumentação e a divide em: confirmação – o orador defende-se com provas que sustentam seu ponto de vista; em refutação – o orador invalida possíveis provas que possam ser colocadas contra seus propósitos. Ferreira, L. A., (2010) contrapõe que, embora seja um momento de forte concentração das provas lógicas, o orador recorre ao *pathos* para suscitar as paixões que melhor movimentam o auditório. Reboul (2004) ressalta que a narração e a confirmação podem se amalgamar caso o orador decida narrar os fatos passados porque articulam-se como provas e não apenas cenário para causa.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) destacam a importância da progressão e ordem dos argumentos durante a apresentação das provas porque a atenção do auditório não é linear e tampouco permanecem imutáveis as crenças modificadas, haja vista que as movimentações patéticas são efetivas, porém contingentes. Desse modo, a força e o valor de um argumento são relativizados pelos argumentos precedentes, por isso, sugere, ao menos, a adoção de três pontos de vista para a escolha da ordem dos argumentos:

o da situação argumentativa, ou seja, da influência que terão, sobre as possibilidades argumentativas de um orador, as etapas anteriores da discussão; o do condicionamento do auditório, ou seja, das modificações de atitude geradas pelo discurso; enfim, o das reações suscitadas no auditório, pela apreensão de uma ordem no discurso (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 557).

As opções de ordenação decorrem de diferentes modos de refletir sobre os efeitos causados no auditório, a saber: “Na primeira pensa-se sobretudo nas premissas que o auditório é levado progressivamente a admitir; na segunda pensa-se sobretudo nos sucessivos efeitos sofridos pelo ouvinte; na terceira, enfim, considera-se a ordem do discurso” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 557). No entanto, há ainda a considerar, afirma Reboul (2004), que a causa tem apenas um argumento capaz de conseguir adesão e os outros são apenas argumentos para apresentá-la ou para refutar possíveis objeções e, nesse caso, a ordem natural é apresentar o argumento único e seus aspectos para em seguida refutar aos argumentos contrários.

Examinemos agora a ordenação e estratégia de apresentação e condensação dos argumentos no discurso de Carlos Drummond:

#### Confirmação – recorte 1

*Há mil maneiras de 'ser'. Uma delas, e não a menos confortável, é deixar-se 'ser'. Um dia, eu 'serei', e acabou-se...*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 79)

Esse primeiro argumento orientado para a causa apresenta raciocínio apodítico e produz um efeito de sentido de verdade. Esse raciocínio afasta hipóteses do tipo “Se eu não conseguir ser?”, “Se não houver oportunidades adequadas para que eu seja?”. Ferreira, L. A. (2010, p. 81) assevera que esse tipo de argumento “cria condição para encontro com uma verdade julgada necessária” porque a maneira como está construído coloca o “ser” como algo inevitável. A hipérbole, figura de exagero, estabelece um número infinito de maneiras de isso acontecer e potencializa que, entre elas, uma, a mais confortável e natural, é apenas deixar-se ser. Logo, é um argumento forte por possuir premissas facilmente aceitáveis e, ao ser apresentado primeiro, promove uma sequência de respostas positivas por colocar o auditório predisposto a concordar com os próximos argumentos, que o fortalecem, ou que refutam possíveis contra-argumentos a essa primeira proposição, conforme encadeamento a seguir:

## Confirmação – recortes 2 a 6

|  |   |
|--|---|
| I – Caso não seja, não é a pátria que promoverá a mudança e consolo. | <i>Se não for, é porque sou um cretino irremediável, e de nada me valerá recorrer aos enternecimentos patrióticos.</i>  |
| II – Argumento de ilustração para fixar a ideia.                     | <i>Pode-se ser brasileiro até na Patagônia, até no Cairo, até no inferno, e sentir com emoção brasileira um crepúsculo nos Dardanelos ou uma eleição nos Estados Unidos. Pode-se ser brasileiro mesmo em frente à água desmoralizadíssima dos canais de Bruges... E vice-versa.</i> |
| III – Sentimento de não pertencimento.                               | <i>Não raro eu medito sobre o Pão-de-Açúcar, e não o compreendo. Vejo o meu rio municipal, o Arrudas, e lembro águas heróicas que correm nas outras terras, e que estão muito mais perto da minha sensibilidade...</i>  |
| IV – Sentimento de pertencimento.                                    | <i>Há ocasiões em que eu me sinto enquadrado no meio natal. Sou um com a minha gente. Nessas ocasiões sou brasileiro como os que mais o sejam.</i>  |
| V – Reconhecimento e aceitação das influências.                      | <i>Diabo! Ainda Nabuco! Afinal, eis aí, um dualismo que se pode resolver em equilíbrio. Doença que traz em si a própria cura. Doença gostosa, tão gostosa como um pecado.</i>   |
| Elaborado pela autora  | (ANDRADE, C. D., 2002, p. 79)   |

A progressão dos argumentos evidencia um processo de retomada e defesa do primeiro argumento e atesta que a defesa da causa apresenta um argumento principal e outros voltados a sustentá-lo, ao mesmo tempo que os corrobora e valida porque o “deixar-se ser” implica diferentes percepções e sentimentos. Por isso, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), nesta ordenação, o orador vale-se da situação argumentativa que considera em primeiro plano as premissas que o auditório é progressivamente levado a admitir: em I, o ser atua por forças internas ao indivíduo e não por diretrizes ditadas do exterior; em II, o ser brasileiro é intrínseco e independe do lugar em que se esteja; em III, o ser é um sentimento de identidade que atua por afinidade e significação subjetiva; em IV, ao contrapor aparentemente o argumento III, reafirma-o na condição de a identidade ser uma construção subjetiva; em V, as influências inscrevem-se no ser e, se caso em equilíbrio, não causam angústia.

## Confirmação – recorte 7

*Escute. Há ocasiões em que eu me sinto enquadrado no meio natal. Sou um com a minha gente. Nessas ocasiões sou brasileiro como os que mais o sejam. Mas não chego a ser nacionalista. Entendo por nacionalista: ter princípios, fazer estatutos sobre o amor da pátria, etc. E como é bom ser brasileiro! Contudo, não é o único bem da vida. Daí amanhecer, outros dias, norueguês ou tchecoslovaco (mais frequentemente, francês). Isto é o que eu chamo de 'liberdade espiritual'. Este, sim, o maior bem da vida. Ser. Mas ser tudo. Não somente brasileiro. É tão pequeno o Brasil!... Irradiação de personalidade, e não ausência dela. A literatura que se fomenta.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 79)

Esses argumentos reafirmam os anteriores e defendem a essência do “ser” ‘como algo mais amplo e complexo – ***E como é bom ser brasileiro! Contudo, não é o único bem da vida***, fomentado na intersecção de valores e referências – ***Daí amanhecer, outros dias, norueguês ou tchecoslovaco (mais frequentemente, francês)***, cuja dissociação seria redutora e cercearia a ‘***liberdade espiritual***’. A progressão argumentativa baseia-se no processo de retomada e reafirmação de argumentos e avanço com apresentação de novos que conferem maior amplitude a linha de raciocínio que o orador adota para levar o auditório a aceitar a sua perspectiva: a literatura que encontre seu lugar no universo de ser – ***A literatura que se fomenta***, e não o contrário, o ser encontrar seu lugar por meio da literatura.

#### Confirmação – recorte 8

*Você, que tão ardorosamente campá de brasileiro, foi fazer a sua cultura na França, na Inglaterra, na Alemanha. Universalizou o mais que pôde a sua inteligência...É um fenômeno de cultura, numa terra de beata ignorância. E se nós quisermos ser brasileiros de fato, sejamos burros, bárbaros, primitivos, não façamos pesquisas psicológicas; não viajemos em Joyce, Conrad, Cendras, Proust, Jacob e outros ilustríssimos estrangeiros... Ah! Se o obrigassem a isto, meu velho... você preferia suicidar-se.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 79-80)

Na sequência, os argumentos refutam proposições assumidas pelo auditório e o colocam em xeque ao evidenciar que a experiência e formação amealhadas contradizem a tese professada – ***Você, que tão ardorosamente campá de brasileiro, foi fazer a sua cultura na França, na Inglaterra, na Alemanha***. A exposição das contradições do auditório pretende evidenciar que a posição defendida não se sustenta porque o auditório ***Universalizou o mais que pôde a sua inteligência***, ao buscar sua formação no estrangeiro, que o torna ***um fenômeno de cultura, numa terra de beata ignorância***.

A ordenação dos argumentos revela que o orador coloca seu argumento-base no início, desdobra-o em outros argumentos que abordam questões e hipóteses que surgem a partir dele. Conclui a confirmação, ou seja, a apresentação das provas com argumento que pretende dirimir no íntimo do auditório qualquer outra possível refutação, por sugerir a reflexão sobre sua atitude caso o privassem da leitura e viagem em ***Joyce, Conrad, Cendras, Proust, Jacob e outros ilustríssimos estrangeiros***. Assegura, ademais, com certa condescendência e apelo ao patético,

que ***Ah! Se o obrigassem a isto, meu velho... você preferia suicidar-se.*** O discurso é persuasivo ao trabalhar as contradições que estão no seio do auditório: liberdade x direcionamento, universal x particular, e levá-lo a concordar que a resposta é liberdade incondicional para ser.

### **5.5 - Partes móveis**

Entre a confirmação e a peroração, pode ser incluído um momento de digressão que tem o objetivo de potencializar paixões no auditório como a compaixão ou a indignação. Não pode ser uma mera divagação e, a depender da sua configuração, por exemplo, como narrativa ou descrição de evocação histórica, é alçada à condição de prova indireta (REBOUL, 2004). Como parte móvel ao lado da amplificação e altercação, pode ser colocada em qualquer outro ponto do discurso.

A amplificação enfatiza quando aumenta ou diminui aspectos do discurso para persuadir pela exploração do exagero (TRINGALI, 2014). Assim como a digressão, pode ser aplicada a qualquer momento, porém é com maior pertinência e efeito na peroração. A altercação pressupõe uma intervenção por parte do auditório e configura uma relação dialética dialógica na mistura de discurso e conversação (TRINGALI, 2014), contudo, o diálogo não pode ser longo, sob o risco de o discurso virar um debate aberto. Mário de Andrade simula a altercação toda vez que insere literalmente argumentos de Carlos Drummond para, na sequência, respondê-los.

### **5.6 - A peroração**

A peroração é o final do discurso, instante de recapitulação dos pontos mais pertinentes e de evidência do *ethos* e do *pathos*. Recorre-se à amplificação para enfatizar aspectos que pelo exagero podem trabalhar a favor da causa, ao lado da recapitulação resumida dos argumentos apresentados. Nesta etapa final do discurso, as provas psicológicas e as lógicas, evidenciadas diferentemente nas partes da disposição, unem-se para concluir o processo de persuasão.

## Peroração – recorte 1

*Repito: há mil maneiras de 'ser'. A pior é ser nacionalista.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 80)

O início da peroração é enfático, retoma o principal argumento que, amplificado, reforça a defesa do orador de que não é possível defender uma única maneira de ser, uma vez que **há mil maneiras de 'ser'**. O exagero abre espaço para as sugestões que, a seguir, orientam-se à negociação e conclamam ao acordo.

## Peroração – recorte 2

*Agora, de pleno acordo com você: “**É preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la**”. Aí, cada um ajudará na medida de suas forças; como puder e, principalmente, como quiser. Enfim, liberdade! Ela é uma conquista de vocês, modernistas de São Paulo e Rio. Não a ponham a perder.*

(ANDRADE, C. D., 2002. p. 80)

Apela para o patético ao procurar estabelecer um meio-termo com o auditório e evidenciar que concordam em vários aspectos acerca da questão retórica, inclusive o mais caro ao auditório: **Enfim, liberdade!**. Apresenta o último argumento lógico entremeado de efeito patético, assim, “a afetividade se une à argumentação e conclama a ação” (FERREIRA, L. A., 2010, p. 115), conforme: **Ela é uma conquista de vocês, modernistas de São Paulo e Rio. Não a ponham a perder.** O reconhecimento das contribuições dos modernistas à cena literária brasileira da década de 1920 encerra um elogio, ao mesmo tempo que pede prudência. Podemos afirmar, segundo conceitos de Ferreira, L. A. (2010), que o fazer-sentir e o fazer-saber unem-se para motivar o fazer-fazer, última instância de efeito da persuasão retórica, que testemunha a eficácia.

Em relação à construção discursiva, o orador emprega o mesmo recurso utilizado outrora pelo auditório e insere uma exortação da troca epistolar anterior – **É preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la** –, que funciona como uma espécie de mote e inspira toda a argumentação seguinte. Esse movimento, resguardadas as características da epistolografia, configura a alteração prevista na peroração. A estratégia atende a duas demonstrações práticas: das recorrentes marcas, no discurso epistolar, de emulação da

conversação e da concretização do recurso retórico em abrir espaço ao auditório para suas proposições. Isso demonstra a amplitude de recursos, construções e permeabilidade que o discurso epistolar traz em seu interior, justamente pela sua flexibilidade e mecanismos de aproximação à interação pessoal.

### Peroração – recorte 3

*Valia a pena fazer uma revolução literária para chegar a semelhante resultado? Vencer a rotina, o preconceito, a imitação, o lugar-comum, as academias de letras que florescem dentro e fora de nós – para, depois, acabar com as mesmas idéias de um João do Norte, por exemplo.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 80)

O orador encerra, o que entendemos como o limite do ato retórico em torno da questão posta, com o argumento de desperdício, fundado na estrutura do real, que opera a favor dos interesses da causa. Induz o auditório à conclusão que liderar a revolução literária defensora da liberdade artística para depois reduzir-se ao nacionalismo excludente e limitador, **com as mesmas idéias de um João do Norte**, seria desperdiçar os esforços depositados na luta para a renovação da cena literária e da construção de uma identidade artística brasileira.

### Peroração – recorte 4

*Recebi o “Noturno de Belo Horizonte”, seguramente o maior esforço da poesia nacional. (Se não quiser ler, vire a página; eu vou elogiar.) Gostei ampla, vastamente, Ele me fez crer que você tem razão, por isso que suas idéias nacionalistas o conduziram de maneira lógica a um poema tão rico de expressão e intenção, em que o sentimento da terra se confunde com o mais puro e desinteressado lirismo. Isto eu aplaudo, patricio! É poesia, e da melhor qualidade.*

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 80)

A partir desse ponto, comenta sobre o fazer poético à luz de produções suas e do auditório. Vale lembrar, é característica do discurso epistolar ir de um a outro assunto sem que necessariamente se estabeleça um nexos causal aparente, tal como muitas vezes ocorre na conversação. O discurso passa a ser predominantemente epidítico – **Se não quiser ler, vire a página; eu vou elogiar** – e orientado à exaltação do *pathos* e sua competência poética – **Recebi o “Noturno de Belo Horizonte”, seguramente o maior esforço da poesia nacional. Gostei ampla, vastamente; Isto eu aplaudo, patricio! É poesia, e da melhor qualidade.**

Podemos, então, afirmar, que o discurso de Carlos Drummond vai do exórdio à peroração em torno de uma causa e após, por rebeldia epistolar e emulação da conversação, segue para outro rumo: comentar o poema “Noturno de Belo Horizonte”.

De certa maneira, as idiossincrasias da epístola problematizam a aplicação de todas as partes da disposição, mas isso não constitui um problema se admitirmos que é um sistema a ser aplicado ao discurso e não o inverso. Conforme Aristóteles (2005), são imprescindíveis a confirmação e a refutação; as demais partes estão na dependência das configurações do ato retórico e podem, sem prejuízo, ser desprezadas, assim como foi a narração neste discurso.

Esta carta permite, também, verificar o grau de persuasão alcançado pelo orador do discurso anterior, fomentador deste de Carlos Drummond. A proposição **Ele** [Noturno de Belo Horizonte] **me fez crer que você tem razão** deixa claro que a persuasão ocorreu pelo *pathos*. Foi por meio das emoções suscitadas pelo poema que Carlos Drummond, no papel de auditório, foi persuadido, pois **as idéias nacionalistas o conduziram de maneira lógica a um poema tão rico de expressão e intenção, em que o sentimento da terra se confunde com o mais puro e desinteressado lirismo**. Percebe, desse modo, o poema como a materialidade da concepção de literatura nacional universalista e como o mais forte argumento nesta direção.

Mais tarde, em janeiro de 1925, envia uma carta a Mário de Andrade e testemunha a convicção do paulista de que basta um **esforçozinho** para ser brasileiro e “uma boa dose” de persuasão:

[...] Vai aí um artigo meu. Não pude dizer tudo o que queria, pois o *jornal* tem crítico literário próprio e não aceitaria as minhas idéias. Pequeninha inquisição jornalística, você sabe. Mesmo assim verá que capitulei em mais de um ponto. Sou hoje brasileiro confesso. E graças a você meu caro! Teu Carlos (ANDRADE, C. D., 2002, p. 88).

Carlos Drummond demonstra também, enquanto orador, maior consciência das forças que atuam na cena literária e maior conhecimento do perfil dos auditórios a quem discursa, pois esclarece que o artigo, que envia nessa nova missiva, não traz tudo o que gostaria, em virtude do risco de ser recusado pelo parecerista do jornal. Ainda assim, assume que seus valores são movimentados, em mais de um ponto,

em direção às concepções propostas por Mário de Andrade. Se considerarmos o percurso desses discursos e a colocação paulatina de argumentos não só em defesa das concepções modernistas, mas também em seu debate e amadurecimento, notamos que, ora o convencimento, ora a persuasão ecoam em Carlos Drummond na vertente das três finalidades do discurso retórico: ensinar e transmitir noções intelectuais (*docere*); comover e atingir os sentimentos (*movere*); agradar e estimular o auditório (*delectare*).

Concluimos a análise do *corpus*, com o aporte da Retórica e contribuições de estudos sobre Memória, com vistas aos objetivos de pesquisa e à intenção de colaborar com os estudos desenvolvidos nesses campos. Passamos agora às considerações finais sobre as relações percebidas e compreendidas durante o percurso da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cena literária da década de 1920 registra um dos momentos mais combativos da história da literatura brasileira e das artes em geral: a luta e ascensão modernista pelo assentamento de novas diretrizes que projetassem o país como produtor de arte com identidade própria. No Brasil, desde o final do século XIX e início do século XX, despontam exemplos de produções literárias que trazem em seu bojo inovações, tanto em temática quanto em forma, enquanto na Europa movimentos vanguardistas subvertem os valores literários em voga. O que são ensaios e indícios, pouco a pouco, ganham corpo e espaço até a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922, que acaba por atestar a robustez do novo movimento, que defende a necessidade de não mimetizar valores para modernizar-se, ou como prefere Mário de Andrade, não macaquear.

Durante toda a década, os modernistas digladiam-se com os representantes da tradição, principalmente os parnasianos, defensores dos pilares questionados pela arte moderna: o uso da variação padrão, a temática sublime e o rigor formal. As obras de arte e os discursos – editoriais, poemas, cartas, manifestos –, que circulam pela arena literária, são artefatos que muito contribuem para o acirramento da disputa pelo espaço literário. Tornam-se as principais armas para defesa do ponto de vista e ataque ao adversário. É sob essa perspectiva que elegemos esses discursos, pois revelam esforço e estratégia para o convencimento e a persuasão das pessoas.

A carta surge com objetivo pragmático de atender demandas formais em diversos setores e circunstâncias da vida humana. Está presente na construção e controle de impérios, como o Romano e o Mesopotâmico, na propagação de doutrinas religiosas, como o cristianismo, e na circulação de conceitos científicos e filosóficos durante toda a Era Clássica. Sua versatilidade e abertura à pluralidade de questões faz com que esteja inscrita no surgimento de diversos gêneros e por vezes a coloca numa zona de ponderação entre o literário e o não literário porque permite, ainda, o manejo estético e subjetivo da linguagem, mas tudo a depender das motivações e escolhas do missivista.

Em vista dessa configuração, é singular na revelação das tensões, movimentos e conflitos, que circulam no particular e no coletivo, da vida das pessoas e dos grupos. Por meio de algumas cartas, uma versão de história é erguida, um espírito de época é revelado, abstrações são sugeridas ou materializadas e tudo é movente porque o momento de recepção, de leitura, chega sempre depois e imbuído de subjetividades de quem envia e de quem recebe, atores do mesmo ato retórico que se dá em espaço e tempo diversos. Nesse complexo de origem, processo e fim, a resposta ao questionamento ‘a quem pertence uma carta?’ pressupõe outra pergunta: Qual carta? As que servem de fonte histórica, as que se alçam ao literário, as que disseminam conhecimento, filosofia, doutrinas, as que revelam a genética do processo criativo de escritores e artistas? Essas, certamente, pertencem ao mundo, pois o contam e o formam, e, uma vez inscritas, tornam-se memórias e memoriais subversivos à ordem natural e inexorável do esquecer.

Dada a dinâmica deste tipo de comunicação, elegemos os estudos sobre memória para apoiar a análise retórica dos discursos, que podem ser mais bem perscrutados com o amparo dos conceitos sobre memória cognitiva e seus processos para compreensão, interpretação e construção de discursos, que abordam as estratégias de formação, seleção e retroalimentação dos modelos de memória. Essas estruturas formam a base para leitura de mundo e interação social e, por questões práticas, podem ser formadas e remodeladas para construção de uma identidade social.

As representações na memória fomentam a formação de uma identidade de grupo. Quando fazermos determinada escolha, propomos uma maneira de interpretar o presente e, logo, uma perspectiva para o futuro. O presente, portanto, pode ser uma montagem produzida e mantida por interesses práticos, políticos e sociais de indivíduos e de grupos e pelos processos de esquecimento modeladores de uma identidade coletiva. Desse modo, uma ‘incorpórea face faz-se, desfaz-se’ caso submetida ao tempo e ao exame dos outros. É por essa razão que também nos debruçamos sobre os conceitos de memória social.

Durante o processo de análise das cartas, percebemos que a memória está engajada em todo o processo, ou porque fornece as estruturas para construção do discurso, ou porque nela estão inscritos argumentos e estratégias que podem ser

utilizados com orientação persuasiva. Os aportes revelados pela análise testemunham o grau de proficiência dos oradores e confirmam as expectativas de atendimento das exigências demandadas para a recepção dos discursos, quando ocupam a posição de auditório. Portanto, os modelos de memória de Carlos Drummond e Mário de Andrade foram, em maior ou menor grau de consciência, acionados adequadamente e asseveram a competência e coerência de suas ações durante o ato retórico.

O orador é responsável pela eficácia do discurso, portanto, realiza ação sobre o auditório com a pretensão de conduzi-lo a aceitar sua verdade. Não basta selecionar e aplicar estratégias, simples ou complexas, com base em seus modelos sem antes avaliar se o auditório dispõe de *frames* e *scripts* sociais que modulem a inteligibilidade do discurso e provoquem a sensibilidade perante o que é exposto. A inobservância dessa prerrogativa coloca em risco a articulação e a eficácia das provas retóricas: o *pathos* não é suscitado porque o que se fala não é compreendido ou não toca as emoções preexistentes com o intuito de exacerbá-las ou modificá-las; o *logos* tem sua relação com a *phrónesis* esmaecida; o *ethos* não demonstra as virtudes necessárias para promover proximidade com a audiência e sustentar o espelhamento essencial para que o auditório desempenhe a função orientada pelo discurso e entregue as respostas objetivadas pelo orador. O cuidado com essas questões está contido e sempre em evidência nas etapas do sistema retórico, sobretudo na invenção e na disposição.

Cícero indica o engenho, a arte e o exercício constante como pilares do bom orador; Carlos Drummond e Mário de Andrade testemunham em seus discursos que o romano tem razão. Em ambos, a capacidade de criar e inventar está explicitada pela seleção e disposição dos argumentos e a arte pela perita articulação de estratégias persuasivas. O exercício constante é intrínseco ao ofício literário e, em Mário de Andrade, também à compulsão epistolar, sempre às voltas com a defesa de seus ideais. Então, concordamos que praticar a retórica é uma arte que guarda em seu interior a técnica, cujo apuro é possível por meio do exercício e da 'racionalização dos melhores caminhos para a persuasão'.

No discurso inaugural da amizade epistolar, Carlos Drummond tem o propósito claro de estabelecer contato e possível relação com Mário de Andrade, frente ao

qual se coloca com alguém receptivo a ensinamentos. Para persuadir o seu auditório a ser mestre e amigo, o orador estrutura o discurso com a finalidade de comover e agradar – *movere, delectare*. Ademais, explicita de tal maneira a predisposição em ouvir e aprender que o discurso-resposta de Mário de Andrade assume naturalmente a finalidade de ensinar – *docere*. Em relação a esses propósitos, o discurso é eficaz e persuade; duas cartas depois, Mário de Andrade confessa que tem a mania de envelhecer rápido as camaradagens e exorta o camarada velho a sentar-se para conversarem, o que efetivamente fazem até 1945.

Mário de Andrade assume a posição de orador e urde seu discurso para persuadir Carlos Drummond de que há uma maneira de ser nacional: construir uma literatura que, pela singularidade, seja universal e conquiste para o Brasil um espaço próprio, a exemplo de outras culturas e literaturas universais reconhecidas pelo mundo. Nesse sentido, apesar de iniciar o discurso com o alerta de que talvez seja sintético e não traga claramente seus pensamentos, o ‘gigantismo epistolar’ sobressai-se não só na ‘longuidão’ da carta, mas também no engenho de sua composição. Com isso, não deixa de cumprir os ditames de Victor, e seu discurso ergue-se com argumentos claros e completos para responder ou refutar cada uma das assertivas de Carlos Drummond-

Mário de Andrade centra sua argumentação no *logos* e, por conseguinte, a característica que sobressai do *ethos* é a *phrónesis*, que atende, aliás, à expectativa do auditório, previamente disposto a ouvir e a aprender. Carlos Drummond possui formação clássica, de referências europeias, e são essas influências que o orador refuta e desconstrói, na figura de Anatole France, para promover a mudança de entendimento, conforme atesta a análise retórica das premissas contidas no interior dos argumentos.

A estratégia retórica baseia-se na oposição direta a valores que emulam uma visão de mundo que lhe é antagônica. Para cada argumento colocado pelo auditório, o orador apresenta um contra-argumento pautado no dissenso. O consenso, portanto, não é o fim do discurso, mas sim a desqualificação e esvaziamento do contrário, muitas vezes com escárnio e ironia, para que o espaço seja ocupado

pelo novo, original e único, valores que habitam, segundo os conceitos de lugares retóricos, o seio da visão romântica do modernista.

Os argumentos inventados e selecionados revelam, pelo exame das premissas, maior concentração nos argumentos que são baseados na estrutura do real e que fundamentam a estrutura do real. Essa incidência mostra que a estratégia persuasiva se alicerça na experiência para comprovar o que se defende segundo a lógica da experiência e pela apresentação de fatos, com recursos que estabeleçam nexos verossímeis como os exemplos, as comparações, as ilustrações, as analogias. Esses tipos de argumento exigem que o auditório infira de forma condizente as relações pretendidas pelo orador para que os nexos façam sentido; caso contrário, perdem a sua força e efeito de valor-de-verdade. Assim, ao elencar os feitos singulares de outras nações, que as fazem únicas e, por isso, universais, o orador prevê que o auditório acione os modelos de memória necessários. Além disso, esses argumentos são críveis porque o *ethos* já está imbuído de competência e credibilidade.

Além da seleção dos argumentos, a racionalização sobre a maneira de dispô-los é fundamental para os objetivos retóricos, balizados pela causa e pelo auditório, e sua disposição deve apresentar coerência global. Para o exame dessa etapa de construção do discurso, a análise retórica do discurso de Carlos Drummond revela que o poeta, ao assumir a posição de orador, utiliza o exórdio para buscar um acordo prévio com o auditório, agora composto por Mário de Andrade, e atenuar as oposições que faz aos argumentos daquele a quem se refere como claro espírito.

Demonstra que não é persuadido em todos os pontos, mas que, em certa medida, é convencido pela exposição das provas lógicas; por isso, possui ressalvas e dispõe seus argumentos de modo a persuadir a audiência a aceitá-las. Em virtude desse contraponto, alonga o exórdio para preparar o espírito do auditório para ouvir e para atenuar, ou até mesmo para dirimir o dissenso, tão comum ao cenário literário da época.

Logo, para evitar o 'ponto onde tudo é moído', o orador apresenta a questão, decorrente de discursos anteriores, sob um novo viés: não se trata de ser ou não nacional, mas sim as maneiras de sê-lo. A estratégia para persuadir recorre à

apresentação de um argumento principal, com premissa verossímil e facilmente aceitável, que visa estabelecer uma progressão positiva. Quando o auditório é levado a concordar desde o início, há maior predisposição para que assim permaneça. Com vistas a isso, os argumentos subsequentes confirmam o primeiro argumento ou refutam possíveis objeções e, com essa progressão, o auditório, a cada argumento apresentado, é persuadido a concordar com o orador.

Mário de Andrade e Carlos Drummond, na posição de oradores, utilizam sobretudo as provas lógicas e estratégias retóricas similares e competentes para o ato retórico emoldurado pelo discurso epistolar: resgatar e registrar em seus discursos os argumentos do outro para em seguida confirmá-los ou refutá-los. Embora evidenciem o *logos*, o *pathos* ganha destaque em determinadas partes, sensivelmente naquelas em que se espera a leveza para esse tipo de discurso, no início e no final das cartas. Já o *ethos* é urdido na intersecção com o *logos* e, nesse caso, nos dois oradores apoia-se com relevância na *phrónesis* e articula características como discernimento e competência para testemunhar virtudes como honestidade e determinação.

Nossa pesquisa visa contribuir para os estudos da área de Língua Portuguesa e particularmente às pesquisas desenvolvidas em Retórica. Procura ampliar o olhar sobre a implicação da memória em todo o processo de construção de discursos orientados à persuasão, com relevância em atos retóricos estabelecidos segundo as especificidades do discurso epistolar. Por fim, apresentamos uma perspectiva de estudo que não esgota os caminhos possíveis de inter-relações entre Retórica, Memória, discurso epistolar e a fortuna literária de Carlos Drummond e Mário de Andrade, esses engenhosos oradores e notáveis escritores modernistas.

## REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, Tomás. **Retórica**. Madri: Síntesis, 1991.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Carlos e Mário**: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Organização de Lélia Coelho Frota. Prefácio e notas de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

\_\_\_\_\_. **Claro enigma**. 10. reimpressão. Posfácio de Samuel Titan Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Mário de. Paulicéia desvairada. *In*: \_\_\_\_\_. **Poesias completas**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993. p. 55-115.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17. ed. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Introdução e notas de Jean Voilquim e Jean Capelle. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Organização de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BANDEIRA, Manuel. **Apresentação da poesia brasileira**: seguida de uma antologia. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 4. ed. Organização de Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. Revisão técnica de Ana Regina Vieira *et al.* São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Retórica da ação letrada**. Tradução de Adail Sobral, Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel e Pietra Acunha. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. v. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 213-240.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 65, p. 227-236, dez. 2016.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Instituto de Psicologia USP**, São Paulo, 4(1/2). p. 277-284, 1993. Disponível em: [<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480>]. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRAREN, Ingeborg. Por que Sêneca escreveu epístolas? **Letras clássicas**, n. 3, p. 39-44, 1999. Disponível em: [http://www.revistas.fflch.usp.br/delete2/article/viewFile/612/545]. Acesso em: 10 maio 2019.

CAMPBELL, Karlyn Kohrs; HUXMAN, Susan Schultz; BURKHOLDER, Thomas R. Uma perspectiva retórica. *In: \_\_\_\_\_*. **Atos de retórica: para pensar, falar e escrever criticamente**. Tradução técnica da 5. ed. norte-americana por Marilene Santana dos Santos Garcia. São Paulo: Cengage Learning, 2015. p. 3-21.

CESAR, Ana Cristina. **Correspondência incompleta**. Organização de Armando Freitas Filho e Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

CÍCERO, Marco Túlio. **Retórica a Herênio**. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em *frames*. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 39, p. 25-48, Florianópolis, jul./ago. 2015. Disponível em: [https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/902/829]. Acesso em: 29 jul. 2019.

EGGS, Ekkehard. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. Tradução de Dilson Ferreira Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. *In: AMOSSY, Ruth (Org.)*. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. 2. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. p. 29-56.

FAUSTO, Boris. A primeira república (1889-1930). *In: História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 243-328.

FERREIRA, Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa. **Expressividade e visão de mundo: o léxico de Mário de Andrade na poesia da década de 20**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 164 f.

FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Inteligência retórica e vocalidade: constituição e manutenção do *ethos*. *In: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.)*. **Inteligência retórica: o *ethos***. São Paulo: Blucher, 2019. p. 9-23

FERRO, Marc. **A história vigiada**. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FIGUEIREDO, João Paulo Barbosa. **O gênero do discurso carta como ferramenta didático-pedagógica para o ensino de língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Língua portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. 112 f.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: \_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. À margem da carta. *In*: \_\_\_\_\_. **Desconversa: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p.154-163.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. *In*: GEIGER, Amir *et al.* Por que memória social? Organização de Vera Dodebei, Francisco R. de Faria e Jô Gondar. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, UFRJ, edição especial, v. 9. n. 15, p.19-40, Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. Disponível em: [[http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ\\_19.pdf](http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf)]. Acesso em: 16 jun. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Contexto, 2006.

KOHLRAUSCH, Regina. Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si. **Letrônica**, v. 8, n. 1, p. 148-155, Porto Alegre, jan./jun. 2015. Disponível em: [<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/21361>]. Acesso em: 20 abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. 7. ed., 2. reimpressão. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 2013. p. 387-440.

MAGALHÃES, Ana Lúcia. Artimanhas do *ethos*. *In*: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). **Inteligência retórica: o ethos**. São Paulo: Blucher, 2019. p. 29-44.

MAINGUENEAU, Dominique. O discurso literário contra a literatura. Tradução de Renato de Mello e Renata Aiala de Mello. *In*: MELLO, Renato de (Org.). **Análise do discurso e literatura**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005. p. 17-29.

\_\_\_\_\_. **Discurso Literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MANELI, Mieczyslaw. As origens e bases da nova retórica. *In*: \_\_\_\_\_. **A nova retórica de Perelman: filosofia e metodologia para o século XXI**. São Paulo: Manole, 2004. p. 23-33.

MARTIN, Thaís Morgato. **Tradução anotada e comentários da ars rhetorica de Caio Júlio Vítor**. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 149 f. Disponível em: [[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-06122010-113243/publico/2010\\_ThaisMorgatoMartin.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-06122010-113243/publico/2010_ThaisMorgatoMartin.pdf)]. Acesso em: 16 jun. 2019.

MERQUIOR, José Guilherme. **Verso universo em Drummond**. 3. ed. Tradução de Marly de Oliveira. São Paulo: É Realizações Editora Livraria e Distribuidora Ltda., 2012.

MEYER, Michel. **A retórica**. Revisão técnica de Lineide Salvador Mosca. São Paulo: Ática, 2007.

MINDLIN, José. Cartas, para que vos quero? *In*: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Batella (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 35-40.

MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. *In*: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Batella (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 41-54.

MORAES, Marco Antonio de. **Diálogo epistolar**: edição da correspondência Mário de Andrade/Manuel Bandeira. São Paulo: FFLCH-USP, 1997. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). v.I, 273 fls.; v.II, 216 fls.; v.III, 230 fls. = 719 fls.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. *In*: \_\_\_\_\_. **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 2004. p. 17-54.

\_\_\_\_\_. Paixões, emoções e afetividade na trilha do tempo: lugar no discurso. *In*: FIGUEIREDO, Maria Flávia; VIDAL, Gerardo Ramírez; FERREIRA, Luiz Antonio (Orgs.). **Paixões aristotélicas**. Franca, SP: Unifran, 2017. p. 15-29.

NATAL, Caion Meneguello. O sagrado e o profano na poesia de Mário de Andrade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 72, p. 162-183, 2019. Disponível em: [<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/157050>]. Acesso em: 16 jun. 2019.

ORTIZ, Federica María Gonzáles-Luna. Compasión y injusticia el papel de las emociones en el conocimiento ético. *In*: FIGUEIREDO, Maria Flávia; VIDAL, Gerardo Ramírez; FERREIRA, Luiz Antonio (Orgs.). **Paixões aristotélicas**. Franca, SP: Unifran, 2017. p. 176-207.

PERELMAN, Chäim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 3. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PLATÃO. Diálogo sobre a retórica. *In*: **Fedro ou da beleza**. 6. ed. Tradução e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 2000. p. 87-130.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. vol. 5, n. 10, p. 200-212, Rio de Janeiro, 1992, Disponível em: [<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>]. Acesso em: 16 jun. 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana**: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

PROENÇA FILHO, Domício. **Estilo de época na literatura**: através de textos comentados. 8 ed. São Paulo: Ática, 1984.

QUINTAS, Cláudia Mastromauro Cerveira; FERREIRA, Luiz Antonio. Quintiliano e a formação do orador. *In*: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher, 2017. p. 43-56.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Joelma Batista dos Santos. Cícero: o orador romano. *In*: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher, 2017. p. 25-41.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROCHA, João Cezar de Castro. Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas. **Teresa: Revista de Literatura Brasileira**, n. 8-9, p. 395-399, São Paulo, Universidade de São Paulo, Editora 34, 2008. Disponível em: [<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116763>]. Acesso em: 20 abr. 2019.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Acir Dias da. Tessituras do tempo e a arte da memória. **Revista Travessias**, v. 7, n. 2, p. 24-38, 2013, 18. ed. Cascavel, PR, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: [<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/9264/6852>]. Acesso em: 16 jun. 2019.

SOUZA, Gilda Sabas de. **Comunicação e constituição do sujeito nas redes de criação**: estudo das cartas de Ana Cristina Cesar, Clarice Lispector e Frida Kahlo. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013. 150 f.

TIN, Emerson (Org.). **A arte de escrever cartas**: anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdan, Justo Lúpsio. Tradução e notas de Emerson Tin. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa, 2014.

TUFANO, Douglas. **Gramática e literatura brasileira**. São Paulo: Moderna, 1995.

VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das confidências. **Teresa: Revista de Literatura Brasileira**, n. 8-9, p. 372-389, São Paulo, Universidade de São Paulo, Editora 34, 2008. Disponível em: [https://www.revistas.usp.br/teresa/article/download/116762/114319]. Acesso em: 20 abr. 2019.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Modelos na memória: papel das representações da situação no processamento do discurso. *In*: \_\_\_\_\_. **Cognição, discurso e interação**. 6. ed., 1. reimpressão. Apresentação e organização de Ingedore Grunfeld Villaça Koch [1933-2018]. São Paulo: Contexto, 2008. p. 158-181.

**ANEXOS****ANEXO I  
CARTA 1 DA TROCA EPISTOLAR; DE CARLOS DRUMMOND A MÁRIO DE  
ANDRADE**

Belo Horizonte, 28 outubro 1924

Prezado Mário de Andrade

Procure-me nas suas memórias de Belo Horizonte: um rapaz magro, que esteve consigo no Grande Hotel, e que muito o estima. Ora, eu desejo prolongar aquela fugitiva hora de convívio com seu claro espírito. Para isso utilizo-me de um recurso indecente: mando-lhe um artigo meu que você lerá em dez minutos. Dois méritos: é curto e “fala mal” do senhor Anatole France (Aliás, Anatole France é um velho vício dos brasileiros, e meu também.)

Li uma excelente carta que você enviou ao meu amigo Martins de Almeida. Quanta verdade nas suas idéias! E quanta força desabusada! Estou convencido que a questão da literatura no Brasil é uma questão de coragem intelectual. Ou por outra: é preciso convencer-se a gente de que é brasileiro! E *ser* brasileiro é uma coisa única no mundo; é de uma originalidade delirante. Não confundir com nacionalismo. Aliás, você sabe disso melhor do que eu.

Tenho imenso desejo de conhecer o seu “Noturno de Belo Horizonte”. Numa carta, que tive o prazer de receber de Manuel Bandeira, há entusiásticas referências a esse trabalho. Ser-lhe-á difícil ou importuno comunicar-mo?

Recomende-me ao Oswald, de quem não tenho notícias, embora lhe escrevesse.

Meu apertado abraço do seu  
Carlos Drummond  
Rua Silva Jardim, 108

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 40-42)

**ANEXO II**  
**CARTA 4 DA TROCA EPISTOLAR; DE MÁRIO DE ANDRADE A CARLOS**  
**DRUMMOND**

Sem data

Meu caro Drummond

Antes de mais nada você é muito inteligente, puxa! A sua carta é simplesmente linda. E tem uma coisa que não sei se você notou. A primeira vinha um pouco de fraque. A segunda era natural que viesse de paletó-saco. Mas fez mais. Veio fumando, de chapéu na cabeça, bateu-me familiarmente nas costas e disse: Te incomoda? Eu tenho uma vaidade: a deste dom de envelhecer depressa as camaradagens. Pois, camarada velho, sente-se aí e vamos conversar. Olhe, você não repare se vou escrever sintético. É que de verdade mesmo não posso me estender nas minhas cartas. Não tenho tempo pra nada, de tal forma estou ocupado. A minha correspondência é enorme. E não deixo nada sem resposta. Isso me obriga a uma síntese que feita rapidamente ao correr da pena nunca pode sair perfeita. Não esclareço bem o meu pensamento e o que é pior muitas vezes não digo tudo o que deveria dizer. Isso é mau ou seria mau se eu tivesse a pretensão de dar valor ao meu pensamento. Não sei se é bom, se é mau. Não tenho tempo pra ter pretensões. É bom por outro lado, porque traz discussões, resposta e eu tenho um fraco pelas cartas. Gosto muito de receber cartas. Mas vamos à sua.

“Você não gostou do meu artigo.” Mentira. Eu não disse isso. Disse ou que gostei ou que o artigo era bom, não me lembro. Mas signifiquei que gostei. Isso de exprimir um anseio mais ou menos inconfessável de ver a mocidade dizer asneiras e praticar injustiças não diminui o valor do artigo mas considera a matéria de que é feita a mocidade. Ora isso de você estudante, em exames, mocinho, envergar sereno fraque, pigarrear e ao som ainda da *Dalila* dizer três coisas justas e sérias sobre Anatole France, isso é que me aborreceu. Provou inteligência. Provou critério. Mas não provou peraltice, vida, vitalidade, fraqueza juvenil. Você diz que foi injusto. Uma injusticinha apenas. Eu queria uma injustiça grossa, até mentira. Não fazia mal. Aos quarenta anos você consertava isso e Deus havia de recolhê-lo no céu dos justos.

“Devo imenso a Anatole France que me ensinou a duvidar, a sorrir e a não ser exigente com a vida.” Mas meu caro Drummond, pois você não vê que é esse todo o mal que aquela peste amaldiçoada fez a você! Anatole ainda ensinou outra coisa de que você se esqueceu: ensinou a gente a ter vergonha das atitudes francas, práticas, vitais. Anatole é uma decadência, é o fim duma civilização que morreu por lei fatal e histórica. Não podia ir mais pra diante. Tem tudo que é decadência nele. Perfeição formal. Pessimismo diletante. Bondade fingida porque é desprezo, desdém ou indiferença. Dúvida passiva porque não é aquela dúvida que engendra a curiosidade e a pesquisa, mas a que pergunta: será? irônica e cruza os braços. E o que não é menos pior: é literato puro. Fez literatura e nada mais. E agiu dessa maneira com que você mesmo se confessa atingido: escangalhou os pobres moços fazendo deles uns gastos, uns frouxos, sem atitudes, sem coragem, duvidando se vale a pena qualquer coisa, duvidando da felicidade, duvidando do amor,

duvidando da fé, duvidando da esperança, sem esperança nenhuma, amargos, inadaptados, horrorosos. Isso é que esse filho-da-puta fez. Foi grande? Foi. Foi talvez mesmo genial nalgumas páginas. Pouquinho, graças a Deus. Foi elegante, fino, sutil? Foi, foi, foi. Mas também foi filho-da-puta, porque as grandezas que engendrou não bastam pra pagar um só dos males que fez. Você diz que ele ensinou você a *não ser exigente com a vida...* Como isso! se você se confessa um inadaptado e tem um errado desprezo pelo Brasil e os brasileiros. O mal que esse homem fez a você foi torná-lo cheio de literatices, cheio de inteligentices, abstrações em letra de fôrma, sabedoria de papel, filosofia escrita: nada prático, nada relativo ao mundo, à vida, à natureza, ao homem. Representou a sua época. Não foi um passadista. Mas a nossa época, a sua época, Drummond, não é a época dele, e foi e é outros gatunos da laia dele que roubaram a você as riquezas da felicidade, que só pode existir nesta terra pela adaptação, pela correspondência, pelo equilíbrio. Ele não é um passadista, mas se você tiver as idéias dele, será um horroroso, ridículo passadista. Mas tudo passa, Drummond, você vai ver. Um pouco de paciência, um pouco de raciocínio, um pouco mais de farra vital, muito menos literatura, mudar um hábito antigo e então você me dirá se foi injusto ou se ficou muito aquém de toda a maldade e insulto que esse homem merecia de você.

“Pessoalmente acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados.” “Acho o Brasil infecto. Perdoe o desabafo que a você, inteligência clara, não causará escândalo.” Não sou inteligência clara, mas não me escandalizei. Nada me escandaliza, porque verifico. Sou curioso e tudo pra mim é interessante e objeto de observação. Não me escandalizei, mas achei lastimável. Tudo isso ainda são caraminholas metidas na cabeça de você pelas letras do senhor France *et caterva*. E estou me lembrando duma coisa. Talvez você veja contradição entre a minha filosofia das “Danças” e todo este ataque ao ceticismo. Não há contradição, Drummond. Aliás nem é bom ceticismo a filosofia que ressuma das “Danças”. É cinismo. Sou cínico, não há dúvida. Mas é um cinismo filosófico prático que se parece muito com a franqueza atual. As “Danças” se escreveram por si num momento de cansaço e de fraqueza. Estava exausto com a campanha de difamação que fizeram contra mim. Sofria muito. Minha inteligência começou a escrever e a dançar as “Danças”. Em meia hora verdadeiramente inconsciente, estavam escritas as “Danças”, que não sei quem escreveu. Depois o trabalho de poli-las que durou meses. Que tem ali muito de mim é certo. Revelam pra quem souber olhar um sofrimento muito doido. Não há alegria nenhuma nelas. Só o Graça com a mania de pregar a alegria, vê alegria ali. Elas são dolorosas, perversas, um mau momento que passou, um tumor que esvaziei. Compare-as com o “Noturno” e verá se o esvaziei inteiramente ou não. Se você encontrar um laivo de amargura ou perversidade no “Noturno” me diga porque hei de apagá-lo imediatamente. Ironia, tem. Essa ironia brincalhona de amoroso, de camarada, mas perversidade não. O cinismo continua. Mas cada vez se apura mais, é um que-bem-me importa! Que me liberta de todas as covardias, que me deixa sem-vergonha, com essa heróica beleza de afirmar: Deus existe. A mulher existe. A esperança existe. A Patriamada existe. Suponhamos que não existam. Mas a felicidade não está na existência ou inexistência deles, está na afirmativa, na crença, em nós. Assim também as “paisagens incultas” de que falas. A paisagem não existe propriamente porque é um estado de alma. A mesma paisagem nos parece bela num passeio e indiferente num negócio. A paisagem é inculta dum modo geral, não há dúvida. Mas pra você ela é inculta em relação à Gare d’Orsay e aos *bouquins* que o senhor Anatole France escarafunchava nos cais horas a fio,

pra depois arranjar-lhes a literatura. A mesma paisagem que a você desgosta deu-me horas de intensa felicidade.

“O que nós todos queremos (o que pelo menos imagino que todos queiram) é obrigar este velho e imoralíssimo Brasil dos nossos dias a incorporar-se ao movimento universal das idéias. Ou, como diz Manuel Bandeira, “Enquadrar, situar a vida nacional no ambiente universal, procurando o equilíbrio entre os dois elementos”. Vaidadinha. Se lembra da *Paulicéia*?

*Nós somos as Juvenilidades Auriverdes!  
As franjadas flâmulas das bananeiras,  
As esmeraldas das araras,  
Os rubis dos colibris,  
Os lirismos dos sabiás e das jandaias,  
Os abacaxis, as mangas, os cajus  
Almejam localizar-se triunfantemente,  
Na fremente celebração do Universal!...*

Mas adiante você fala em “apertado dilema: nacionalismo ou universalismo. O nacionalismo convém às massas, o universalismo convém às elites”. Tudo errado. Primeiro: não existe essa oposição entre nacionalismo e universalismo. O que há é mau nacionalismo: o Brasil pros brasileiros – ou regionalismo exótico. Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. O que mais simplesmente ainda significa: Ser. Ninguém que *seja* verdadeiramente, isto é, viva, se relacione com o seu passado, com as suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio e com a terra, com a família etc., ninguém que *seja* verdadeiramente, deixará de ser nacional. O despaisamento provocado pela educação em livros estrangeiros, contaminação de costumes estrangeiros por causa da ingênita macaqueação que existe sempre nos seres primitivos, ainda, por causa da leitura demasiadamente pormenorizada não das obras-primas universais dum outro povo, mas das suas obras menores, particulares, nacionais, esse despaisamento é mais ou menos fatal, não há dúvida, num país primitivo e de pequena tradição como o nosso. Pois é preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la. Você fala na “tragédia de Nabuco, que todos sofremos”. Engraçado! Eu há dias escrevia numa carta justamente isso, só que de maneira mais engraçada de quem não sofre com isso. Dizia mais ou menos: “o doutor Chagas descobriu que grassava no país uma doença que foi chamada moléstia de Chagas. Eu descobri outra doença mais grave, de que todos estamos infeccionados: a moléstia de Nabuco”. É preciso começar esse trabalho de abrasileiramento do Brasil, dizia eu noutra carta, a um rapaz de Pernambuco. E agora reflita bem no que eu cantei no final do “Noturno” e você compreenderá a grandeza desse nacionalismo universalista que eu prego. De que maneira nós podemos concorrer pra grandeza da humanidade? É sendo franceses ou alemães? Não, porque isso já está na civilização. O nosso contingente tem de ser brasileiro. O dia em que nós formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais uma raça, rica duma nova combinação de qualidades humanas. As raças são acordes musicais. Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lambanças. Outro é tímido, humorista e hipócrita. Quando realizarmos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização. Me compreende bem? Porque também esse universalismo que quer acabar com as pátrias, com as guerras, com as raças etc. é

sentimentalismo de alemão. Não é pra já. Está longíssimo. Eu creio que nunca virá. A República Humana, redondinha e terrestre, é uma utopia de choramingas e nada mais. Avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem. Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo. Por uma simples razão: não há Civilização. Há civilizações. Cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais duma raça, dum meio e dum tempo. Dizer por exemplo que os egípcios da 18ª dinastia representam um degrau da civilização antiga que atingiria o esplendor com o século 5º. a.C. dos gregos é uma besteira que dá apoplexia na gente. São ambos apogeus de civilizações diversíssimas. Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo. Nossos ideais não podem ser os da França porque as nossas necessidades são inteiramente outras, nosso povo outro, nossa terra outra etc. Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais. Como os egípcios, como os gregos, como os italianos da Renascença, como os alemães de 1750-1880, como os franceses do século 17, os norte-americanos do século 20 etc. me diga se depois deste raciocínio ainda você repete que não encontra no seu “cérebro nenhum raciocínio em apoio à minha [sua] atitude [nacionalismo]. Só o coração me absolve”. Não é o coração que absolverá você. É a sua própria inteligência. E um pequeno esforço fará depois o resto. Eu também já sofri da moléstia de Nabuco. Não importa que a gente seja um pouco falso consigo mesmo no princípio. Nada de esperar a graça divina de braços cruzados. Nada de dizer: se um dia eu for nacional, serei nacional. A graça divina depende da nossa cooperação, dizem os tratadistas católicos. Você faça um esforcinho pra abrigar-se. Depois se acostuma, não repara mais nisso e é brasileiro sem querer. Ou ao menos se não formos nós já completamente brasileiros, as outras gerações que virão, paulatinamente desenvolvendo o nosso trabalho, hão de levar enfim esta terra à sua civilização. Como você vê eu formulo votos, tenho esperanças sem vergonha nenhuma. Tenho um grande orgulho disso. Rio de todas as civilizações, porque já tenho a minha pessoal.

Estou exausto e ainda não falei nos seus versos... Gostei. Gostei francamente, embora a sua prosa por enquanto seja mais segura que os seus versos. No entanto a prosa é mais difícil que a poesia. É muito simples: sua prosa vem da civilização que morreu com a guerra. Você ainda é muito civilizado antes-da-guerra, pra cair de chofre no primitivismo deste século 20, que provocou o lirismo de certos alemães, russos e franceses atuais. Isso é natural. Estou me lembrando daquela frase que escrevi no prefácio da *Paulicéia*: “Ninguém se liberta de uma vez das teorias avós que bebeu”. Comigo se deu a mesma coisa. *Paulicéia* é uma mistura de simbolismo até parnasianismo, e modernismo que ninguém aqui percebeu porque, Deus dos justos! os críticos de poesia no Brasil... No *Minha terra tem palmeiras*, nome admirabilíssimo que eu invejo, há poemas excelentes e muita coisa boa. Mas como você ainda está muito inteligente de cabeça pra cair no lirismo, repare que há muita coisa que é contado com memória em vez de vivido com sensação evocada. Disso um tal ou qual elemento prosaico que diminui a variedade do verso livre porque o confunde com a prosa. Todos nós temos isso. Eu tomei o partido de escrever em prosa simplesmente, no meio dos versos, como aquele comentário *inteligente* (= da inteligência) que vem nas “Danças”, ou o caso do coronel Leitão do “Noturno”. Ou então metrifico (“Rola-Moça”) pra não cair no

verso prosaico. Metrificação ingênua, balbuciante primitiva, lírica. “Política”, “Construção”, “Religião”, “Nota Social”, “Sentimental” são muito, muito bons. O “Orozimbo” é simplesmente admirável. “Construção” como forma é perfeito. No “Orozimbo” a piada do fim, não sei, não gosto muito disso. Tenho a impressão de que você escreveu aquilo só pra acabar. Pode ser que me engane. O “No meio do caminho” é formidável. É o mais forte exemplo que conheço, mais bem frisado, mais psicológico de cansaço intelectual. Como pratico com o Manuel Bandeira e o Luís Aranha, e eles comigo, mando-te os teus versos com algumas sugestões. Mas quero que eles voltem pra mim. Preciso deles em minha casa enquanto não se publicam.

E até logo. Lembranças aos amigos.

Um abraço do coração  
Mário de Andrade

Política

*Ele vivia isolado na sua casa;  
seus amigos abandonaram-no  
quando rompeu com o chefe político.  
O jornal governista ridicularizava os seus versos,  
os versos que ele sabia bons.  
Sentia-se diminuído na sua glória,  
enquanto crescia a dos seus rivais,  
que apoiavam a Câmara em exercício.*

*Entrou a beber licores fortes,  
e desleixou os seus versos.  
Já não tinha discípulos.  
Só os outros poetas eram imitados.*

*Uma ocasião em que não tinha dinheiro  
para tomar o seu conhaque,  
saiu a esmo pelas ruas mal-freqüentadas.  
Parou na ponte sobre o rio moroso,  
o rio que lá embaixo pouco se importava com ele,  
e que no entanto o chamava  
para misteriosas bodas.*

*E teve vontade de se atirar.  
Não se atirou,  
mas foi como se houvesse atirado o seu abandono.*

*E depois voltou para casa,  
livre, sem correntes,  
muito livre, infinitamente  
livre, livre, livre.*

[1924]

(Observações de M. de A.)

Isolado em casa  
amigos abandonaram-no  
a dos rivais

Que abundância francesa de possessivos!



## Construção

*Um grito pula no ar como um foguete,  
vindo da paisagem de barro úmido, calíça e andaimes hirtos.  
O sol cai sobre as coisas como uma placa fervendo.  
Um sorveteiro corta a rua.*

*E o vento brinca nos bigodes do construtor.*

O grito  
Como foguete  
Vem da

Como placa  
O sorveteiro

Que abundância francesa de *uns!*

## Nota social

*O poeta chega na estação  
do caminho de ferro.  
O poeta desembarca.  
O poeta toma o auto.  
O poeta vai para o hotel.  
E enquanto ele realiza  
esses cometimentos de todo dia,  
uma ovação o persegue  
como uma vaia.*

*Bandas de música, foguetes,  
discursos, o povo de chapéu de palha,  
máquinas fotográficas assestadas,  
ruído de gente, fonfom dos automóveis,  
os bravos...*

*O poeta está melancólico.*

*Numa árvore do passeio público  
(melhoramento da última administração),  
uma árvore verde, prisioneira  
de grade,  
canta uma cigarra.*

*Canta uma cigarra que ninguém ouve  
um hino que ninguém aplaude.  
Canta, numa glória silenciosa.*

*O poeta entra no elevador,  
o poeta sobe,  
o poeta fecha-se no quarto,*

*o poeta está melancólico.*

[1923]

*na estação gostei da regência. Bravo!  
cometimentos não gosto*

Passa uma aleijadinha

*Passa uma aleijadinha,  
toda curvada no seu vestido de chita  
(uma coisa nas mãos do destino).  
Vai apoiada às muletas, que batem na calçada,  
Vai apoiada... vai coxeando.*

*E ninguém a vê na sua tortura muito real,*

*ninguém a vê fugindo dos autos,  
recuando, tropeçando,  
insistindo.*

*Todo mundo tem pressa,  
Todo mundo tem negócios, amores, aperitivos a tomar.  
A aleijadinha vai coxeando.*

*Súbito, um bonde dispara.  
A aleijadinha corre... as muletas caem...  
Ela torce o corpo, desamparada,  
E rola nos paralelepípedos.*

*Mas logo se levanta (foi apenas um susto!)  
acha uma muleta aqui, outra acolá,  
e lá vai toda curvada, coxeando.*

[1024]

*acolá* Que palavra horrível! Só se emprega em livros didáticos. Deixemos isso pra Portugal!

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 66-76)

**ANEXO III**  
**CARTA 5 DA TROCA EPISTOLAR; DE CARLOS DRUMMOND A MÁRIO DE ANDRADE**

Belo Horizonte, 30 dezembro 1924

Mário de Andrade, prezadíssimo

Ora, viva! Custei, mas apareci. É que andei às voltas com uns exames, e exames cacetíssimos, ao meio de um curso inconcebível que venho fazendo. Já estou desafogado; suponho mesmo que passei. Você diria antes: afirmo que passei (não pelo orgulho de passar, mas por um outro, o de afirmar qualquer coisa). Enfim, deixemos o noticiário particular. Sabe que quase fiquei zangado consigo? Pois é fato. Você me xingou de “muito inteligente”. Podia chamar-me de burro, de besta, de acadêmico, de parnasiano, de Coelho Neto, de tudo; mas de muito inteligente!...

E afinal, não chegamos a nenhum acordo, embora eu, praticamente, esteja a seu lado, e, recusando as suas teorias, aceito com entusiasmo as suas criações. Se não estou confuso, o nosso debate (será mesmo um debate?) gira em menos sobre a necessidade de ser brasileiro que sobre os meios de vir a sê-lo. Disse-lhe que acho muito difícil naturalizar-me Cruzeiro do Sul. Tenho cá as minhas razões. Não são, como você pensa, ditadas pelo senhor Anatólio e seus respeitáveis confrades, de cuja companhia gradualmente me afasto. Confesso-me francês, porém não anatoliano. Para mim, como para você, o senhor Anatólio é uma besta, uma besta, uma besta. Espanto-me de como pudemos discutir a respeito de um cavalheiro sobre o qual temos a mesma opinião. Apenas eu me confesso grato a essa besta porque os seus livros me desviaram de alguns outros, infinitamente piores, numa época de formação intelectual. E isso aconteceu a tanta gente! Graças a Deus, andei um pouco mais, revirei outros autores, mexi em outras almas, e considereei que Bergeret, Coignard, Bonnard, toda essa tropa era calcada no mesmo modelo, e que esse modelo já não prestava para mim. E passei a achar o senhor Anatólio um “autor de ocasião”, bom para certas circunstâncias, como, em geral, todos os produtos farmacêuticos. Eis aí. Hoje, ele já não é mais o meu escritor de cabeceira. (Esta história de escritores de cabeceira é um pouco ridícula, mas acontece.)

Tiremos, assim, aquela besta da questão. Voltemos à realidade brasileira, nua e crua (oh! tão crua!) que você transfigura, e que eu ainda não posso aceitar. “Moléstia de Nabuco”, eis, excelentemente expresso, o meu mal. Será incapacidade congênita, será má vontade, será hipocrisia, será estupidez, mas não sei, não posso achar o remédio no Brasil. Cheirando a nacionalismo, acabou-se: eu protesto. Devido ao mau nacionalismo, como você supõe? Não sei se haverá bom ou mal nacionalismo, principalmente em literatura. Como fazer com esta o que se já fez com a pesca: nacionalizá-la? Como obrigar as inteligências a situar a sua atividade na paisagem maio ou menos restrita da sua pátria? Uma pátria é um acaso como os outros, ou, como você lindamente diz de Belo Horizonte: “uma tolice como as outras”. Como dizer a um escritor: escreva brasileiro se deseja *ser*? Há mil maneiras de *ser*. Uma delas, e não a menos confortável, é deixar-se *ser*. Um dia, eu *serei*, e acabou-se... Se não *for*, é porque sou um cretino irremediável,

e de nada me valerá recorrer aos enternecimentos patrióticos. Pode-se ser brasileiro até na Patagônia, até no Cairo, até no inferno, e sentir com emoção brasileira um crepúsculo nos Dardanelos ou uma eleição nos Estados Unidos. Pode-se ser brasileiro mesmo em frente à água desmoralizadíssima dos canais de Bruges... E vice-versa. Não raro eu medito sobre o Pão-de-Açúcar, e não o compreendo. Vejo o meu rio municipal, o Arrudas, e lembro águas heróicas que correm nas outras terras, e que estão muito mais perto da minha sensibilidade... Diabo! Ainda Nabuco! Afinal, eis aí um dualismo que se pode resolver em equilíbrio. Doença que traz em si a própria cura. Doença gostosa, tão gostosa como um pecado.

Escute. Há ocasiões em que eu me sinto enquadrado no meio natal. Sou um com a minha gente. Nessas ocasiões sou brasileiro como os que mais o sejam. Mas não chego a ser nacionalista. Entendo por nacionalista: ter princípios; fazer estatutos sobre o amor da pátria, etc. E como é bom ser brasileiro! Contudo, não é o único bem da vida. Daí amanhecer, outros dias, norueguês ou tchecoslovaco (mais freqüentemente, francês). Isto é o que eu chamo de *liberdade espiritual*. Este, sim, o maior bem da vida. Ser. Mas ser tudo. Não somente brasileiro. É tão pequeno o Brasil!... Irradiação de personalidade, e não ausência dela. A literatura que se fomenta.

Você, que tão ardorosamente campa de brasileiro, foi fazer a sua cultura na França, na Inglaterra, na Alemanha. Universalizou o mais que pôde a sua inteligência... É um fenômeno de cultura, numa terra de beata ignorância. Pois, olhe: estou com o Oswald num ponto: a suprema expressão de brasilidade é a estupidez. E se nós quisermos ser brasileiros de fato, sejamos burros, bárbaros, primitivos; não façamos pesquisas psicológicas; não viajemos em Joyce, Conrad, Cendras, Proust, Jacob e outros ilustríssimos estrangeiros... Ah! Se o obrigassem a isto, meu velho... você preferia suicidar-se. (Só não concordo com o Oswald-realizador, que nos saiu dono de uma “dicção eminentemente artística e personalíssima”.)

Repito: há mil maneiras de *ser*. A pior é *ser* nacionalista.

Agora, de pleno acordo com você: “É preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la”. Aí, cada um ajudará na medida de suas forças; como puder e, principalmente, como quiser. Enfim, liberdade! Ela é uma conquista de vocês, modernistas de São Paulo e Rio. Não a ponham a perder. Valia a pena fazer uma revolução literária para chegar a semelhante resultado? Vencer a rotina, o preconceito, a imitação, o lugar-comum, as academias de letras que florescem dentro e fora de nós – para, depois, acabar com as mesmas idéias de um João do Norte, por exemplo.

Recebi o “Noturno de Belo Horizonte”, seguramente o maior esforço da poesia nacional. (Se não quiser ler, vire a página; eu vou elogiar.) Gostei ampla, vastamente. Ele me fez crer que você tem razão, por isso que suas idéias nacionalistas o conduziram de maneira lógica a um poema tão rico de expressão e intenção, em que o sentimento da terra se confunde com o mais puro e desinteressado lirismo. Isto eu aplaudo, patrício! É poesia, e da melhor qualidade. Só não é poesia (pelo menos assim o creio) o trecho em que você pega o

nacionalismo universalista, e que podia figurar dignamente num discurso a 15 ou 19 de novembro. Mas o resto, quero dizer, quase todo o poema, é esplêndido. Quantas coisas descobriu você em Minas, numa viagem de poucos dias! Tenho 22 anos mineiros e quase nada sabia disso. Bandeirante! Comoveu-me o largo sopro de idealismo, a força, a graça amorosa daqueles versos. Primeiro, o *pretexto* de Belo Horizonte, com a deliciosa notação “o polícia entre rosas... onde é preciso, como sempre”. Depois, o admirável combate das árvores com a cidade, em que “Buck Jones fugiu do cartaz”. E a evocação do São Francisco! “Rola-Moça” e o coronel Leitão dão muita cor ao poema. Duas histórias típicas. Enfim, tudo muito bom. Encontro, por exemplo, no fim, uma “água trançada das cachoeiras” que tem vida própria. O diabo é aquela dissertação sobre pátria! Pode ser que eu me engane, e a dissertação constitua a melhor coisa da poesia; neste caso, serei voto vencido. Lamento não ter aqui à mão o “Noturno”. Passei-o ao Nava, que o transmitiu ao Almeida. Outros amigos pedem-me uma vistazinha. Serei discreto e não afixarei o poema, ainda inédito, na porta do *Diário de Minas*... Mas espero que você consentirá em que eu satisfaça a mais dois ou três amigos inteligentes; não será excessiva publicidade. Posso emprestar? Tenho tanta coisa a escrever-lhe ainda sobre o “Noturno”! Fica para quando voltar ao meu poder.

Sinto-me tentado a voltar às “Danças”. Olhe, aquilo é obra perfeita. Ignorava as circunstâncias, psicológicas, em que você escreveu tais versos. Seja desabafo; mas o desabafo passou, e ficaram as “Danças”. É o que importa. Elas não são, como você diz, “um mau momento que passou”; ao contrário: são um belo momento de vida. Eu, às vezes, suponho que a grande miséria do que escrevo é motivada pelo meu hábito de viver a vida com literatura. Sinto minhas emoções mais generosas de caneta em punho. Isto é um defeito que a vaca do Oscar Wilde me deixou: o conceito de que a Arte é superior à Vida... Arte não vale nada. Natureza também não vale nada. Mas a vida vale alguma coisa. E viver é admirável. Ora você viveu as “Danças”. Que mais lhe poderia eu pedir? Aliás viveu também o “Noturno”, eu sinto; este poderia chamar-se, embora com inaconselhável espírito de imitação, “O sonho de uma noite de Belo Horizonte”. São, por isso mesmo, versos de intensa poesia. E outra coisa: de uma grande riqueza melódica. Impressionaram-me os efeitos que você conseguiu obter em mais de uma passagem. Os versos parecem que correm, e que dançam também eles. Ritmo seguro, forte.

Falarei agora nas minhas tentativas poéticas. Devolvo-lhe quase todos os versos: cortei apenas os que me pareceram mais ordinários. Seguem ainda alguns que você não conhece, embora não sejam os últimos. Aceitei com infinito prazer as sugestões com que você honrou os meus trabalhos, e que demonstram leitura atenta e simpática. Não aprovei tudo, mas quase tudo.

“Nota social” – 1) “O poeta chega *na* estação” Você gostou da regência... Pois eu não gostei, e agora que peguei o erro, vou emendá-lo. Isto é modo de ver pessoalíssimo: correção ou incorreção gramatical. Sou pela correção. Ainda não posso compreender os seus curiosos excessos. Aceitar tudo o que nos vem do povo é uma tolice que nos leva ao regionalismo. Na primeira esquina do “me deixa” você encontra o Monteiro Lobato ou outro qualquer respeitável aproveitador comercial do Jeca. Há erros lindos, eu sei. Mas que diabo, a cultura!... E poesia é também cultura.

2) “Cometimentos”: palavra feia, concordo. Mas não tenho outra.

Condenei “Nossa Senhora – a Vida” ao fogo eterno. E agora, peço-lhe catar as pulgas dos versos novos. Não achando bom, risque; não achando perfeito, corrija. Eu ficarei grato. Até hoje não encontrei em nenhum homem de letras franqueza igual à sua. Muito, muito obrigado pelo seu acolhimento, pela sua franqueza e pela sua bondade!

Ainda um pedido. Você me prometeu, quando em Belo Horizonte, alguns números da *Klaxon*. Gostaria que mos enviasse agora. Tinha o segundo e o terceiro, comprados no Rio (a revista nunca se vendeu aqui). Pois já me bateram os dois números. Conheço outros de empréstimo; não todos. Mande-me os que tiver à mão.

E adeus! Fico à espera de suas deliciosas cartas. Um abraço cordial do seu amigo muito grato,

Carlos Drummond  
Rua Silva Jardim, 107.

PS – Parabéns pelo artigo sobre Manuel Bandeira.  
Outra coisa. Não precisa ter o incômodo de devolver os meus versos com as correções. Estas poderão vir em carta.

(ANDRADE, C. D., 2002, p. 77-82)